

Leonice Aparecida de Fátima A. P. Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone
(organizadoras)

AGRICULTURA FAMILIAR

EM PAUTA

(vol. I)

**Leonice A.de F. Alves Pereira Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone
(organizadoras)**

**AGRICULTURA FAMILIAR EM PAUTA
(VOL. I)**



**Ituiutaba, MG
2020**

© Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Zenicléia Angelita Deggerone, 2020.

Editor da obra: Anderson Pereira Portuguese.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguese
Créditos da imagem: Anderson Pereira Portuguese
Diagramação: Alisson José de Lima

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993/0001-10. Prefixo editorial: 87563 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.
Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Pareceristas:

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese

Prof. Dr. Ricardo Lanzarini

Prof. Dr. Rosselvet José Santos

Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior

Profa. Cláudia Neu

Prof. Dr. Giovanni F. Seabra

Prof. Mestre Bruno de Freitas

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Agricultura familiar em pauta. Vol. 1. Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Zenicléia Angelita Deggerone (org.). Ituiutaba: Barlavento, 2020, 305 p.

ISBN: 978-65-87563-13-8

1. Agricultura. 2. Agricultura Familiar. 3. Rural.

I. MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira. II. DEGGERONE, Zenicléia Angelita.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

SUMÁRIO

Apresentação	5
As cadeias agroalimentares curtas em Severiano de Almeida (RS): um estudo sobre as agroindústrias familiares Jean Carlos Debastiani Cibele Lúcia Bombardelli Zenicléia Angelita Deggerone	10
A construção social de mercados em Itatiba do Sul (RS): um estudo sobre a feira da agricultura familiar Felipe Toniolo Zenicléia Angelita Deggerone	45
As cadeias agroalimentares curtas em Erechim (RS): um estudo sobre a feira do produtor Cibele Lúcia Bombardelli Zenicléia Angelita Deggerone	85
Transição da produção convencional para a agroecológica em uma unidade de produção familiar em Itatiba do Sul (RS) Adriane Paula Baú Deffacci Carlos Alberto Frantz dos Santos	123

O perfil socioeconômico dos produtores de leite no Alto Uruguai (RS): um estudo na cooperativa de produtores rurais no Alto Uruguai (COPERAL)	
Alcemir Antonio Bagnara	146
Leonice Aparecida de Fátima Alves Mourad	
Zenicléia Angelita Deggerone	
Condicionantes do processo de sucessão geracional em agroindústrias familiares no município de Itatiba do Sul – RS	
Danieli Fernanda Snicheloto	
Zenicléia Angelita Deggerone	195
Análise dos programas de incentivo ao desenvolvimento rural no município de Barra do Rio Azul – RS	
Diego Deoti Dalla Vecchia	
Zenicléia Angelita Deggerone	234
Sucessão geracional familiar: uma pesquisa com jovens filhos de associados de uma cooperativa de crédito rural do município de Viadutos (RS)	
Eduardo Zambon Sartori	
Carlos Alberto Frantz dos Santos	272
Sobre os autores	301

Apresentação

Este livro resulta dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Administração, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, da Unidade da UERGS em Erechim-RS. Este curso de graduação prima pela formação de profissionais que analisem e apresentem oportunidades para o desenvolvimento das Organizações, a partir de conhecimentos e atitudes que possam transformar a realidade organizacional e social, o que vai de encontro com a missão da Instituição de Ensino, sendo: *“Promover o desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados, da geração e da difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado”*.

Neste volume, o leitor encontrará 8 capítulos resultantes dos trabalhos de conclusão de Curso do Curso de Administração da Turma formada em 2019, que versam sobre questões relacionadas ao desenvolvimento rural e a gestão de unidades de produção familiares.

No primeiro capítulo AS CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS EM SEVERIANO DE ALMEIDA (RS):UM ESTUDO SOBRE AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES, Jean Carlos Debastiani, Cibele Lúcia Bombardelli e Zenicléia Angelita Deggerone descrevem que circuitos curtos de comercialização são importantes canais para a promoção do desenvolvimento rural, sendo que as agroindústrias familiares desempenham um papel importante na oferta de alimentos para a população, na ocupação da mão de obra familiar, na geração de renda das famílias, como

também, na redução do êxodo rural desordenado, principalmente de jovens.

Na sequência Felipe Toniolo e Zenicléia Angelita Deggerone no texto **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS EM ITATIBA DO SUL (RS): UM ESTUDO SOBRE A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR** afirmam que os impactos do sistema agroalimentar convencional, tem destacado a importância das feiras livres de venda direta como um importante canal alternativo de comercialização de produtos agroalimentares da agricultura familiar. Diante disso, este estudo tem por objetivo geral analisar como se deu a construção social da feira da agricultura familiar no município de Itatiba do Sul/RS.

Cibele Lúcia Bombardelli e Zenicléia Angelita Deggerone no artigo **AS CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS EM ERECHIM (RS): UM ESTUDO SOBRE A FEIRA DO PRODUTOR** asseveram que as cadeias curtas de comercialização na cidade de Erechim (RS) são mercados consolidados, em ascensão e com grandes potencialidades de crescimento e desenvolvimento, caracterizando uma importante fonte de renda aos agricultores. Frente a importância da temática, este estudo tem por objetivo analisar a construção social das iniciativas de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, na Feira do Produtor em Erechim (RS).

TRANSIÇÃO DA PRODUÇÃO CONVENCIONAL PARA A AGROECOLÓGICA EM UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR EM ITATIBA DO SUL (RS) de autoria de Adriane Paula Baú Deffaci e Carlos Alberto Frantz dos Santos discutem que a produção agroecológica se caracteriza como uma forma de cultivo com sustentabilidade,

preservando os recursos naturais, gerando menos impacto ao ambiente. Desta forma, o objetivo geral deste estudo é analisar como ocorre a transição do sistema de produção convencional para o manejo agroecológico. Os objetivos específicos desta pesquisa são: caracterizar a unidade de produção familiar; descrever a transição parcial do sistema de produção convencional para o sistema agroecológico e descrever o sistema de produção agroecológico.

Alcemir Antônio Bagnara, Leonice Aparecida de Fátima Alves Mourad e Zenicléia Angelita Deggerone no texto O PERFIL SOCIECONÔMICO DOS PRODUTORES DE LEITE NO ALTO URUGUAI (RS): UM ESTUDO NA COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DO ALTO URUGUAI (COPERAL) apontam que historicamente a agricultura, as propriedades rurais e as cadeias produtivas passaram por inúmeras e profundas mudanças que alteraram os modos produtivos e os índices de produção e produtividade no meio rural. Dentre essas, está a cadeia produtiva do leite, que, na região do Alto Uruguai – RS, passou, nas últimas décadas, de uma produção quase artesanal, de autoconsumo e vendas dos excedentes, para uma produção de incorporação de tecnologias, de escala e de controle de qualidade.

Danieli Fernanda Snicheloto e Zenicléia Angelita Deggerone no artigo CONDICIONANTES DO PROCESSO DE SUCESSÃO GERACIONAL EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL- RS afirmam que a sucessão geracional é ainda um desafio preeminente, para as Instituições e famílias do meio rural, por este motivo ainda é vista como um dos grandes desafios para a promoção do desenvolvimento rural. Dessa forma, o objetivo consiste em identificar os fatores determinantes que

condicionam a sucessão geracional em agroindústrias familiares rurais no município de Itatiba do Sul (RS).

ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL – RS de Diego Deoti Dalla Vecchia e Zenicleia Angelita Deggerone asseveram que o Estado Brasileiro, procurou implementar políticas públicas para desenvolver seu território. Porém, as distintas ações não conseguiram gerar a transformação estrutural das unidades produtivas mais fragilizadas. Diante disso, o município da Barra do Rio Azul-RS, a partir do ano de 2017, tem buscado resolver alguns problemas locais a partir da implementação de programas de incentivo à produção em nível municipal, desenvolvendo programas de incentivo voltados as atividades de Suinocultura, Bovinocultura de Leite e Fruticultura.

No artigo intitulado **SUCESSÃO GERACIONAL FAMILIAR: UMA PESQUISA COM JOVENS FILHOS DE ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS (RS)** de Eduardo Zambon Sartori e Carlos Alberto Frantz dos Santos encontramos que a sucessão geracional na agricultura familiar é um assunto relevante, principalmente por contribuir para a permanência do jovem no meio rural. Dessa forma, este estudo tem como objetivo descrever fatores relevantes para o processo de sucessão geracional nas propriedades dos associados de uma cooperativa de crédito do município de Viadutos (RS). A pesquisa tem como objetivos específicos: caracterizar as propriedades rurais associadas à Cooperativa de Viadutos (RS); identificar os fatores que podem interferir no processo de sucessão geracional dos associados e; identificar as ações da

cooperativa que podem contribuir na permanência dos associados no meio rural e na sucessão geracional.

Este e-book, também apresenta um diferencial relacionado aos autores dessa obra. Cada um dos autores dessa coletânea de artigos, são filhos de agricultores familiares ou são jovens agricultores, e que por conta disso, este e-book é tão especial para nós! Por isso, dar visibilidade a cada um desses textos, é oportunizar estes jovens autores vislumbrar outros espaços, e possibilitar que a agricultura familiar seja a pauta permanente de agendas de pesquisas dentro das universidades brasileiras, em especial às Universidades Públicas!

Desejamos Boa leitura e inspiração para novos estudos e pesquisas sobre a Agricultura Familiar!

AS CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS EM SEVERIANO DE ALMEIDA (RS): UM ESTUDO SOBRE AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Jean Carlos Debastiani
Cibele Lúcia Bombardelli
Zenicléia Angelita Deggerone

Introdução

Os estudos que abarcam o meio rural têm evidenciado que o desenvolvimento social e econômico deste local está passando por redefinições, que apontam para a emergência de novas formas de emprego e obtenção de renda para os agricultores familiares.

Dentre estas formas, a agregação de valor, as agroindústrias familiares tem contribuído para a reprodução social dos agricultores familiares. Segundo Wilkinson (2008), essas iniciativas operam, com base nos mercados locais, de proximidade e de relacionamentos continuados, em que aspectos como o prévio conhecimento entre os atores, a confiança e as transações frequentes geram lealdades. Além disso, Schneider e Ferrari (2015) destacam que estes empreendimentos buscam agregar valor à matéria-prima agrícola e construir relações autônomas nos mercados em que participam.

Neste sentido, Conteratto *et al.*, (2019), aponta que a demanda por alimentos oriundos da agricultura familiar, principalmente pelos artesanais ou de agroindústrias familiares, estão em ascendência. A população vem aderindo à aquisição de produtos agroalimentares, obtidos em circuitos curtos de

comercialização de alimentos. Esta forma de comercialização, constitui um modo de venda dos produtos agroalimentares pela comercialização direta do produtor ao consumidor, ou por venda indireta de um único intermediário. Salienta-se também, a associação à proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores.

A definição de cadeias curtas resgata uma dimensão central das economias de proximidade e de escopo, que refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica (SCHENEIDER e GAZOLLA, 2017). Segundo Kneafsey (2013), uma cadeia curta enfatiza que existe uma relação comercial de troca, onde é possível identificar e rastrear a cadeia que um alimento percorre, do agricultor até o consumidor, envolvendo um número mínimo ou idealmente nenhum intermediário.

Essa prática tem se constituído como uma alternativa de renda aos agricultores, ao mesmo tempo em que aponta ser um dos pilares para os processos de desenvolvimento dos municípios, associados aos aspectos da cultura e das gastronomias (SCARABELOT, 2012).

O município de Severiano de Almeida, localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul, é formado, em sua maioria, por pequenas e médias unidades produtivas familiares, e esta configuração tem propiciado que as agroindústrias familiares participem de mercados, a partir de cadeias agroalimentares curtas. Neste sentido, a questão orientadora deste trabalho, busca identificar as formas de comercialização que são mais utilizadas pelas unidades de produção familiares, que se dedicam a agroindustrialização de alimentos no município de Severiano de Almeida.

Na tentativa de responder ao questionamento proposto, a hipótese parte da premissa que as agroindústrias familiares situadas no município de Severiano de Almeida, são consideradas de pequeno porte e comercializam os seus produtos na forma de cadeias curtas de comercialização, principalmente pela venda direta nas propriedades ou em feiras, sendo que esta importante forma de comercialização contribui com o desenvolvimento das propriedades rurais.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo consiste em caracterizar as agroindústrias familiares do município de Severiano de Almeida, que participam dos circuitos curtos de comercialização de alimentos.

Para atingir este objetivo, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

Identificar os principais produtos agroalimentares comercializados pelas agroindústrias, presentes no município de Severiano de Almeida;

Elencar as formas de comercialização utilizadas pelas agroindústrias familiares para a comercialização dos seus produtos neste município;

Verificar a motivação dos proprietários de agroindústrias, acerca da utilização dos circuitos curtos de comercialização, no município de Severiano de Almeida.

A importância deste trabalho está atrelada ao fato de que a abordagem das cadeias agroalimentares curtas remete a formas de comercialização da produção agrícola, que busca a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão que permita maior interatividade na construção mútua de relações de confiança.

Além disso, tendo em vista a importância que os empreendimentos agroalimentares têm para o município de Severiano de Almeida, que em sua maioria são compostos por agricultores familiares, apresenta-se como justificativa pessoal agregar conhecimento prático, pois as coletas, tratamento, análise e interpretação de dados oportunizam a obtenção de maiores informações acerca do tema.

1. Referencial teórico

Nesta seção será apresentado o referencial teórico, que embasou este estudo. Ele é composto pelos autores clássicos que trabalham os seguintes temas: cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento rural, partindo da valorização dos atores sociais e da emergência das cadeias curtas.

1.1 As cadeias agroalimentares curtas

O cenário agroalimentar modificou-se nos últimos anos, principalmente na quantidade de alimentos produzidos, para atender a demanda existente no mercado. Entretanto, surge a necessidade de buscar formas alternativas de produção, que visem assegurar, de forma sustentável, a segurança alimentar e o fornecimento de alimentos de qualidade para a sociedade.

Frente a isso, observa-se uma mudança na demanda de alimentos industrializados e padronizados, para uma busca pela valorização de produtos tradicionais e de proximidade espacial. Esse processo de (re)aproximação da produção ao consumo, implicou no reconhecimento da ruptura e da desconexão na cadeia alimentar, apoiada na ideia da sobrevivência agrícola e da restauração da confiança na produção de alimentos pelo

consumidor, mediante cadeias alimentares localizadas e pautadas em novas concepções e construções de qualidade, o “*qualityturn*” (GOODMAN, 2017).

Para o autor, o termo “*qualityturn*” ou “virada da qualidade” se apresenta como elemento propulsor de iniciativas contrárias as propostas homogeneizantes presentes no mercado, evocando para o debate noções de confiança e *embeddedness* (enraizamento). Em linhas gerais, a virada da qualidade traz ao debate elementos que atribuem qualidade aos alimentos, superando conformidades técnicas e considerando elementos como cultura, tradição, modo de vida, vínculo com o natural, entre outros (GOODMAN, DUPUIS e GOODMAN, 2012).

Desta forma, se fez necessário expor uma visão diferenciada sobre as formas de produção e consumo. As cadeias agroalimentares curtas ou redes agroalimentares alternativas são termos ou pesquisas recentes e vem sendo amplamente estudadas mundialmente.

As cadeias curtas de abastecimento podem ser definidas como expressão da vontade dos autores envolvidos em uma cadeia de valor, que buscam construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, étnicos e ambientais (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2017).

Para Marsden, Banks e Bristow (2000), o tamanho da cadeia agroalimentar tornou-se um elemento fundamental, que possibilita uma melhor compreensão dos novos padrões de desenvolvimento rural e tem potencial de propor futuras políticas para influenciar esses novos padrões.

As cadeias curtas implicam na redução ou eliminação dos intermediários nas relações entre produtores e consumidores, assim como na diminuição dos locais de passagem interna de uma cadeia de valor, encurtando o itinerário e o percurso de um alimento, dentro do sistema agroalimentar (GIUCA, 2012).

Belletti e Marescotti (2017), apontam que as cadeias curtas de abastecimento alimentar podem ser definidas como o processo de pular etapas da intermediação comercial, fazendo assim com que exista uma conexão mais direta entre agricultor/produtor de alimento e consumidor final. Esse método tem por objetivo elevar o preço obtido pelos produtores e reapropriar o valor agregado pela agricultura, na contenção dos preços para o consumidor.

Renting, Marsden e Banks (2017), apontam que é possível identificar três tipos de cadeias agroalimentares curtas. (i) Face a face: quando o consumidor compra diretamente do produtor, mantendo uma interação direta; (ii) Proximidade espacial: quando os produtos são produzidos e comercializados em uma região específica e; (iii) Espacialmente estendida: o produto é comercializado fora da sua região de produção, mas o consumidor possui acesso as informações do mesmo. Os exemplos de cada tipo de cadeia são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia das cadeias curtas

Face-a-face	Proximidade espacial	Espacialmente estendida
Tendas rurais; Feiras de agricultores; Vendas na propriedade; Colhe e pague; Entregas a domicílio; Cestas prontas; Encomendas; <i>E-commerce</i> .	Cooperativa de consumidores; Marca regional; Agricultura de base comunitária; Feiras regionais; Restaurantes; Supermercados; Eventos gastronômicos; Empreendimentos turísticos.	Selos de certificação; Códigos de produção; Efeitos de reputação.

Fonte: Renting, Marsden e Banks (2017)

Nas cadeias curtas de produção, o maior controle sobre a ação social e econômica de construir mercados, depende do relacionamento construído com consumidores e da criação e desenvolvimento dos recursos da propriedade. O relacionamento do mercado com consumidores tende a ser acompanhado pela confiança interpessoal ou nas instituições, que objetivam construir uma reputação simbólica para os produtos que comercializam (BALESTRO, 2017).

Cassol e Schneider (2017) citam que a confiança se torna uma questão essencial para a interpretação das motivações de consumo e de adoção de práticas sustentáveis por parte dos consumidores, constituindo um componente decisivo na construção de mercados e na manutenção de relações de trocas diferenciadas. Nas cadeias curtas, consumidores e produtores interagem diretamente e as relações de confiança acabam extrapolando suas dimensões técnicas, tornando-se uma questão social e afetiva.

Frente a importância das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das cadeias curtas de comercialização, a seção seguinte põe-se a dialogar sobre esta temática.

1.2 Agroindústrias familiares

A agroindústria familiar adquiriu importância, pelo fato de ser um dos elementos responsáveis pelo processo de desenvolvimento das áreas rurais e do fortalecimento da agricultura familiar. A partir das dificuldades enfrentadas pelas pessoas que vivem neste espaço, as agroindústrias de pequeno porte representam uma alternativa de emprego e renda, possibilitando, dessa forma, a inclusão socioeconômica dos mesmos (HAHN *et al*, 2016).

Mior (2005) coloca que a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se efetiva na comercialização. As máquinas e equipamentos são utilizados em escala menor, a matéria-prima é oriunda da própria família ou de vizinhos próximos, os processos são artesanais próprios, e a mão-de-obra é familiar.

Em consonância, Orsolin (2006), afirma que a agroindústria é “uma saída possível e sustentável para aqueles que buscam agregar valor a seus produtos”. Pois deixam de produzir commodities, não mais competindo diretamente com o mercado internacional. Além dos agricultores passarem a atuar em toda a cadeia produtiva, até a colocação do produto no mercado, também, levam o desenvolvimento para o interior dos municípios, diminuindo as migrações desordenadas, além de reduzir o poder poluente das indústrias, tão comum nas agroindústrias de grande porte.

Ao mesmo tempo em que se apontam vantagens para o desenvolvimento da agroindústria rural familiar, também se realçam dificuldades, como a cultura (racionalidade) desses

produtores, a falta de capacitação para o gerenciamento, a qualidade da mão-de-obra, a garantia de qualidade do produto, a escassez de capital e a infraestrutura de comercialização.

O maior e principal desafio enfrentado pelos agricultores familiares que agroindustrializam parte de sua produção, é a transformação destes empreendimentos em estabelecimentos legais do ponto de vista sanitário, ambiental, tributário, trabalhista e previdenciário (RIVA, 2009).

Santos (2006) relata que a legislação tributária faz com que muitas agroindústrias desistam das atividades ou fiquem a margem dos processos legais, pois para continuar na formalidade, precisam se adequar a figura jurídica, o que implica na inviabilidade do negócio.

Para Hahn *et al* (2016), devido as dificuldades de adaptação as normas exigidas pela fiscalização, algumas agroindústrias permanecem na ilegalidade, pois seus custos normalmente são altos, além disso, o processo é bastante burocrático e acaba sendo moroso. Frente a isso, muitos agricultores optam por trabalhar no anonimato, e este fato acaba afetando as agroindústrias que se adequaram a fiscalização, acarretando uma concorrência desleal.

Assim, ao apresentar estes aportes teóricos e autores, buscou-se caracterizar e destacar a importância das cadeias agroalimentares curtas e das agroindústrias familiares. Apesar de emergentes, os temas “vem crescendo entre estudiosos do norte global” (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2017). Também, se mostra pertinente a possibilitar a melhoria da qualidade de vida e a valorização dos atores sociais, inseridos nas unidades produtivas familiares.

2. Metodologia

O presente estudo utilizou-se de uma abordagem qualiquantitativa, sendo que esta tem duas finalidades principais: apresentar informações, que são normalmente resultantes de descrições narrativas, transcrições de entrevistas e de anotações provenientes de observações livres ou assistemática. No que refere-se à abordagem quantitativa, esta visa apresentar dados numéricos, registros de observações e respostas às perguntas de múltipla escolha (MOURA, FERREIRA E PAINE, 1998).

Quanto a natureza da pesquisa, trata-se do tipo exploratória-descritiva, sobre a qual Gil (2009) afirma ser uma abordagem apropriada para o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Além disso, descrevem as características de determinada população e o estabelecimento de relação entre as variáveis.

O tipo de pesquisa adotado neste estudo, foram os estudos de casos múltiplos. Com base em Gil (2009), este é um procedimento que proporciona as evidências de contextos diversos (diferentes agroindústrias familiares) e auxiliam na elaboração de uma pesquisa aprofundada.

Para desenvolver este estudo, foram pesquisadas seis unidades de produção familiares, no período de 20/08/2019 à 20/09/2019. E, para fins de ilustração, foram adotados os seguintes procedimentos, conforme é demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 – Procedimento utilizado para identificar os empreendimentos pesquisados

Unidade de produção	de	Tipo de unidade de produção familiar
A I		Agroindústria de processamento de mandioca <i>in natura</i>
A II		Agroindústria de embutidos
A III		Agroindústria de processamento de frango caipira congelado
P IV		Agroindústria de panificados
P V		Agroindústria de panificados
H VI		Produção e processamento de hortifrutí

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para analisar os dados, que foram coletados por meio de entrevistas, das observações e da pesquisa documental, utilizou-se da análise de conteúdo, que, segundo Roesch (2007), define as unidades de análise, sobre as respostas obtidas dos entrevistados e de observações, bem como categorias de análise e codificações para interpretação com base nas teorias que fundamentam o trabalho.

Além disso, foram apuradas informações sobre os empreendimentos agroalimentares existentes no município de Severiano de Almeida, bem como, das agroindústrias familiares associadas a circuitos curtos de comercialização.

Ainda, a técnica de estatística descritiva foi utilizada para realizar a análise de dados quantitativos, sintetizando os mesmos de maneira direta. Moraes (2005) cita que estatística descritiva pode ser considerada como um conjunto de técnicas analíticas, utilizada para resumir o conjunto dos dados recolhidos numa dada investigação, que são organizados, geralmente, através de números, tabelas e gráficos.

3. Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados em dois momentos. No primeiro, é feita a caracterização do processamento dos alimentos nas unidades de produção familiares, assim como os meios de produção utilizados para elaboração dos produtos. Em seguida é feita uma análise sobre as percepções dos entrevistados às questões de características dos produtos e da comercialização.

3.1 Caracterização das agroindústrias familiares

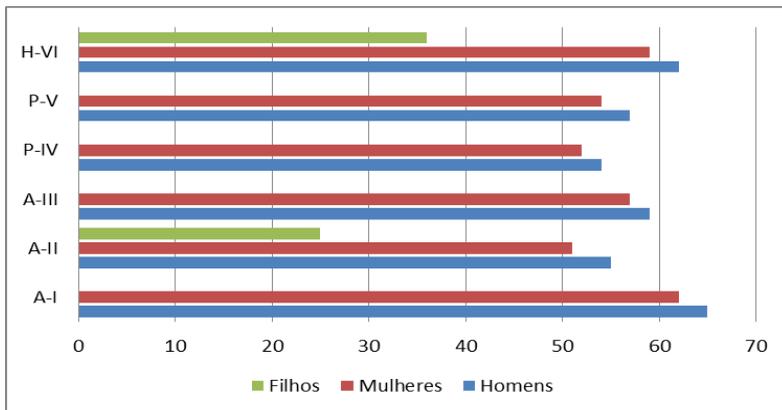
O município de Severiano de Almeida está localizado na Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS), e segundo dados do IBGE (2017), possui 648 unidades de produção familiares, sendo que seis destas possuem agroindústrias familiares.

Dessa forma, com base nos dados pesquisados, no que diz respeito aos entrevistados, em sua totalidade, são proprietários das agroindústrias, que investiram no processo de transformação e beneficiamento de alimentos. Nota-se a presença do conhecimento tácito, adquirido na prática e em cursos profissionalizantes.

Os agricultores familiares participantes deste estudo, apresentam um nível de escolaridade baixo, o que significa dizer que mais da metade das pessoas ocupadas com as atividades da agroindústria alimentar no município, possuem ensino fundamental incompleto. De acordo com os entrevistados, isso ocorre porque, quando estavam na idade de estudar, os pais tinham a necessidade de mão de obra na propriedade, o que os impedia de frequentar a escola, por mais tempo.

Convém evidenciar que, considerando os entrevistados e suas famílias, 85% deles possuem idade acima de 50 anos, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Faixa etária dos membros dos estabelecimentos entrevistados

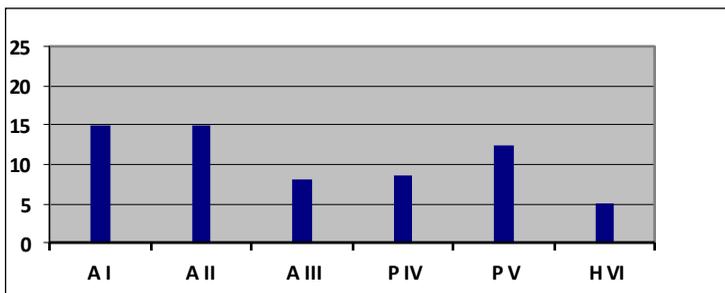


Fonte: dados da pesquisa (2019)

Dessa forma, observa-se que parte considerável dos membros das famílias pesquisadas, possuem idade acima de 50 anos e que apenas duas propriedades possuem filhos que residem nas mesmas, e são possíveis sucessores das atividades produtivas desenvolvidas.

De modo geral as agroindústrias, são de pequeno porte (Figura 2) e, além da transformação de produtos agroalimentares, somam-se outras atividades produtivas, como a produção e comercialização de alimentos *in natura*, ou ainda, que são utilizados como insumos para abastecer as agroindústrias.

Figura 2 – Tamanho da área das propriedades rurais (em hectares)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Dessa forma, de acordo com a figura 2, observa-se que todas as propriedades são classificadas, de acordo com seu tamanho, como sendo pequenas propriedades de agricultura familiar¹.

Destaca-se que as agroindústrias familiares pesquisadas comercializam: frango caipira congelado: um empreendimento; panificados: dois empreendimentos; hortifrúti um empreendimento; mandioca *in natura*: um empreendimento e;

¹ De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA - Brasil (2019), considera-se agricultor familiar o proprietário de terras que possui até quatro módulos fiscais. Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município; (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade, sendo que para o município de Severiano de Almeida cada módulo fiscal equivale a 20 hectares.

embutidos: um empreendimento. Infere-se que todas as agroindústrias pesquisadas, atuam de maneira formal, tendo algum tipo de selo, seja o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), o Selo de Produto Orgânico, fornecidos pela Rede Ecovida² ou ainda, o Selo Sabor Gaúcho.

Segundo Cassol e Schneider (2017) o selo possui um sentido muito importante no momento da comercialização dos produtos, pois os consumidores atribuem a confiança aos selos ou mecanismos formais de certificação, considerando que tal critério técnico, que também é legitimado por valores, é o que garante a confiabilidade do produto, que pode ter sido produzido sem o uso de agrotóxicos ou de forma justa. Ainda, promove-se pela troca de valores sociais e culturais, atribuídos aos produtos de origem sustentável e livres de agrotóxicos.

² A Rede Ecovida é formada por núcleos regionais, também chamados de “nós” que buscam promover a troca de informações, credibilidade e produtos – os “fluxos”. Os núcleos regionais são formados pelos membros da Rede em determinada região geográfica, sendo que os fluxos constituem-se nas atividades executadas pela Rede Ecovida, a qual destacou-se aqui a certificação participativa.

Quadro 3 - Configuração dos empreendimentos típicos de cadeias curtas, existentes no município de Severiano de Almeida – RS

AGROINDÚSTRIA	ANO*	PRODUTOS COMERCIALIZADOS	SITUAÇÃO LEGAL	FORMA DE PRODUÇÃO	SELO DE CERTIFICAÇÃO
A I	1997	Mandioca <i>in natura</i>	Formal	Orgânica	Sabor Gaúcho; Atestado de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária Estadual
A II	2001	Salame, banha	Formal	Convencional	SIM, Sabor Gaúcho
A II	2007	Frango caipira congelado	Formal	Convencional	SIM, Sabor Gaúcho
P IV	2010	Panificados	Formal	Convencional	Sabor Gaúcho; Atestado de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária

					Estadual
P V	2004	Panificados	Formal	Convencional	Atestado de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária Estadual
H VI	2009	Hortifrúti	Formal	Orgânica	Ecovida; Atestado de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária Estadual

* refere-se ao ano de constituição

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Révillion e Badejo (2011) citam que estabelecimentos informais implicam no aumento dos riscos sanitários aos envolvidos. Na visão dos proprietários dos empreendimentos estudados, eles se mostram cientes da importância da formalização, optaram em operar de maneira formal para produzir conforme as exigências dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Estas exigências permitem a padronização da produção, dos serviços e proporciona algumas vantagens na comercialização.

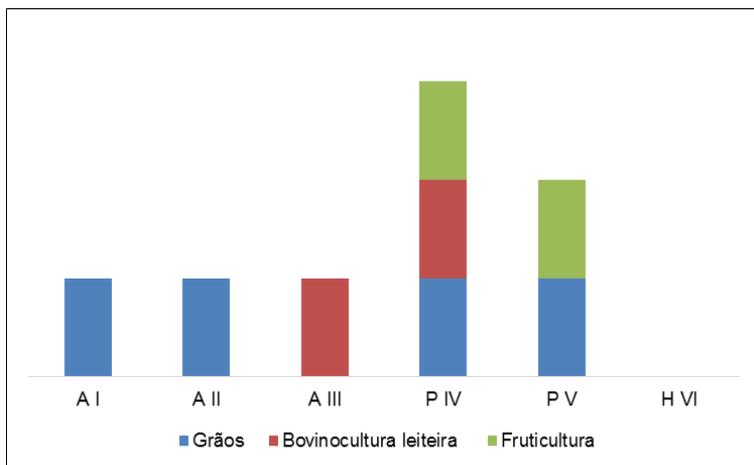
Para os empreendimentos que produzem alimentos de origem animal e vegetal, a forma de produção predominante é a convencional, neste universo, somente dois empreendimentos produzem de maneira orgânica. Conforme os entrevistados, a forma convencional de produção exige menor utilização de mão de obra, e menor complexidade, quando comparada à adequação exigida para o enquadramento na classificação de produção orgânica.

De um modo geral, a atividade de transformação ou ainda, da produção de hortifrúti é desempenhada juntamente com outras atividades. De acordo com Pelinsk *et al* (2006), a principal vantagem da diversificação, está na redução dos riscos e incertezas de uma exploração agrícola, sua adoção pode gerar ganhos econômicos diretos e indiretos vinculados, principalmente, à redução dos custos de produção, à obtenção de vantagens ambientais e à redução do impacto econômico, oriundo de incertezas vivenciadas no setor rural. Nas propriedades estudadas, observou-se que a produção de grãos (soja e milho) é uma atividade bastante presente, a mesma pode ser compreendida pelo fato de ter ocorrido uma valorização destas culturas nos últimos anos, mesmo levando em conta a baixa viabilidade desta atividade em pequenas propriedades.

Dos seis estabelecimentos de produção agroalimentar estudados, quatro deles utilizam esta atividade como fonte de renda principal, os demais diversificam a atividades dentro de suas unidades produtivas, de acordo com a extensão de terra e a mão de obra disponível na propriedade. Nesta perspectiva Barbosa (2016), afirma que a diversificação agrícola pode ser uma alternativa para agricultores familiares aumentarem seus rendimentos e por consequência, melhorar a qualidade de vida no campo. Assim, a diversificação da produção agrícola pode ser uma alternativa, possibilitando também, aumento na variedade e na quantidade de produtos ofertados ao consumidor.

A maioria dos produtores afirma, que inicialmente, utilizaram a produção agroalimentar como uma atividade secundária na propriedade, mas com o passar do tempo se tornou primária. Frisam ainda que a formação das agroindústrias se deu principalmente pela necessidade de complementação da renda. Nestas unidades, além da agroindustrialização, a produção de grãos também se faz presente, bem como atividades de bovinocultura de leite e fruticultura (Figura 3).

Gráfico 3 – Demais atividades desenvolvidas nas propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De acordo com os entrevistados, as instalações, principalmente das agroindústrias, foram criadas com o intuito de representar uma alternativa de complementação de renda. A constituição destes estabelecimentos deu-se principalmente pela necessidade de gerar recursos financeiros para as famílias, bem como, uma estratégia para manter os jovens nas propriedades e reduzir o êxodo rural, como demonstra a Figura 4.

Figura 4 - Razões que impulsionaram o surgimento das agroindústrias



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Além da produção para o autoconsumo, que pode ser considerada como uma questão fundamental na agricultura familiar, a transformação de produtos e comercialização de hortifrúti, também pode desempenhar um papel importante na diversificação da produção. A este respeito afirma Ramos (1983), que a diversificação das propriedades rurais estabelece vantagens, como a redução dos riscos, à medida que proporciona a minimização das perdas, por meio de obtenção de receitas com outros produtos, também estabelece alternativas em casos de frustrações climáticas e pragas. Além disso, a diversificação atua na redução de risco de mercado, a medida que o produtor, tendo fonte de renda em mais de uma atividade, pode comercializá-la uma ou outra, de acordo com os preços das mesmas.

A comercialização dos produtos das agroindústrias mencionadas nesta pesquisa, é transacionada principalmente na propriedade, supermercados e na feira local. No caso da comercialização nos supermercados, principalmente locais,

varia de acordo com a capacidade de oferta destes empreendimentos, de modo que o agricultor tem o compromisso de abastecê-los, semanalmente.

Deste modo, as agroindústrias estabelecem a inclusão social, que por meio da confiança e do estilo artesanal, convencem os consumidores a terem uma nova ótica sobre os alimentos que adquirem, voltados às questões de saúde e de sustentabilidade (CONTERATO, *et al.* 2019).

Conforme o Quadro 4 observa-se que as agroindústrias que mais dependem de matéria-prima de origem externa são as de panificados. Estas são oriundas dos supermercados locais e da agricultura familiar. Já os insumos dos produtores de hortifrúti, no caso, as sementes e mudas, são provenientes de revendas locais e também de produção própria, e a adubação é feita através de cobertura do solo com matéria orgânica. É importante ressaltar que três, dos seis estabelecimentos estudados produzem 100% da sua matéria-prima.

Quadro 4 - Origem dos fatores de produção dos estabelecimentos considerados na pesquisa, em setembro de 2019

AGROINDÚSTRIA	ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA	ORIGEM DA MÃO DE OBRA	ORIGEM DO CAPITAL
A I	Própria	Familiar	Recurso próprio e parte financiado
A II	Própria	Familiar	Recursos próprios
A III	Própria	Familiar	Financiamento
P IV	50% comprada, 50% própria	Familiar	Recursos próprios
P V	70% comprada, 30% própria	Familiar	Recursos próprios
H VI	50% comprada, 50% própria	Familiar	Recursos próprios

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O perfil dos produtores/estabelecimentos estudados, demonstra a importância da mão de obra familiar no desenvolvimento das atividades. Também se observa que a comercialização e a implantação da agroindustrialização contribui no sentido de aumentar o portfólio de atividades, ou seja, promover a diversificação como uma estratégia de redução de risco, seja climático ou de mercado. A comercialização ocorre no âmbito local, em que a relação de confiança é determinante no desempenho das atividades.

Quanto à origem do capital para implantação dos empreendimentos, quatro deram-se a partir de capital próprio, os demais, juntamente com o capital próprio, obtiveram financiamentos em bancos e cooperativas de crédito.

Neste contexto de inserção social e econômica, tornaram-se importantes os incentivos e programas desenvolvimentistas para a melhor concepção das cadeias agroalimentares curtas. De acordo com Mior (2005), a criação do Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar, teve grande contribuição para a alavancagem do segmento de produção de alimentos. O autor destaca que esta política pública, implementada no ano 1996, buscou reajustar a posição da agricultura familiar na sociedade.

A comercialização da maioria das agroindústrias, ocorre na propriedade rural, supermercados e feiras. Neste sentido as propriedades associadas à Associação de Agricultores Familiares de Severiano de Almeida (AGRIFASA), comercializam junto ao Sindicato dos Trabalhadores, que disponibiliza um espaço para a comercialização destes produtos. Duas das agroindústrias estudadas comercializam parte considerável de seus produtos no próprio espaço de produção, devido à proximidade com a BR 153 e também com a comunidade do Cerro do Meio Dia.

Com base, nesta identificação, os canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias familiares, estão classificados com base na tipologia das cadeiras curtas, do tipo Face-a-face (vendas na propriedade rural, feira de agricultores e tendas rurais); Proximidade Espacial (cooperativas, supermercados); e Espacialmente Estendidas, por meio dos

Selos de Certificação, que nesta pesquisa, identificou-se o Selo de produto orgânico e do Selo Sabor Gaúcho.

A importância de comercializar os produtos agroalimentares por meio das cadeias curtas, remetem a formas de comercialização que expressam proximidade entre produtores e consumidores, não única e necessariamente no aspecto espacial, mas a uma espécie de conexão, que permita provocar interatividade, facilitando que ambos conheçam os propósitos um do outro (SCARELOT e SCHNEIDER, 2012).

4.2 Percepção dos agricultores sobre a comercialização dos produtos agroalimentares

A percepção dos agricultores sobre a comercialização dos produtos agroalimentares no município de Severiano de Almeida, está atrelada a diferentes elementos, conforme é apresentado no quadro 5.

Quadro 5 - Fatores que influenciam no processo de comercialização, na visão dos entrevistados

Variável	Discordo totalmente (%)	Discordo parcialmente (%)	Nem concordo e nem discordo (%)	Concordo parcialmente (%)	Concordo totalmente (%)
Aparência dos produtos					100%
Preço dos produtos			16.66%	83.34%	
Venda			66.64%		33.36%

porta a porta					
Relação de confiança					100%
Relação de reciprocidade				33.36%	66.64%
Qualidade dos produtos					100%
Origem da matéria-prima				16.66%	83.34%
Local de comercialização					100%
Rotulagem				33.36%	66.64%
Tabela nutricional			16.66	33.36%	49.98

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com base no quadro apresentado acima, verificou-se que os principais requisitos, que possuem influência sobre a comercialização, são: aparência dos produtos apresentados; a relação de confiança estabelecida com os consumidores; a qualidade dos produtos e; o local de comercialização utilizado para a apresentação dos produtos agroalimentares.

Dessa forma, pode-se depreender que a aparência dos produtos está atrelada a apresentação de um produto bonito aos olhos dos consumidores, e de aspecto agradável. Em relação a

confiança, pode-se considerar que os consumidores, procuram confiabilidade no que estão os oferecendo, produtos que comprovem sua qualidade e estilo artesanal, que convençam os consumidores de sua qualidade, e a terem uma nova visão sobre os alimentos que adquirem, referente as questões de saúde e sustentabilidade. Em relação a qualidade dos produtos, verifica-se que existe uma relação com a produção orgânica e sem agrotóxicos. E, em relação ao ponto de comercialização, salienta-se que alguns empreendimentos são de fácil acesso, o que faz com que eles comercializem uma grande parte dos produtos na propriedade, mas em sua maioria, a comercialização acontece nos supermercados e na feira, que ocorre no prédio do Sindicato dos Trabalhados, sendo este local de fácil acesso aos consumidores, por estar localizado na área central da cidade.

Quanto as questões referentes ao preço do produto, venda porta a porta, reciprocidade, origem da matéria prima, rotulagem e tabelas nutricionais, os entrevistados entendem que estes aspectos não estão entre os principais aspectos influentes na comercialização dos produtos. Pois, eles compreendem que ao apresentar um produto com uma boa aparência e qualidade, estará demonstrando confiança aos clientes, fazendo com que o preço não interfira na comercialização.

Em relação a venda porta a porta, os entrevistados afirmam que esta atividade demanda de mais mão de obra, para aumentar a produção, e também para realizar as vendas. Referente a origem da matéria prima, explicam que por se tratar de um município pequeno, e por possuírem certificação do que produzem, os consumidores tem consciência de que para se obter um produto dentro do padrão, é necessária matéria prima de qualidade. Aqueles que estão operando sem possuir rótulos e tabela nutricional, salientam que o que prevalece neste modo de

comercialização local são as relações interpessoais. Esta observação deve-se a relação de confiança existente entre as partes, pois como se trata de um mercado local, os consumidores têm a preferência por produtos frescos, o que tende a conferir uma qualidade superior.

Dessa forma, estes elementos, identificados nesta pesquisa, também foram identificados por outras pesquisas, a exemplo de Cassol e Schneider (2017), que abordam que as relações de confiança podem assumir distintas formas, que refletem nos diferentes tipos de valorização e qualificação atribuídos aos alimentos por parte dos atores e na mobilização de uma variedade de valores, que são acessados para justificar escolhas e práticas cotidianas de produção e consumo. Os autores também citam que a confiança se torna uma questão essencial para interpretação das motivações de consumo e adoção de práticas sustentáveis, por parte dos consumidores.

Qualidade atualmente é uma vantagem competitiva, que diferencia uma empresa de outra, pois os consumidores estão cada vez mais exigentes em relação à sua expectativa, no momento de adquirir determinado produto (PINHEIRO *et al*, 2011).

Os entrevistados demonstraram-se satisfeitos com a relação que possuem com seus clientes. Todos demonstraram vontade de continuar com a atividade nas agroindústrias, pois acreditam que no futuro obterão maiores retornos financeiros com a produção de alimentos, devido a valorização de aspectos como confiança e qualidade dos produtos.

Considerações finais

Ao finalizar este estudo que buscou caracterizar as agroindústrias familiares do município de Severiano de Almeida, associadas à circuitos curtos de comercialização, infere-se que estes canais de comercialização são importantes mecanismos para a promoção do desenvolvimento rural do município. Além disso, este estudo permitiu identificar que as agroindústrias familiares desempenham um papel importante na oferta de alimentos para a população, na ocupação e na geração de renda das famílias.

Verificou-se, que em Severiano de Almeida, seis agroindústrias familiares fazem a comercialização de alimentos e apresentam as seguintes características: produção em pequena escala, o que torna os produtos exclusivos, especialmente no que concerne ao sabor e à apresentação. Utilização de mão de obra familiar, que em sua maioria atende somente o mercado local.

Dentre os canais de comercialização utilizados, identificou-se que as agroindústrias do município utilizam para comercializar seus produtos os seguintes canais: propriedades rurais, supermercados e feiras.

E, por fim, os proprietários das agroindústrias familiares informam que a motivação para continuar comercializando os produtos através das cadeias curtas, está atrelada à valorização que estes veem adquirindo com o passar do tempo, pela oportunidade de complementação da renda familiar e pela diversificação das atividades nas propriedades.

Os resultados da pesquisa contribuem para defender um conjunto de outras pesquisas já existentes que demonstram a importância das agroindústrias rurais na agregação de valor aos

produtos, geração de renda, incentivo para a permanência do jovem no campo, entre outros. De um modo geral, estas formas alternativas de produção e transformação encontram na agricultura familiar um ambiente favorável para o seu desenvolvimento

De um modo geral, pode-se mencionar que houve melhoria na qualidade de vida e nas condições financeiras das famílias entrevistadas, pois auxiliou na ocupação da mão de obra disponível na propriedade, disponibilidade de recursos financeiros, complemento de renda e ainda auxiliou financeiramente em casos de frustrações nas demais culturas. No entanto, é importante salientar que apesar das dificuldades, os agricultores possuem um mercado crescente para realizar a comercialização dos produtos agroindustrializados, uma vez que, esse tipo de produto, associado à tradição e aos mercados locais, tem sido cada vez mais valorizado, dada a relação com a segurança alimentar.

Ainda, aponta-se como fundamental para a promoção desta atividade, a conquista de mais mercados, de modo que se destaque a importância do consumo de produtos agroalimentares, com identificação de origem e certificação de qualidade, e que ainda, contribuam com o desenvolvimento rural, trazendo inúmeros benefícios a todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BALESTRO, M. V. Contribuições metodológicas para análise das cadeias curtas de produção: os ganhos da comparação e da casualidade. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias**

Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

BARBOSA, F. J. P. **A importância da diversificação agrícola como complemento na renda familiar na região de Manhuaçu – MG.** Rev. CCEI – URCAMP, V.20, n35, 2016.

BELLETTI G; MARESCOTTI A. Inovações econômicas em cadeias curtas de abastecimento alimentar. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.** 2019. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 19 out. 2019.

CASSOL, A. SCHNEIDER, S. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na feira do pequeno produtor de Passo Fundo/RS. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

CONTERATO, C. et al. 2019. **Uma análise sobre os empreendimentos rurais de alimentos agroindustriais.** Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de documentação e informação histórica regional – NDIHR, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIUCA, S. Conoscere la filiera corta. In: GIARÉ, F. GIUCA, S. (Org.) **Agricoltori e filiera corta: profili giuridici e dinamiche socio-economiche.** Roma: INEA, 2012, p. 11-30.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E.; GOODMAN, M. **Alternative Food networks.** London/New York: Routledge, 2012.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

HAHN, C. L.; CASARIN, V. A.; SANTOS, A. V.; MIRANDA, R. L.; ORTIZ, L. C. V. **Análise de mercado dos produtos da agroindústria familiar**: Estudo de caso do perfil do consumidor e do produtor Santo-Angelense – Rio Grande do Sul – Brasil. Revista Espacios, v38, n21, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/severiano-de-almeida/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 19 nov. de 2019.

KNEAFSEY, M. **Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU**: a Stare of Play of Their Socio-economic Characteristics. European Commission Joint Research Centre Scientific and Policy Reports, 2013.

MARSDEN, T. K.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, 2000.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. 2005 Chapecó: Argos.

MORAIS, M. C. **Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística**. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Bragança. Bragança, 2005.

MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C.; PAINE, A. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: EdUERJ. Rio de Janeiro, 1998.

ORSOLIN, J. Gestão da Comercialização na Agroindústria Rural Familiar. **Revista Administração**. Frederico Wesphalen, v.5. 2006.

PELINSKI, A.; AHRENS, D.C.; MILLÉO, R.D.S.; ZEMKE, E.; BENASSI, D. A.; RICHTER, A. S. **A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica**. IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná. 2006.

PINHEIRO A. F.; CARDOSO, W. S.; CHAVES, K. F.; OLIVEIRA, A. S. B.; RIOS, S. A. **Perfil de Consumidores em Relação à Qualidade de Alimentos e Hábitos de Compras**. UNOPAR CientCiêncBiol Saúde 2011.

Ramos, G. M. **Recomendações praticas para a diversificação nas propriedades**. Teresina: Embrapa. 1983.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

RÉVILLION, J. P. P.; BADEJO, M. S. **Gestão e planejamento de organizações agroindustriais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Editora da UFRGS, 1 ed, 2011.

RIVA, P. **Agroindustrialização Familiar: Uma Abordagem Sobre O Desenvolvimento Dos Produtores Familiares Rurais**.

2009, Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25367/000739276.pdf?sequence=1>>. Acesso em 28 de setembro de 2019.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e Pesquisa em Administração**: um guia para estágio, trabalho e conclusão. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, J. S. 2006. **Agroindústria Familiar Rural No Alto Uruguai Do Rio Grande Do Sul**: Uma Análise Do Processo De Comercialização. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89160/225457.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

SCARABELOT, M. **Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel dos atores em Nova Veneza, SC**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre, 2012.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e o desenvolvimento local**: um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre, 2012.

SCHNEIDER, D.; FERRARI, D. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar**: O Processo de Realocização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Introdução e aspectos gerais do debate. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e**

redes agroalimentares alternativas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS EM ITATIBA DO SUL (RS): UM ESTUDO SOBRE A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Felipe Toniolo
Zenicléia Angelita Deggerone

Introdução

Os impactos do sistema agroalimentar convencional têm suscitado debates entorno de sistemas alimentares alternativos e redes alternativas de distribuição de alimentos. Esse debate ganhou atenção especial na Nova Sociologia Econômica, que tem fomentado o estudo dos mercados como estruturas sociais e não mais como apenas um mecanismo abstrato e neutro de encontro entre compradores e vendedores (ABRAMOVAY, 2004).

Como uma forma de mercado alternativo, temos as cadeias curtas de comercialização, que buscam aproximar consumidores e produtores, resgatando relações de confiança entre os atores e identificando a procedência dos alimentos. As cadeias curtas também se apresentam como um novo panorama para o desenvolvimento rural, pois um circuito curto de comercialização permite o desenvolvimento de novas relações, aliando preço justo e igualdade (ecológica) dos produtos alimentares (MARSDEN et al., 2000).

A exemplo das cadeias curtas, temos as feiras livres de comercialização direta. Este tipo de canal de comercialização, pressupõem uma interação direta entre consumidores e

produtores, destacando-se a confiança dos consumidores na procedência e na qualidade dos alimentos. Ademais, elenca-se que as feiras livres apresentam um papel importante na movimentação da economia local e na geração alternativa de renda para agricultores familiares locais.

No município de Itatiba do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, a feira livre vem se consolidando como um importante canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. Ela teve início em 1982 e atualmente conta com uma estrutura própria, localizada no centro da cidade, com a participação direta de três agricultores familiares, que realizam a comercialização de alimentos em três dias da semana. Dessa forma, a questão norteadora que orientou a elaboração deste estudo buscou identificar quais foram os elementos políticos, econômicos e sociais que contribuíram para a construção social deste mercado em Itatiba do Sul.

Na tentativa de identificar estes elementos, este trabalho parte da hipótese de que a feira foi construída a partir da organização das entidades locais e da atuação dos agricultores familiares, dado a necessidade de criar um mercado que agregasse valor aos produtos, escoasse a produção e valorizasse a produção agroalimentar local. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar como se deu a construção social da feira da agricultura familiar no município de Itatiba do Sul.

Especificadamente, pretendeu-se com esta pesquisa:

- Caracterizar as propriedades rurais que participam da feira da agricultura familiar neste município;

- Identificar os produtos agroalimentares comercializados na feira;

- Verificar quais outros canais de comercialização são acessados pelos agricultores familiares feirantes, para a comercialização de alimentos.

A elaboração deste trabalho justifica-se na medida em que as feiras livres de venda direta têm se apresentando como um importante canal alternativo de comercialização agroalimentar. Estes espaços, segundo Schneider e Ferrari (2015), se apresentam como opções com diferentes dimensões: (i) espaciais, ao abreviar as distâncias que os alimentos percorrem entre a produção e o consumo; (ii) sociais, ao gerar contato face a face entre produtores e consumidores, que resultam em confiança e integração na cadeia; e (iii) econômicas, criando mercados locais para a produção.

Ainda conforme os referidos autores, devido à complexidade da produção alimentar contemporânea, as cadeias curtas e convencionais acabam não tendo seus limites definidos. Não obstante, “as cadeias agroalimentares curtas parecem representar uma dimensão importante nos novos padrões de desenvolvimento rural emergentes. Através delas estabelecem-se novos padrões de consumo agroalimentares e uma maior conexão entre produtores e consumidores” (FERRARI, 2011, p. 92).

Os estudos realizados sobre estes espaços de comercialização têm destacado que a atratividade das feiras em relação a outras formas de varejo centra-se no maior frescor dos produtos, mas, sobretudo, na dinâmica característica de negociação do preço e o atendimento diferenciado (faceaface com o produtor). Além disso, “as feiras também se constituem

em uma importante estratégia de reprodução social da agricultura familiar” (SILVESTRE, CALIXTO E RIBEIRO, 2005, p. 4).

As feiras assumem um importante papel de contribuição significativa para o desenvolvimento rural sustentável, propiciando uma produção e uma distribuição de alimentos que não geram demasiados impactos ambientais, favorecendo a inclusão de agricultores e gerando maior autonomia nos processos de comercialização. Além disso, possibilitam a geração de renda, propiciando ganhos para o consumidor, para o agricultor e para a sociedade.

As feiras livres de venda direta também compõem um importante campo de estudos e investigação, dado que a alimentação é de real importância para o desenvolvimento humano, e que os agricultores, progressivamente, estão se inserindo nos mercados de modo que, junto aos consumidores, assumem o papel de protagonistas na construção social de mercados. Dessa forma, torna-se relevante estudar o modo como são criados estes espaços de comercialização e quais são os benefícios gerados aos agricultores familiares que participam deste canal de comercialização.

1. Referencial teórico

Nesta seção, serão apresentados estudos sobre a construção social dos mercados agroalimentares alternativos, em especial sobre as cadeias curtas de comercialização e da importância das feiras livres de alimentos.

1.1 Construção social de mercados agroalimentares

A sociologia econômica contemporânea tem se dedicado nos últimos anos ao estudo das construções sociais de mercados, em especial dos mercados agroalimentares, ao passo que cada vez mais se faz crescente as preocupações em torno das questões alimentares e nutricionais, da sustentabilidade, das mudanças climáticas, da crescente urbanização da população e da má distribuição dos alimentos (PREIS et al., 2018).

Dessa forma, Abramovay (2004) aponta que importantes correntes da sociologia e da economia têm preconizado o estudo dos mercados como estruturas sociais e não mais como apenas um mecanismo abstrato e neutro de encontro entre compradores e vendedores. A auto regulação do mercado depende diretamente de como a interação social ocorre, e por isso, Schneider (2016, p. 95) explica que:

Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos, protestos e disputas.

Entende-se que os mercados só podem ser compreendidos como espaços reais de interações sociais, onde ocorrem os confrontos entre atores, seja de forma cooperativa ou de concorrência (ABRAMOVAY, 2004). Conforme Braga (2019), a partir da abordagem dos mercados como construções sociais, baseando-se na análise de redes sociais, mundialmente muitos estudos vêm se desenvolvendo na análise dos mercados agroalimentares, em especial dos circuitos curtos de comercialização.

Ainda com base em Braga (2019), existe uma tendência na valorização dos sistemas alimentares alternativos (ou redes agroalimentares alternativas), devido a uma crise em torno dos sistemas agroalimentares convencionais, ao passo que estes sistemas seguem a tendência de uma estrutura de mercado desenraizada das relações sociais por terem uma economia cada vez mais internacionalizada, que visa preferencialmente o lucro e por produzirem alimentos poucos nutritivos.

Além disso, na medida que os sistemas agroalimentares se globalizaram, a alimentação se desenraizou e rapidamente perdeu sua conexão com sua base natural. Estes aspectos, associados à falta da procedência geográfica dos alimentos e à cultura alimentar adotada pelas pessoas, têm causado alguns problemas, como obesidade, mánutrição, fome, pobreza, impactos sobre o meio ambiente, recursos naturais e os próprios agricultores (SCHNEIDER e GAZOLLA 2017).

Para tentar solucionar estes problemas, nos últimos anos, no Brasil, vem ganhando força fenômenos e processos de cadeias curtas de abastecimentos e redes agroalimentares (SCHNEIDER e GAZOLLA 2017). Segundo Renting, Marsden e Banks (2017, p.27), “a criação, funcionamento e evolução das novas cadeias ou cadeias alternativas de abastecimento alimentar é uma das dimensões fundamentais dos novos padrões de desenvolvimento rural.”

Com isso, as cadeias curtas de comercialização de alimentos apresentam-se como um dos sistemas alternativos agroalimentares, à medida em que reduzem a distância entre produtores e consumidores, resgatando a questão da confiança nas relações econômicas e na procedência dos alimentos (CASSOL e SCHENEIDER 2017).

As cadeias curtas de comercialização constroem novas formas de interação entre produção e consumo, resgatando a procedência e a identidade dos alimentos, além de valores sociais, culturais, éticos, ambientais e significados simbólicos (SCHNEIDER e GAZOLLA 2017), reduzindo os custos de comercialização e a quantidade de quilômetros rodados pelo alimento, possibilitando agregação de valor (BELLETI e MARESCOTTI 2017).

Segundo Conterato e Strate (2019), as cadeias agroalimentares curtas apontam para formas de comercialização que busquem a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão com maior interatividade na construção mútua de relações de confiança. Ou seja, estabelecendo novas relações mercantis.

Existem três formas de compreender as cadeias curtas de comercialização a partir da estrutura organizacional e dos mecanismos específicos de ampliação das relações no tempo e no espaço, segundo Renting, Marsden e Banks (2017): uma interação faceaface, uma relação um pouco mais ampla, que abrange, além da interação direta, as relações de proximidade, e outra que amplia ainda mais o alcance a relações estendidas no tempo e no espaço.

A categoria faceaface baseia-se essencialmente na relação em que “consumidores adquirem produtos diretamente do produtor ou processador, sendo que a autenticidade e confiança são mediadas pela interação pessoal” (RENTING, MARSDEN E BANKS 2017, p. 36). Os exemplos deste tipo de cadeia são as vendas de porta em porta, vendas realizadas diretamente na unidade de produção, feiras de agricultores, ou

atualmente através do comércio *on-line* e *e-commerce* (RENTING, MARSDEN E BANKS, 2017).

A segunda categoria de cadeias curtas de comercialização, conforme Renting, Marsden e Banks (2017), compreende as cooperativas de consumidores, mercearias locais, restaurantes, eventos especiais como as feiras, cantinas de escolas, grupos de tendas rurais, marcas regionais e agricultura de base comunitária.

Na terceira categoria, os produtos são vendidos para consumidores de fora da região de produção, podendo alcançar cobertura global. O que possibilita que essa categoria ainda seja compreendida como cadeia curta é o fato de o produto incorporar informações portadoras de valor, através de selos de certificação, códigos de produção e efeitos de reputação que estão junto às embalagens, possibilitando que o consumidor se conecte com o local de produção e, potencialmente, também se conecte aos valores das pessoas envolvidas e dos processos de produção (RENTING, MARSDEN E BANKS (2017).

Logo, pode-se verificar que a comercialização por cadeias curtas possui seu grande imperativo na conexão dos consumidores à realidade e aos processos de produção. Isso não significa, necessariamente, uma comercialização direta, mas mecanismos que garantam segurança e confiança do consumidor sobre a procedência do produto. Para melhor compreensão, apresenta-se a seguir, as feiras livres de venda direta, representadas pelos canais de “face-a-face”, ou seja, a comercialização que ocorre diretamente entre consumidor e produtor, evitando atravessadores, num mercado que valoriza relações de confiança, tornando-se importante canal de escoamento da produção da agricultura familiar.

1.2 Cadeias curtas de comercialização: feiras livres de venda direta

As feiras livres consistem em “eventos periódicos, que ocorrem em espaços públicos, no qual homens e mulheres realizam trocas comerciais de mercadorias, com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida” (MODEL e DENARDIM, 2014,p.7), propiciando o escoamento da produção agrícola local. São consideradas, também, como uma das primeiras formas de mercado. Dantas (2008) enfatiza que as feiras, ao serem compreendidas como instituição destinada à troca comercial, têm a sua origem relacionada ao renascimento da atividade comercial na passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

Nesse sentido, “falar das feiras é reconstruir a evolução das relações de troca em praticamente todas as partes do mundo” (DANTAS, 2008, p.87), pois falar das feiras também é apontar um fenômeno primitivo e espontâneo que está ligado estreitamente com o surgimento das cidades, ao passo que a realização de intercâmbios de mercadorias e o abastecimento da população representava o embrião de uma nova aglomeração humana, sendo também elemento essencial para reunir os homens em sociedade (DANTAS, 2008).

Entretanto, apenas nos últimos anos as feiras livres de venda direta vêm sendo revalorizadas, tanto por consumidores, como por pesquisadores. Isso se deve principalmente ao crescimento do debate e busca por redes agroalimentares alternativas, a valorização da comercialização de alimentos produzidos localmente, o aumento da inserção dos agricultores familiares no mercado e a busca por um desenvolvimento rural sustentável (CASSOL e SCHNEIDER, 2017).

Essa revalorização também pode ser visualizada através dos números. Segundo MDS (2014 *apud* Cassol e Schneider, 2017), no Brasil existem cerca de 5.119 feiras livres entre os 1.628 municípios pesquisados. A pesquisa também revelou que em apenas 38% dos municípios pesquisados não foram encontradas feiras livres, e que 83% das feiras livres ocorrem semanalmente.

Para Araújo e Ribeiro (2018), a relevância das feiras está no abastecimento direto de consumidores, na geração de renda para a população rural e na animação do comércio urbano. Porém, sua importância ultrapassa a economia para compreender também hábitos alimentares, costumes sedimentados e a própria cultura.

Pode-se afirmar que as feiras livres de venda direta abrangem um emaranhado de relações e modos de funcionamento que as caracterizam enquanto mercado diferenciado. Em seu interior consumidores e produtores interagem através de interações faceaface, permitindo que valores sociais e culturais circulem no interior dos territórios (CASSOL, 2018).

Dessa forma, conforme afirma Sato (2017), a feira livre se caracteriza por estruturar-se numa ampla rede de relações sociais que mescla diversas gramáticas sociais e vale-se de regras tácitas. A dinâmica dá-se por meio de relações de cooperação e de competição. O autor acrescenta que essa rede se amplifica para além do espaço em que as feiras se instalam, ganhando corpo no cotidiano por meio das conversas entre vizinhos de banca, no burburinho e nos debates mais amplos.

Dado o crescente destaque que as feiras livres vêm ganhando, algumas pesquisas têm investigado e fundamentado

as relações/interações que ocorrem dentro das feiras livres, bem como apresentado a sua importância social e econômica para os agricultores, para os consumidores e para os municípios. As pesquisas também vêm levantando os principais desafios enfrentados por essa forma de mercado.

Um destes estudos é apresentado por Verano (2019), que desenvolveu uma pesquisa com as feiras municipais de Goiás, revelando que as feiras se diferenciam por apresentarem uma maior qualidade dos produtos, movimentarem a economia local, e gerarem alternativa de renda para agricultores familiares locais.

O autor acrescenta que, para alguns entrevistados, “a maior qualidade está no frescor, para outros está no menor risco, por ser um alimento ‘orgânico’ ou porque foi utilizado menos agrotóxicos no processo de produção, e para outros está na confiança que tem com o agricultor, já que ele é de seu círculo social” Verano (2019, p. 79). A pesquisa também revelou que para alguns consumidores, a feira é local de encontrar produtos que não existem nos mercados convencionais.

Outra pesquisa, desenvolvida por Cassol e Schneider (2017), identificou que os consumidores da feira de pequenos produtores de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, atribuem a confiança nas relações construídas com os produtores da feira, e também à qualidade percebida nos produtos. Segundo os autores, esta qualidade está relacionada a uma representação social de que os alimentos vendidos, além de serem mais frescos, por terem sido colhidos e rapidamente ofertados, são também o que melhor remetem as formas de produção e preparo ligadas aos valores culturais da região.

Além disso, Ferrari (2011) ao pesquisar as feiras livres de Chapecó, Santa Catarina, concluiu que a busca dos produtores em se integrar às feiras liga-se primeiramente por razões comerciais, embora a pesquisa revele que a possibilidade dos produtores se encontrarem com outros produtores pode ser vista como algo que agrega ao gosto de vender na feira livre. No tocante aos consumidores, Ferrari destaca que frequentar as feiras relaciona-se ao contexto de troca e à qualidade dos produtos ofertados.

Além do mais, podemos visualizar outros estudos que apontam que as feiras livres contribuem com a economia das famílias e a economia local. Dias (2017), ao pesquisar a comercialização de produtos da agricultura familiar no município de Bagé, Rio Grande do Sul, concluiu que a feira livre se apresenta como um importante meio de escoamento da produção e de movimentação da economia local, ao mesmo tempo que incentiva a produção local, gera emprego e renda a uma grande quantidade de trabalhadores, para além de incentivar a agricultura familiar, importante setor econômico.

Porém, alguns desafios enfrentados por essa forma de mercado demandam atenção. Como aponta Araújo e Ribeiro (2018), as feiras livres carecem de atenção dos governos, necessitando de políticas públicas que incentivem a melhora das estruturas, de assistência técnica e de inclusão produtiva, principalmente para a mobilidade dos feirantes de suas unidades de produção, ao espaço em que ocorrem as feiras livres, dado que isso pode se apresentar como um limitante para inclusão de alguns produtores.

Outra dificuldade encontrada na agricultura de modo geral e na feira livre é a da sazonalidade da produção, ou seja,

alimentos que são específicos de uma estação. Para sanar essa dificuldade, estudos têm apontado que o investimento por parte dos agricultores familiares na diversificação da produção e no beneficiamento da produção têm garantido uma regularidade de alimentos ofertados (PEREIRA et al., 2017; ARAUJO e RIBEIRO, 2018).

Verifica-se, portanto, que as feiras livres de venda direta são canais de comercialização diferenciados, em que incentiva a valorização dos alimentos locais, a inserção dos agricultores familiares no mercado, a movimentação da economia local e a criação de relações diretas entre consumidores e produtores.

2. Metodologia

Para a realização deste trabalho foi utilizada uma abordagem qualiquantitativa de natureza exploratória-descritiva, sobre a qual Marconi e Lakatos (2010) afirma ser uma abordagem apropriada, por possuir como objetivo descrever completamente determinado fenômeno, encontrando descrições tanto quantitativas e qualitativas, quanto acumulação de informações detalhadas, como as obtidas por observação participante.

A abordagem qualitativa refere-se às descrições narrativas, resultantes das transcrições de entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas e de anotações provenientes de observações livres ou sistemáticas. Já a pesquisa quantitativa refere-se aos dados coletados que podem ser diretamente convertidos em uma forma numérica (MOURA, FERREIRA e PAINE, 1998).

O tipo de pesquisa adotado, foi o estudo de caso. Segundo Fonseca (2002, p. 33), o estudo de caso permite “conhecer com profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.”

Os dados primários foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com representantes das instituições que fomentaram a construção da feira: a EMATER-RS/ASCAR, a Prefeitura Municipal, o Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SUTRAF) e as famílias que comercializam na feira livre. A aplicação da entrevista ocorreu na sede das instituições, com seus representantes ou com pessoas indicadas por estes, durante o mês de setembro de 2019. Somente a pesquisa aplicada ao Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), ocorreu de forma on-line, por envio de questionário por e-mail, pelo fato de sua sede estar localizada em outro município. Já a pesquisa desenvolvida com as famílias, ocorreu em suas respectivas unidades de produção, localizadas na comunidade de Derrubadas, distante 8 Km da cidade de Itatiba do Sul.

Os dados de fonte secundária foram coletados no segundo semestre de 2019, através do arquivo histórico da Emater-RS/ASCAR, SUTRAF, Prefeitura Municipal e pelo livro ata do grupo de famílias da Associação de Cooperação de Derrubadas (ACD). Também foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e artigos para análise das informações coletadas.

Para a análise dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo, que Bardin (2011) define como sendo o conjunto

de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

3. Resultados e discussões

Diante do proposto, apresenta-se aqui os resultados da pesquisa desenvolvida junto às famílias que participam na feira da agricultura familiar de Itatiba do sul e junto às instituições que possuem relação direta com a feira. Primeiramente apresenta-se o processo de construção e consolidação da feira da agricultura familiar no município de Itatiba do Sul e, na sequência, apresenta-se uma caracterização das famílias que participam da feira.

3.1 Histórico da construção social da feira da agricultura familiar no município de Itatiba do Sul / RS

A construção social da feira da agricultura familiar no município de Itatiba do Sul é marcada por dois períodos, sendo o primeiro do ano 1982 até o final da década de 1990 e o segundo período do ano 2001 aos dias atuais. Esta divisão é feita porque no meio dos dois períodos houve um tempo sem a comercialização de alimentos e de mudanças no quadro de famílias que participavam da feira.

No primeiro período, o processo inicial de organização, segundo relatos do Entrevistado A (2019), esteve atrelado diretamente a dois fatores. Primeiramente o fomento da Emater-

RS/ASCAR, na organização do espaço e também no transporte dos produtos até o local de comercialização. Já o segundo fator refere-se ao deslocamento diário de muitas pessoas até a cidade de Itatiba do Sul, para atuar em instituições públicas, recém-inauguradas, como o Bannrisul, a Emater-RS/ASCAR e a delegacia da polícia. Os trabalhadores demandavam por alimentos *in natura* ou semiprocessados, e isso acabou instigando a formação desse espaço de comercialização.

Neste período, a feira possuía uma pequena estrutura, como se pode visualizar na figura 01.

Figura 01 – Primeira Sede da feira de Itatiba do Sul



Fonte: Arquivo histórico Emater- RS/ASCAR (2019)

Este espaço de comercialização contava, inicialmente, com apenas uma família. Após um tempo, outras famílias se somaram, sendo três as que se estabilizaram na comercialização até o final da década de 90. Conforme relatos do entrevistado A

(2019), a feira ocorria nas sextas-feiras, e a Emater-RS/ASCAR contribuía no transporte dos produtos, pois os agricultores não tinham como se deslocar até a cidade. A produção na época era pouco diversificada, tendo como principais produtos alface, “radichi”, repolho, cenoura e beterraba. Os relatos também apontam que inicialmente comercializava-se apenas o excedente da produção da propriedade.

Já no segundo período, o fomento da feira se deu principalmente por quatro entidades: o Sindicato Unificado de Trabalhadores da Agricultura Familiar-SUTRAF (no início Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR), o Centro de Tecnologias Alternativas Populares-CETAP, a Prefeitura municipal e a Emater-RS/ASCAR. A participação do SUTRAF iniciou no ano de 1997 na articulação de grupos de famílias para dialogar sobre questões produtivas, como a armazenagem e manutenção de semente crioulas, a aquisição de insumos, trocas de dias de serviços e também por questões de ordem política e de formação. Ademais, o SUTRAF também auxiliou os agricultores através da cedência dos espaços para a sede da feira e na parceria com a prefeitura municipal para a construção da sede atual.

A participação do CETAP iniciou em 1998, com a assessoria a alguns grupos de famílias iniciados pelo SUTRAF, através da assistência técnica para a produção de alimentos e na comercialização direta pela feira da agricultura familiar. Hoje o CETAP assessora duas das três famílias que participam da feira.

A atuação da Prefeitura Municipal se deu pelo suporte de infraestrutura, através de ajuda na construção do espaço onde ocorre a feira, da aquisição de alguns equipamentos através da

consulta popular estadual, como balança, freezer e câmara fria, e pelo fomento da secretaria da agricultura na produção de alimentos.

Já a Emater-RS/ASCAR atuou principalmente no fomento e na organização da produção de alimentos. Porém, suas ações variaram ao longo do tempo, principalmente em decorrência de políticas adotadas pelos governos estaduais.

A importância da intervenção direta destas instituições no apoio, incentivo e fomento da feira, tem sido apontada por outros estudos, como o desenvolvido por Pavan e Junior (2016), na feira agroecológica de Chapecó. Os autores afirmam que as instituições desempenham um importante papel no fomento inicial da feira e em seu processo de consolidação através do trabalho de organização e no apoio infra estrutural.

No segundo período alusivo à constituição da feira em Itatiba do Sul, registrou-se a participação de 11 famílias, e a mesma ocorria na garagem do SUTRAF. Conforme relato no livro ata da Associação de Cooperação Derrubadas (ACD/ Ata nº 07/1998 e Ata nº 06/2001), neste período, os principais motivos que levavam as famílias a realizar a feira eram: promover a melhoria de vida, gerar credibilidade e renda e ter um canal de comercialização direta. Esses motivos vão de encontro, ao que Ploeg (2008), enfatiza, quando evidencia que os agricultores familiares vivem um processo de exclusão forjado por grandes impérios alimentares, buscando (os agricultores) criar canais de comercialização alternativos. Verano (2019) também enfatiza que a inserção dos agricultores familiares em grandes cadeias alimentares não tem se mostrado eficaz, reafirmando a importância da busca de canais de

comercialização direta, que propiciem a inserção dos agricultores familiares no mercado.

Neste período a feira funcionava aos sábados pela manhã. Porém, a partir de pedidos de alguns consumidores e por haver maior movimentação de pessoas na cidade, principalmente de outros agricultores, a feira passou a acontecer nas sextas-feiras. Nesse período as famílias de agricultores entregavam os produtos na feira e algumas pessoas (do grupo das famílias) realizavam a comercialização.

Conforme descrito no livro ata do grupo Associação de Cooperação Derrubadas (ACD/ Ata nº 14/2002), e relatos das famílias, este período inicial teve algumas dificuldades: poucas vendas, quedas na comercialização, proibição da comercialização de alguns produtos pela vigilância sanitária, frete inviável, falta de divulgação e falta de planejamento do plantio dentro do grupo. Nesse sentido, o CETAP buscou contribuir para solucionar ou minimizar esses problemas, através de formações sobre produção agroecológica, gestão, cooperação e também através da organização e planejamento da produção em reuniões. Contudo, apesar de terem sido realizadas importantes ações, gradativamente ocorreu a saída de alguns agricultores familiares, restando no ano de 2006, apenas duas famílias na feira.

O baixo número de feirantes proporcionou que houvesse menor disponibilidade de produtos para uma população urbana crescente e para uma população rural que, ao diminuir a diversidade de alimentos em suas unidades de produção, também passou a comprar na feira. Ao dar-se conta desta realidade, uma das famílias passa a fomentar a entrada de novas famílias. Esse incentivo, proporcionou a entrada de novas

famílias no ano de 2009. Nesse período, a feira passou a ocorrer em uma nova estrutura, feita em alvenaria, construída pela Prefeitura Municipal em frente à antiga sede, conforme podemos visualizar na figura 02.

Figura 02 - Terceira sede da feira de Itatiba do Sul



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em 2010, também ocorreu a contratação de uma funcionária para realizar a comercialização na feira, propiciando que a feira ficasse aberta de segunda a sexta-feira. Após o período de dois anos, as famílias, desestimuladas pelo alto custo de manter uma funcionária e por entenderem ser desnecessário a venda em todos os dias da semana, revolveram demitir a funcionária, e as famílias participantes da feira passaram a realizar a comercialização de alimentos em dois dias da semana, nas terças e sextas-feiras.

Neste período, também se adotou a comercialização de alimentos através das vendas de porta em porta, ou seja, nas

terças e sextas-feiras, em que as famílias abriam a feira, uma família reunia parte dos produtos e passava nas casas comercializando. Contudo, neste mesmo, período, ocorre novamente a saída de famílias, restando apenas duas. A saída, das famílias esteve atrelada a problemas de relacionamento entre algumas famílias e dificuldade em manter a estabilidade na produção de alimentos.

Apesar da existência destes problemas, que interferiram na participação de alguns agricultores na feira, em 2014, o SUTRAF, junto com a Prefeitura Municipal, somou esforços para a construção da nova sede para o funcionamento da feira. Essa construção foi possível por causa dos recursos disponibilizados pelo Fundo Estadual de Apoio Ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), da extinta Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR).

A nova sede da feira passou a ter uma estrutura mais adequada, com banheiros, cozinha e depósito, propiciando uma melhor qualidade para quem comercializava e para quem frequentava o local para a aquisição de alimentos (figura 03).

Figura 03 - Foto da atual sede da feira



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme relatos das famílias (ENTREVISTADO B, 2019), quando a feira não possuía uma estrutura adequada, tendo apenas um telhado e um banca de madeira, as famílias tinham que usar lençóis ou outros materiais para defender os produtos da ação do sol ou da chuva, além de não possuírem locais para ir ao banheiro. Depois que a feira nova foi construída, facilitou a comercialização, garantindo um espaço agradável, sem interferir na qualidade dos produtos.

A nova sede da feira foi inaugurada em 20 de novembro de 2015. Mesmo possuindo uma capacidade maior, somente três famílias passam a participar da feira. Houve ações de algumas instituições, em especial SUTRAF, Emater-RS/ASCAR e Prefeitura Municipal, antes mesmo da inauguração do espaço, que buscaram reverter esta situação, estimulando a participação de outras famílias. Porém, mesmo conseguindo em algumas

reuniões a participação de mais de 10 famílias, essas ações não garantiram a participação efetiva, sendo que algumas famílias até chegaram a realizar a comercialização de alimentos em uma semana, mas logo desistiram de participar.

A partir da inauguração da nova sede da feira, não houve entrada ou saída de famílias, permanecendo assim, apenas três famílias. Estas famílias realizam a comercialização de seus produtos em três dias da semana, sendo que duas famílias que já vinham participando da feira continuaram a comercializar nas terças e sextas-feiras e a outra família, faz a comercialização na quarta-feira.

Segundo relatos dos entrevistados B, C e D (2019), nos últimos anos, houve uma maior diversificação dos produtos comercializados, sendo que o entrevistado C (2019) relatou comercializar mais de 18 produtos. Esse aumento da diversificação da produção está diretamente ligado ao aprimoramento das técnicas de produção. Entretanto, aponta-se que devido ao aumento da fiscalização sanitária, vários produtos processados, como geleias, salame, mandioca descascada, açúcar mascavo e panificados, deixaram de ser comercializados. Atualmente apenas uma família, possui liberação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para comercialização de derivados de leite na feira.

A pesquisa também identificou que algumas famílias, após terem deixados de comercializar pela feira em Itatiba do Sul, continuaram a realizar a comercialização direta através de vendas nas casas, ou venda para programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A ampliação dos canais de comercialização de alimentos pelos agricultores familiares, também foi identificado em outras

pesquisas. Dias (2017), ao estudar a feira em Bagé (RS), identificou que alguns produtores passaram a fazer a comercialização direta, de porta em porta, utilizando veículos próprios e com roteiros fixos, o que também se evidencia na realidade estudada.

Além de tudo, é possível ainda enfatizar que a feira da agricultura familiar de Itatiba do Sul e as instituições que realizam o fomento da feira, possuem o desafio de fazer com que mais agricultores passem a ocupar o espaço da feira, identificando os motivos que levam as famílias a desistir ou não conseguirem alcançar este mercado. Conforme Schneider (2016), a inserção dos agricultores familiares nos mercados é um processo dinâmico, que muda conforme os sujeitos/atores envolvidos e conforme o contexto e as condicionantes espaciais, e por isso é importante verificar quais os fatores que impedem ou limitam a inserção nos mercados e quais são os que fortalecem a permanência.

4.2 Caracterização das famílias que participam da feira da agricultura familiar

Atualmente a feira da agricultura familiar de Itatiba do Sul conta com a participação de três famílias. Estas, conforme relato dos entrevistados B, C e D (2019), se inseriram neste canal curto de comercialização ainda no ano de 2001, estimuladas pelos diálogos realizados no grupo Associação de Cooperação Derrubadas (ACD), pelo incentivo das instituições, pela identificação de uma oportunidade de agregação de valor à produção, proporcionando também uma oportunidade de ingressos de recursos financeiros semanais e pela pouca área produtiva. Assim, a produção de alimentos tornou-se uma boa

alternativa de renda. Salienta-se que duas destas famílias deixaram de comercializar pela feira em alguns períodos.

Em conformidade com este último item apontado pelos entrevistados B,C e D (2019), na tabela abaixo visualiza-se o tamanho das unidades de produção e a quantidade de área utilizada para a produção de alimentos, que é destinada a comercialização na feira.

Tabela 01 - Tamanho das unidades de produção e área destinada a produção para a feira

	Família 01	Família 02	Família 03
Área das Unidades de Produção	10.7ha	17.1ha	40.35ha
Área destinada a produção para a feira	6.5ha	12 há	33 há

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como pode-se visualizar, as unidades de produção possuem áreas pequenas, ambas enquadradas como pertencente a condição de agricultor familiar, regimentado pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Já as áreas destinadas a produção para a feira, variam de 6.5 ha da Família 01, 12 ha da Família 02 e 33 ha da Família 03. Estas áreas possuem relevo acidentado, que é uma característica comum existente no município de Itatiba do Sul, o que tende a impossibilitar a mecanização intensiva dos sistemas de produção. Esse fator, somado às pequenas áreas, estimula os agricultores familiares a

buscar mercados alternativos de comercialização para não sofrerem com a exclusão do mercado convencional.

Na tabela abaixo pode-se visualizar a relevância da feira como um canal alternativo de comercialização, pela quantidade de produção comercializada e pela representação no faturamento mensal das famílias participantes da feira.

Tabela 02 – Relação entre produção e faturamento das famílias que participam na feira

	Família 01	Família 02	Família 03
Quantidade da produção total comercializada na feira	> 70%	>50%	< 50 %
Porcentagem que a comercialização na feira representa na renda total das famílias	>50%	>50%	>25 %

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como pode-se visualizar a Família 01, comercializa mais de 70% da produção na feira da agricultura familiar. Já a Família 02 comercializa mais de 50%, e a Família 03 vende menos de 50%. O restante da produção destas famílias é destinado a outros canais curtos de comercialização, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e venda de porta em porta na cidade de Itatiba do Sul, alcançado por todas as famílias; venda no circuito de comercialização da rede Ecovida pelas Famílias 01 e 02; comercialização de porta em porta em

outra cidade e em restaurantes e padarias de Itatiba do Sul pela Família 03.

Visualiza-se também a porcentagem que a comercialização na feira representa na renda total das famílias. Dessa forma, identificou-se que as Famílias 01 e 02 agregam mais de 50% do faturamento mensal da propriedade rural pela feira, e a Família 03, cerca de 25%. Esses valores são obtidos pela comercialização de uma diversificada gama de produtos, sendo os principais: queijo, frutas cítricas, morango, uva, banana, abóbora, pepino, alho, cebola, verduras, legumes e raízes. É importante salientar que a oferta destes alimentos varia conforme a disponibilidade e a época de produção, interferindo na renda obtida pelas famílias.

Também se identificou a estrutura familiar das famílias participantes da feira, de modo que, das três famílias, duas são compostas por seis pessoas e uma composta por três pessoas. Apenas uma das famílias possui duas crianças que não estão envolvidas no processo produtivo e de comercialização. Destaca-se que das três famílias, duas possuem processos de sucessão familiar estabelecidos e estão dando continuidade à produção e comercialização de alimentos.

A sucessão familiar, conforme Deggerone (2014) é a possibilidade de reprodução social das famílias, aliando desenvolvimento econômico com a preservação dos meios de produção, a manutenção da soberania e segurança alimentar, e a relação de sociabilidade entre os atores sociais. Dessa forma, a permanência dos sucessores das famílias participantes da feira representa não só a reprodução econômica da comercialização pela feira, mas a reprodução de um modo de vida que tem por excelência a produção de alimentos de forma mais sustentável.

Identificou-se também, que as principais vantagens de comercialização proporcionadas pela feira, para as famílias, conforme entrevistados B, C e D (2019), são: em primeiro lugar, a agregação de valor à produção; em segundo lugar, a venda direta ao consumidor sem a necessidade de atravessadores - fator que infere na maior rentabilidade; em terceiro lugar o contato direto entre produtor e consumidor, possibilitando explicar como são produzidos os alimentos e permitindo que o consumidor exija qualidade dos produtos, bem como a negociação de preço. Também foram destacados pelo entrevistado B e D (2019) que o espaço da feira é reconhecido por alguns consumidores como local de interação social, sendo espaço para tomar chimarrão e dialogar sobre diversos assuntos. Isso proporciona que os produtores possam interagir com as famílias e criar laços de confiança. O entrevistado C (2016) recorda ainda que a comercialização pela feira proporciona maior autonomia na produção, sendo a própria família quem define o que e como vai produzir.

Portanto, dentre os principais benefícios proporcionados pela comercialização na feira em Itatiba do Sul, destacam-se a agregação de valor, a venda direta, o contato direto com os consumidores e a negociação de preço. Estes resultados são retratados e discutidos também em outras pesquisas já realizadas com feiras, como as desenvolvidas por Pozzebon, Rambo e Gazolla(2018), Dias (2017), Verano(2018) e Cassol (2018). Sendo assim, pode-se aferir que as feiras são importantes canais de comercialização para a agricultura familiar, proporcionando maior renda das famílias, comparado à comercialização em mercados convencionais.

Verifica-se que a comercialização pela feira não se reduz apenas a ganhos econômicos. Ela apresenta ganhos também por

fatores de ordem social, como a interação entre produtor e consumidor, gerando confiança e certificando a produção. Cassol e Schneider (2017) explicam que esses fatores vêm proporcionando que as feiras livres estejam sendo retomadas e revalorizadas, visto que os mecanismos de creditação e confiança são cada vez mais valorizados enquanto construtores de novas relações mercantis e comerciais consideradas mais justas sobre os aspectos ecológicos e sociais.

Enfatiza-se que a autonomia da produção, destacada pelo entrevistado C (2019), é destaque nas cadeias curtas em comparação com os circuitos longos, sendo o próprio agricultor quem decide e planeja o produto ou a forma da produção, diferente dos agricultores que trabalham integrados a empresas e precisam se submeter aos mandos empresariais (DAROLT *et al*, 2016).

Nem por isso esta realidade deixa de apresentar dificuldades. A partir da comercialização vivenciada pela feira, destacam-se os desafios da sazonalidade da produção; da burocracia atrelada às normas da vigilância sanitária; e o desafio da inadimplência de alguns consumidores.

A sazonalidade da produção, comum à produção agrícola, refere-se ao período/estação do ano que determinada cultura tem melhores condições para se desenvolver e produzir. Dessa forma, a sazonalidade da produção apresenta-se como uma dificuldade, por propiciar que em determinados períodos do ano ocorra maior oferta de produtos e em outros a baixa ou até mesmo nenhuma oferta. A sazonalidade provoca não só o aumento da oferta de produtos pelos feirantes, mas também pela disponibilidade de alimentos nas hortas domésticas e pelo

aparecimento de comerciantes temporários que realizam a comercialização de porta em porta.

Conforme apontam os entrevistados B e C (2016), é muito comum as famílias no município de Itatiba do Sul terem em seus terrenos, no fundo de suas casas, pequenas hortas, proporcionando garantia de produção de alguns alimentos para uso pessoal/familiar, principalmente verduras e legumes, durante os períodos de safra. Isso gera diminuição das vendas na feira. Para driblar este fator, as famílias têm investido no planejamento e organização da produção, buscando garantir alimentos nos períodos de início e fim de safra, períodos em que os entrevistados B e C (2016), apontam como de maior comercialização e ganho sobre os produtos.

Mesmo assim, ainda ocorre sobra de produtos e, para evitar o desperdício desses alimentos, verificou-se que as famílias distribuem esses produtos gratuitamente ou por preços menores para parentes, ou levam para casa, para o consumo da própria família produtora, ou até mesmo para a alimentação de animais. Ao pesquisar a feira de Conceição Do Mato Dentro-MG, Pereira *et al* (2017), aponta que os agricultores familiares somam a estas estratégias de aproveitamento da produção, outras, como a doação dos produtos perecíveis para pessoas necessitadas e para o hospital. Todas essas estratégias favorecem a redução no desperdício de alimentos, evitando que o gasto de energia com a produção seja inútil.

Quanto às dificuldades atreladas à vigilância Sanitária, os entrevistados B, C e D (2019) apontam que as leis, principalmente para o processamento de alimentos de origem animal, são muito rigorosas e exigem grandes investimentos, tornando inviável a produção em baixa escala. Outros estudos

com feiras apontam esse resultado, como o desenvolvido por Model e Denardin (2014) sobre a comercialização na feira livre em Matinfeira-PR. A pesquisa revela que a burocracia excessiva nos processos de legitimação e obtenção de alvará, e a normatização rígida e incoerente de órgãos de fiscalização sanitária, são fatores que impossibilitam a alguns agricultores a participação da feira ou obrigam a redução de quantidade de produtos ofertados.

Dessa forma, os agricultores familiares acabam perdendo uma parcela do mercado, esta que acaba sendo ocupada por agroindústrias de fora do município, que não contribuem na movimentação da economia local e no processo de geração de emprego locais. Muitos dos agricultores também acabam tendo que comercializar seus animais para essas agroindústrias à um valor menor, assim não agregando valor aos produtos e propiciando as cadeias longas de comercialização, em que favorece a concentração de dinheiro, os problemas ambientais e o distanciamento entre produtor e consumidor.

Para solucionar esses problemas, a Prefeitura Municipal vem realizando algumas ações, como o Programa de agroindústrias familiares e a busca pela implantação do SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte). O Programa de agroindústrias familiares consiste em disponibilizar um valor para as famílias construírem suas agroindústrias, porém percebe-se que o valor ainda é muito baixo comparado aos investimentos necessários. Já a busca pela implantação do SUSAF, lei que permite aos estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Municipais e que estejam engajados neste Sistema, o comércio em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, permite que as agroindústrias possam ampliar a área de

comercialização e viabilizar a produção. Entretanto este sistema apresenta-se com um bom recurso, para as agroindústrias que já se encontram em funcionamento no município, não resolvendo as dificuldades, principalmente financeiras, dos agricultores que queiram ter suas agroindústrias.

Diante disso, faz-se importante ampliar as ações que efetivamente garantam que novas famílias consigam construir suas agroindústrias familiares, permitindo agregação de valor aos produtos, geração de emprego as famílias e movimentação da economia local.

Ademais, tem se a dificuldade com a inadimplência de alguns consumidores. Esse fator, embora não em grandes proporções, tem provocado perdas econômicas para as famílias. Para evitar esses casos, as famílias têm procurado dialogar entre si sobre os inadimplentes, evitando a comercialização para os mesmos.

Como pode-se observar nos resultados apresentados, um dos maiores problemas da feira da agricultura familiar consiste na não ocupação deste canal de comercialização pelos agricultores familiares. É perceptível que este resultado é fruto de diversos e dinâmicos fatores, mesmo assim, a partir dos dados coletados e da análise de outros trabalhos é possível encontrar alguns mecanismos que podem vir a se tornar possíveis saídas, ajudando a solucionar a questão.

Reconhece-se que um dos fatores da não ocupação da feira atrela-se à baixa comercialização de produtos principalmente nos períodos sazonais. A solução para esse problema, poderia ser estimulada com o aumento do consumo, seguindo o exemplo das cidades, de Marataízes (ES) e Presidente Kennedy (SC). Estas cidades, buscaram incentivar as

famílias que recebem o bolsa família a comprar estes produtos, através de um “vale feira”, ou seja, as famílias que recebem o bolsa família recebem um valor adicional para comprarem produtos da agricultura familiar. Esse sistema permite ganhos para os agricultores familiares que aumentam sua venda, proporcionando a movimentação da economia local e também permitindo com que famílias tenha acesso a alimentos de maior qualidade.

Hoje, o município de Itatiba do Sul possui em torno de 77 famílias recebendo bolsa família. Ao fazer-se uma projeção de que estas famílias, recebessem um Vale Feira de R\$50,00 mensais, o valor monetário de movimentação na feira passaria a ter um acréscimo, de no mínimo, R\$ 3.850,00 mensais, sendo que este valor poderia aumentar, dado que provavelmente as famílias não se limitariam a gastar apenas o valor do vale. Em um contexto de agricultura familiar, este valor é um ganho significativo para as famílias, viabilizando a permanência das famílias na feira, bem como proporcionar que novas famílias participem.

Considerações finais

A realização deste estudo permitiu identificar que a feira da agricultura familiar no município de Itatiba do Sul/RS, apresenta-se como um importante canal curto de comercialização da agricultura familiar, possibilitando às famílias agregação de valor aos produtos, garantia de renda e um mercado diferenciado pautado também em relações sociais/comunitárias.

Ademais, identificou-se que a feira em Itatiba do Sul é um canal de comercialização consolidado, tendo seus primeiros registros de comercialização ainda no ano de 1982. O processo de consolidação atrela-se a ação de instituições que contribuem no fomento, apoio e organização da produção e comercialização, da organização dos agricultores e da ação dos consumidores.

Verificou-se que, atualmente, a feira conta com a participação de três famílias, que realizam a comercialização durante três dias da semana, numa estrutura física adequada, própria da feira. Destaca-se que a nova sede da feira tem espaço para que novas famílias consigam comercializar seus produtos, porém as ações de sensibilização e inserção de novas famílias têm se mostrado frágeis, não modificando, nos últimos quatro anos, o quadro de famílias presentes na feira.

Há o reconhecimento de que as famílias comercializam uma diversificada gama de produtos, e que as famílias também se utilizam de outros canais curtos de comercialização para escoar a produção, tais como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), venda de porta em porta na cidade de Itatiba do Sul e em outras cidades da região, venda no circuito de comercialização da rede Ecovida e também em restaurantes e padarias de Itatiba do Sul.

Além disso, observou-se que as famílias sentem algumas dificuldades na comercialização pela feira, como a sazonalidade da produção, a burocracia atrelada às normas da vigilância sanitária e a inadimplência de alguns consumidores. Para estes problemas as famílias têm buscado estratégias para solucionar e fortalecer a feira como canal de comercialização.

Por fim, observou-se que o resultado encontrado nesta pesquisa vai ao encontro da hipótese inicial do trabalho que

apresentou a feira como construção a partir da organização das entidades locais e da atuação dos agricultores familiares, devido a necessidade de criar um mercado que agregasse valor aos produtos, escoasse a produção e valorizasse a produção agroalimentar local. Porém, como foi possível perceber, existem alguns elementos novos que não foram apontados na hipótese, como a interferência direta de consumidores no fomento inicial e no processo de consolidação da feira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais**. Tempo Social. v.16. n 2. pp. 35-64. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12435>> Acesso em: 03/07/2019.

ARAUJO, A. M. RIBEIRO, E. M. **Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres**. Estudos Sociedade e Agricultura. vol. 26. n. 3. p. 561-583. outubro de 2018.

BELLETI G. MARESCOTTI, A. Inovações econômicas em cadeias curtas de abastecimento alimentar. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. P. 129 – 143.

BRAGA, Camila Lago. **Circuito de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural cinturão verde em São Luís (MA)**. 2019, 167f. Dissertação de mestrado apresentado ao

programa de pós-graduação ciências sociais, da universidade federal de Maranhão, para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. São Luís. 2019

CASSOL, Abel Perinazzo. **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais: barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras.** 2018. 297 f. Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018

CASSOL, A. SCHNEIDER, S. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo / RS. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar.** 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CONTERATO, M. A. STRATE, M. F. D. **Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, p. 227 - 245, janeiro-abril, 2019.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feiras no Nordeste.** In: Mercator: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, CE, ano 07, n.13, p. 87-101, jan./jun. 2008.

DAROLT, Moacir et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção consumo na França e no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo. v.19, n.2, p.1-22, 2016. Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00001.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita. "**A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**". 2014. 156f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 13 jan. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/487>>. Acesso em: 23 de novembro de 2019.

DIAS, Aline Madruga. **A comercialização de produtos da agricultura familiar no município de Bagé/RS**. 2017. 54 f. Trabalho de conclusão submetido ao Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural. Cachoeira do Sul. 2017.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. 347f. Tese Doutorado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2011.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. 2002. Disponível em:<<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2019.

MARCONI, M.A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7º ed. São Paulo: Editora Atlas S. A. 2010. P. 297.

MARSDEN, T. Et al. **Food supply chain approaches: exploring their role in rural development**. Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MOURA, M. L. S. et al. **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

MODEL, P. A. DENARDIM V. F. **Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matifeira – PR**. In. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 2014, São Paulo. **Anais XVI Engema**, 2014. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/456.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2019

PAVAN D. JUNIOR S. S. **Ambiente Institucional Das Feiras De Produtos Coloniais E Agroecológicos De Chapecó (Sc) A Luz Da Nova Economia Institucional (NEI)**. In. Encontro Sobre Estudos e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE), 2016, Passo Fundo. Disponível em: <<https://egepe.org.br/anais/arquivos/edicaoatual/Artigo314.pdf>> Acesso em 23 de novembro de 2019

PEREIRA, Viviane Guimarães. Et al. **A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG)**. In: Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - UNITAU v. 10, n. 2 p. 67-78. Edição 20, dezembro, 2017.

PREIS, Potira. Et al. Agricultura e Alimentação para o Século 21- Novas Referências, Desafios e Perspectivas. In: DE DAVID, Lino. *Et al.* (org) **Agricultura Familiar, Produção De Alimentos Saudáveis E Preservação Ambiental - Relatório Verde 2018**. Porto Alegre: Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul, 2018. p. 37-57

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

POZZEBON, L.; RAMBO, A.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 405-441, 29 dez. 2017

SATO, Leny. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre**. *Psicologia & Sociedade*, vol. 19. n. 1. pp. 95-102. 2007.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, Flavio, Charão. Et al. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Editora da UFRGS. Série Estudos Rurais, 2016. p. 93-140

SCHNEIDER, S. FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina**. *Organizações Rurais & Agroindustriais*. v. 17. n. 1. p. 56-71. 2015

SCHEINDER, S. GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In. _____ (org) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da**

agricultura familiar. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2017, P. 27-51.

SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido. H. A. Et al. **Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG.** In: 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto. Anais....2005.

RETING H. Et al. Compreendendo as redes agroalimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In. SCHEINDER, S. GAZOLLA, M. (org) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2017, P. 27-51.

VERANO, Thiago de Carvalho. **Feiras municipais como alternativa de comercialização para agricultores familiares.** 2019. 95f Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em agronegócio da escola de agronomia da universidade federal de Goiás, como requisito para obtenção de título de mestre em agronegócio. Goiânia. 2019.

AS CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS EM ERECHIM (RS): UM ESTUDO SOBRE A FEIRA DO PRODUTOR

Cibele Lúcia Bombardelli
Zenicléia Angelita Deggerone

Introdução

Os estudos sobre o desenvolvimento rural realizados na região Sul do Brasil, tem demonstrado que existem diferentes formas, pelas quais se pode proceder a análise e a avaliação dos processos de desenvolvimento, particularmente quando se referem ao desenvolvimento no meio rural, em unidades de produção de base familiar.

Segundo Conterato (2008), até a década de 1990, os estudos direcionados ao meio rural davam ênfase às transformações tecnológicas e aos efeitos da Revolução Verde sobre o processo produtivo. Destacava-se o desenvolvimento de ações que visavam o aumento dos índices de produtividade, tratando o meio rural como um espaço destinado às atividades, eminentemente agrícolas.

Já a segunda corrente de estudos, de acordo com Schneider e Gazolla (2011), contemplou a agricultura familiar não apenas em sua diversidade e heterogeneidade, mas buscou investigar como os agricultores constroem suas práticas, através das quais se fortalecem e se afirmam como agentes no processo de desenvolvimento rural.

A exemplo destes estudos, Ploeg *et al.*, (2000) inferem que os processos de desenvolvimento rural geram a produção de bens públicos, a partir da valorização das paisagens rurais, da sinergia com o ecossistema local, da valorização das economias de escopo e da pluriatividade das famílias rurais. Dessa forma, estes novos processos contribuem para a criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados, que tem correlação com a atuação dos agricultores familiares na criação e formatação de novos canais de comercialização e buscam a valorização de produtos, com atributos diferenciados de qualidade.

As cadeias agroalimentares curtas, são a expressão destes novos mercados e se inserem no debate do desenvolvimento rural por promoverem a diversificação local, através da capacidade de gerar sinergia, autonomia e coesão entre os atores do desenvolvimento rural (SCARABELOT, 2012).

Para Schneider e Gazolla (2017), as cadeias agroalimentares curtas são formas de comercialização da produção agrícola, que buscam a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão que permite maior interatividade na construção mútua de relações de confiança, valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais.

Nessa dinâmica de comercialização de produtos em circuitos curtos, infere-se que as feiras de agricultores são espaços de sociabilidade, que permitem a criação de vínculos e relações sociais, sendo assim, vistas como locais privilegiados de sociabilidade, que estão além das simples relações econômicas estabelecidas (CASSOL, 2013).

A exemplo das cadeias agroalimentares curtas, o município de Erechim (RS), desde a década de 1980 tem organizado ações e espaços para a comercialização de produtos agroalimentares, através das feiras locais, eventos gastronômicos, e outras atividades. Dessa forma, as questões que este estudo buscou responder, estão relacionadas em conhecer como foi organizado o processo de construção de cadeias agroalimentares curtas em Erechim (RS), em especial a Feira do Produtor, buscando identificar os fatores históricos e conjunturais que contribuíram para a sua formação. Além disso, o presente artigo buscou verificar como atuou a Prefeitura Municipal de Erechim, no sentido de ampliar a participação dos agricultores, nos circuitos curtos de comercialização.

A hipótese elaborada para responder a estes questionamentos, partem da premissa que a Prefeitura Municipal de Erechim é uma importante instituição que tem fomentado o desenvolvimento rural do município, através de incentivos para a construção de agroindústrias, assistência técnica para os agricultores, consolidação dos sistemas de registro e fiscalização de produtos agroindustriais, além da destinação de espaços públicos para a implementação de novas feiras, na cidade de Erechim.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo consistiu em analisar a construção social das iniciativas de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, na Feira do Produtor, em Erechim (RS).

Os objetivos específicos, buscaram:

Identificar os fatores históricos e conjunturais que contribuíram para o surgimento da feira, no município de Erechim (RS);

Conhecer as políticas públicas que foram implementadas pela Prefeitura Municipal de Erechim, para incluir agricultores familiares nas feiras de produtores;

Elencar os desafios que dificultam a ampliação e consolidação das cadeias curtas na Cidade de Erechim, como promotoras do desenvolvimento rural.

A delimitação da escolha por este tema, que buscou analisar a construção social de iniciativas de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, na feira do produtor em Erechim (RS), justificou-se, primeiramente pela carência de informações relativas ao tema. Muito tem sido pesquisado e publicado a nível nacional e na região Sul do Brasil, refletindo a importância da temática, contudo, ainda existe uma grande lacuna a ser explorada, principalmente na região do Alto Uruguai, onde foi observada a inexistência de estudos que apresentem informações semelhantes às que este trabalho se propôs a buscar.

Além disso, o tema poderá contribuir, no sentido de influenciar a promoção de políticas públicas voltadas para o meio rural, com potencial de ampliar as possibilidades de desenvolvimento da região, que ainda é altamente baseado na produção de *commodities*, sendo estas consideradas matérias primas para a indústria, e que possuem baixo valor agregado para o produtor, além dos prejuízos ambientais e sociais que a atividade gera.

1 A promoção do desenvolvimento rural

Na década de 1990 surge a discussão sobre o desenvolvimento rural, trazendo à tona às mudanças da sociedade civil brasileira como um todo. O escopo de ação dos movimentos e das organizações sociais alterou-se, pois deixaram de ser apenas reivindicativos e contestatórios, passando também a ser proativos e propositivos. Assim, várias organizações da sociedade civil ganharam diversidade e espessura, podendo-se citar como exemplos as organizações não-governamentais (ONGs), as associações, as cooperativas, entre outras. De uma maneira geral, pode-se dizer que a sociedade civil readquiriu e ampliou a diversidade de formas de expressão de sua complexidade política, o que acaba estimulando conflitos e disputas, e às vezes revelando suas contradições (SCHNEIDER, 2010).

Um dos primeiros conceitos de desenvolvimento rural, que tinham uma visão holística foi apresentado por Ploeg *et al.*, no ano de 2000. O mesmo, definia o desenvolvimento rural como uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais, ambientais e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista. Dessa forma, isso representaria uma possibilidade de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais, que buscam incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução.

Em seu estudo, Conterato e Fillipi (2009) referem que existe uma certa complexidade em conceituar o desenvolvimento rural, dado que as estruturas políticas, institucionais, econômicas e sociais são distintas e têm

diferentes graus, em função de distintos territórios, culturas e técnicas de emprego da mão de obra e do capital tecnológico.

Para Kageyama (2008), o conceito de desenvolvimento rural refere-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, configurando assim um desenvolvimento multissetorial.

Analisando-se o desenvolvimento rural na perspectiva dos atores sociais envolvidos, Long e Ploeg (2015) enfatizam que estes não são vistos meramente como categorias sociais vazias ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas. Os diferentes padrões de organização social que emergem, resultam das interações, negociações e lutas sociais que ocorrem entre os diversos tipos de atores.

A abordagem das cadeias agroalimentares curtas remete às formas de comercialização da produção agrícola, que busca a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão que permita maior interatividade na construção mútua de relações de confiança (SCARABELOT e SCHNEIDER, 2012). Dada a importância das cadeias agroalimentares curtas para a promoção do desenvolvimento rural, a próxima seção propõe-se a dialogar e caracterizar a cadeias curtas de comercialização de alimentos.

1.1 As cadeias agroalimentares curtas

Com o advento da Revolução Verde, na década de 80, a agricultura passou por uma profunda transformação. Inserida em um contexto global, a produção agrícola passou a ser baseada,

enfaticamente, na produção de matérias primas para a indústria, com isso, observou-se um aumento na utilização de defensivos agrícolas, que causam inúmeros impactos ambientais e geram prejuízos para a saúde da população.

Assim, surge a necessidade de apresentar uma visão diferenciada sobre as formas de produção e consumo. As cadeias agroalimentares curtas e redes agroalimentares alternativas são construções recentes e vem sendo amplamente estudadas em todas as regiões do mundo.

Belletti e Marescotti (2017) pontuam, que as cadeias curtas de abastecimento alimentar podem ser definidas como o processo de pular etapas da intermediação comercial, para uma conexão mais direta entre agricultor/ produtor de alimento e consumidor final. Essa dinâmica tem por objetivo elevar o preço obtido pelos produtores e reapropriar o valor agregado pela agricultura, e/ou conter os preços para o consumidor.

Ainda, os mesmos autores conotam a redução da distância geográfica e cultural percorrida pelo produto até chegar ao consumidor, sendo essas iniciativas focadas em questões sociais e ambientais, expressas sob a forma de apoio solidário entre consumidores e produtores locais, reduzindo a distância percorrida pelo alimento, bem como, outros efeitos externos negativos, relacionados ao ambiente.

Renting, Marsden e Banks (2017), apontam que é possível identificar três tipos de cadeias agroalimentares curtas. (i) Face a face: quando o consumidor compra diretamente do produtor, mantendo uma interação direta; (ii) Proximidade espacial: quando os produtos são produzidos e comercializados em uma região específica e; (iii) Espacialmente estendida: quando o produto é comercializado fora da sua região de

produção, mas o consumidor possui acesso as informações relativas ao mesmo. Os exemplos de cada tipo de cadeia são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1: Classificação das cadeias curtas

Face-a-face	Proximidade espacial	Espacialmente estendida
Tendas rurais	Cooperativa de consumidores	Selos de certificação
Feiras de agricultores	Marca regional	Códigos de produção
Vendas na propriedade	Agricultura de base comunitária	Efeitos de reputação
Colhe e pague	Feiras regionais	
Entregas a domicílio	Restaurantes	
Cestas prontas	Cooperativas	
Encomendas	Supermercados	
<i>E-commerce</i>	Eventos gastronômicos	
	Empreendimentos turísticos	

Fonte: Renting, Marsden e Banks (2017)

Nas cadeias curtas de produção, o maior controle sobre a ação social e econômica de construir mercados, depende do

relacionamento construído com consumidores e da criação e desenvolvimento dos recursos da propriedade. O relacionamento do mercado com consumidores tende a ser acompanhado pela confiança interpessoal ou pelas instituições, que objetivam construir uma reputação simbólica para os produtos que comercializam (BALESTRO, 2017).

Dentre os tipos de cadeias agroalimentares curtas existentes, as feiras de agricultores estão inseridas na categoria face-a-face. Frente a importância destes canais de comercialização de produtos originários da agricultura familiar, a seção seguinte propõe-se a discutir e caracterizar a dinâmica das feiras.

1.1.1 As Feiras de Agricultores Familiares

As feiras são espaços públicos onde se realizam trocas de mercadorias, possibilitam o escoamento da produção agrícola local e a aproximação entre produtores e consumidores, além de oportunizar ao consumidor a escolha do tipo de alimento que deseja consumir (PIERRI e VALENTE, 2015).

Na definição de Gazolla (2017), a aquisição de alimentos em feiras traz inúmeros benefícios para consumidores, como também para os agricultores. As vantagens experimentadas pelos consumidores, referem-se à possibilidade destes adquirirem alimentos com menores preços, opções de escolha por alimentos da estação e da região, acesso permanente e facilitado aos alimentos e produtos, que consideram de qualidade superior, com garantia de alguns valores sociais, ambientais e éticos. Já os agricultores familiares conseguem obter maior valor agregado, devido ao encurtamento dos elos da

cadeia de produção, recebimento de maiores preços pelos alimentos, as vendas se baseiam em relações de proximidade social, interconhecimento, confiança mútua dos atores e maior diversificação do portfólio dos produtos e processos agroalimentares.

Ademais, as feiras de agricultores proporcionam a criação vínculos sociais, com oportunidades de negociações e trocas de experiências entre produtor e consumidor. Esta também promove a manutenção econômica para a população do campo, além de promover o desenvolvimento local, por meio da agregação de valor aos alimentos, produzidos nas propriedades rurais e comercializados diretamente com os consumidores locais (FILIPINI, BOMBARDELLI e DEGGERONE, 2019).

Com estes aportes teóricos buscou-se ressaltar como o desenvolvimento rural pode ser condicionado pela emergência das cadeias agroalimentares curtas, em especial as feiras, que são importantes espaços de comercialização de produtos, contribuem para o escoamento da produção agroalimentar, criam relações de confiança entre produtor e consumidor, trazem benefícios aos envolvidos na cadeia e potencializam o desenvolvimento rural da região.

2. Metodologia

Este estudo foi realizado sobre a feira do produtor, localizada no centro de Erechim. Neste espaço, comercializa-se grande variedade de produtos, como: frutas, hortaliças, carne suína e derivados (salame, copa e linguiça), farináceos (pães,ucas, biscoitos, bolos, tortas e massas), artesanato, flores, doces e geleias de frutas, grãos (feijão, arroz, pipoca e amendoim),

produtos lácteos e derivados (queijo, iogurte, requeijão, ricota e manteiga).

O presente estudo classifica-se como uma abordagem qualitativa, sendo que a mesma tem por finalidade apresentar informações, que são, normalmente, resultantes de descrições narrativas, transcrições de entrevistas e de anotações provenientes de observações livres ou assistemáticas (MOURA, FERREIRA e PAINE, 1998).

Quanto a natureza da pesquisa, trata-se do tipo exploratória-descritiva, sobre a qual Gil (2009) afirma ser uma abordagem apropriada para o aprimoramento de ideias, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Além disso, descrevem as características de determinada população e o estabelecimento de relações entre as variáveis.

O tipo de pesquisa adotado foi o estudo de caso, que tem a finalidade de realizar uma análise profunda e exaustiva dos objetivos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2009).

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados dados de fontes primárias e secundárias. Conforme Roesch (2007), os dados primários são aqueles elaborados e colhidos diretamente pelo pesquisador, através de entrevistas e questionários. Já os dados secundários, são aqueles já existentes na forma de arquivo, banco de dados, relatórios e planilhas.

Como fonte de dados primária, foi utilizada, como um dos instrumentos de coleta de informações, as entrevistas semiestruturadas. O questionário, dividido em duas seções, foi aplicado aos representantes das instituições: Prefeitura

Municipal de Erechim, Secretaria Municipal de Agricultura, Arquivo Histórico Municipal, Biblioteca Pública Municipal, agricultores que iniciaram o processo de comercialização de produtos na dinâmica das cadeias curtas e agricultores que participam da feira do produtor central em Erechim com o intuito de identificar os fatores que contribuíram para o surgimento das feiras em Erechim e os desafios, que dificultam a ampliação e consolidação das cadeias curtas na Cidade de Erechim. A segunda parte do questionário foi aplicada aos representantes da Prefeitura Municipal de Erechim, visando identificar quais políticas públicas são/foram implementadas pela instituição, para promover a inclusão de agricultores aos circuitos curtos de comercialização. Ainda, houve a observação participante na feira do produtor em Erechim, com a finalidade de levantar possíveis fenômenos não relatados pelos entrevistados.

Utilizou-se também, como instrumento de coleta de dados, a fonte secundária, que consistiu na análise documental. A mesma, foi realizada junto a Prefeitura Municipal de Erechim, Secretaria Municipal de Agricultura, Arquivo Histórico Municipal e Biblioteca Pública Municipal, com objetivo de investigar e buscar evidências acerca da origem das cadeias curtas de comercialização em Erechim e descrever as políticas de incentivo implementadas pela Prefeitura Municipal de Erechim, para agregar agricultores a estes circuitos de comercialização.

Os dados que foram coletados por meio das entrevistas, das observações e da pesquisa documental, foram apurados por meio da análise de conteúdo, que segundo Roesch (2007), define as unidades de análise sobre as respostas obtidas dos entrevistados e de observações, bem como categorias de análise

e codificação para interpretação, com base nas teorias que fundamentam o trabalho.

3. A feira do produtor em Erechim – RS

Nesta seção, são apresentados os resultados coletados durante a realização da pesquisa. Inicialmente são apresentados os fatores históricos e conjunturais que contribuíram para o surgimento da feira do produtor, no município de Erechim (RS), posteriormente são analisados os programas de incentivos municipais, que visam incluir agricultores familiares em circuitos curtos de comercialização e por fim, são apresentados os desafios que dificultam a ampliação e consolidação das cadeias curtas, na Cidade de Erechim (RS).

3.1 Fatores históricos e conjunturais que contribuíram para o surgimento da feira do produtor em Erechim (RS)

Acredita-se que o advento das cadeias curtas de comercialização na cidade de Erechim (RS), tenha se dado no mesmo período em que iniciou-se a colonização deste município. De acordo com o entrevistado A (2019), os primeiros relatos obtidos datam de aproximadamente 1930, período em que haviam poucas famílias moradoras na localidade, denominada de Paiol Grande³, produzia-se alimentos para o autoconsumo, sendo que o excedente era trocado com outros moradores. Estas trocas, possibilitavam, que às famílias

³ Antes de ser denominada Erechim, a cidade recebeu o nome de Paiol Grande, posteriormente de Boa Vista, Boa Vista de Erechim, José Bonifácio e, finalmente, Erechim.

tivessem uma maior variedade de alimentos, para a sua provisão alimentar.

Salienta-se que neste período, apesar da pequena quantidade de moradores, grande parte destes residiam no entorno da Praça da Bandeira. Os primeiros bairros que surgiram, com o crescimento da cidade de Erechim foram: Centro, Três Vendas e São Pedro. Infere-se que os dois últimos, foram as localidades onde se instalaram as primeiras agroindústrias da cidade, que recebiam parte da produção agroalimentar produzida pelos agricultores familiares.

Dentre as principais, destaca-se a indústria de bebidas Balvedi, localizada no Bairro São Pedro, fundada no ano de 1918, produzindo cervejas, refrigerantes e malte. (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM, 2015). A fábrica de Bebidas Koller, se instalou em 1949 nas imediações do Bairro Três Vendas, e se dedicava a produção de vinho, vinagre, vermute, conhaque, batidas, biter e aperitivos (CINQUENTENÁRIO DE ERECHIM, 1968).

Outras agroindústrias instaladas no Bairro Três Vendas, se dedicaram ao refino da banha e a produção de derivados da carne suína, sendo em 1924, a refinaria de Dal MollinCiullo& CIA, e em 1925, o Frigorífico Boavistense. Essas agroindústrias, tiveram um papel preponderante para a aquisição de produtos e matérias-primas dos agricultores, mas para alguns produtores, a venda de porta em porta, ou em pontos estratégicos de Erechim era necessário, para poder viabilizar a troca pela moeda corrente da época.

Em meados de 1950, a comercialização de alimentos através das cadeias agroalimentares curtas amplia-se. Nesta época surgem os primeiros registros de comercialização,

utilizando as cadeias do tipo face-a-face, sendo que a forma de venda mais utilizada eram as entregas em domicílio. Os principais produtos comercializados pelos agricultores eram: batata doce, batata inglesa, carnes, aves vivas, banha, frutas, verduras, legumes, temperos, mandioca, vinho, vinagre, leite e cachaça (ENTREVISTADO B, 2019). Infere-se que não havia regulamentação sobre a venda de produtos, sendo possível comercializar qualquer produto, desde que estivesse em boas condições.

Apesar de ser uma prática inovadora e lucrativa, eram poucos os agricultores que se disponibilizavam e comercializavam seus produtos, visto que na mentalidade da época, buscava-se produzir alimentos para sustentar as famílias, que eram bastante numerosas.

De acordo com relatos dos entrevistados (Entrevistado B, 2019), o principal motivo que levou os agricultores a vender seus produtos na cidade era basicamente a necessidade financeira. Infere-se que na época não existia nenhum tipo de assistência à saúde gratuito e as famílias tinham a preocupação de ter uma reserva financeira para pagar possíveis gastos hospitalares que fossem necessários, além de outras obrigações, a exemplo de aquisição de áreas de terras, construção e manutenção das residências, aquisição de produtos e mantimentos que não eram produzidos na propriedade.

Por volta de 1960, foi possível observar um aumento no número de habitantes da cidade de Erechim, e concomitante a este crescimento populacional, as cadeias curtas de comercialização foram, também, expandindo-se. Neste momento foi possível observar um aumento na quantidade de agricultores que buscavam formas de comercialização direta de

seus produtos, sendo que alguns destes traziam sua produção para comercializar em locais fixos, onde havia maior circulação de pessoas, como por exemplo no Viaduto Rubem Berta, Prefeitura Municipal, Avenida Presidente Vargas (próximo a Catedral São José) e na Rua JB Cabral (próximo ao atual terminal de ônibus) (ENTREVISTADO B, 2019).

Os produtos eram oferecidos de acordo com a disponibilidade, sendo que os agricultores não tinham a preocupação de oferecer um produto de forma contínua. Costumavam entregar seus produtos três vezes por semana, procurando revezar com os vizinhos. Alguns se deslocavam para comercializar os produtos nas segundas, quartas e sextas-feiras, e outros terça, quinta e sábado, possibilitando uma maior oferta de produtos aos consumidores (ENTREVISTADO B, 2019).

Posteriormente, avançando na temática das cadeias curtas de comercialização, surge mais uma forma de comercialização da tipologia face-a-face, que são as encomendas. De acordo com relatos, estas eram realizadas pelos clientes, principalmente quando estes demandavam de uma quantidade mais elevada de um determinado produto, como por exemplo, uvas que seriam utilizadas para a produção de vinho.

Assim, acredita-se que o primeiro fator histórico que contribuiu para o surgimento das feiras, foi a necessidade de vender a produção agroalimentar para gerar recursos financeiros. Além disso, a existência da demanda e a aceitabilidade dos consumidores de produtos que eram produzidos na agricultura familiar, também foram fatores que impulsionaram o surgimento da feira em Erechim.

Dessa forma, em 1979 surgiu a primeira feira de agricultores regulamentada da cidade de Erechim. A mesma foi

fundada pelo esforço conjunto de 10 famílias⁴ que solicitaram à prefeitura um espaço fixo, onde pudessem comercializar seus produtos. Assim, o pedido foi aceito e o terreno, que se localizava atrás da Prefeitura Municipal de Erechim, foi cedido. Após sua implantação, esta funcionava duas vezes por semana, sempre pela parte da manhã, e infere-se que a feira permaneceu atuando neste local até o ano de 1994.

Como marco regulatório da feira em Erechim, a Lei nº 1671 de 02 de outubro de 1979, autorizou o funcionamento destes espaços de comercialização no município de Erechim e estabeleceu normas de funcionamento para estas. Entre seus pontos de regulamentação, infere-se que as datas de funcionamento seriam estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, sendo que os participantes deveriam ser obrigatoriamente produtores e estarem previamente cadastrados na Prefeitura Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 1979).

Os produtos permitidos para venda na feira eram: verduras, frutas, legumes, aves vivas, ovos frescos, mel, peixes vivos, milho verde, morangas, abóboras, flores, folhagens e produtos similares. O preço dos produtos praticados, deveriam se manter, no mínimo 30% abaixo dos preços do mesmo produto vendido em estabelecimentos comerciais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 1979).

No final dos anos 80 e início dos anos 90, foi preciso construir um espaço mais amplo e adequado para receber os agricultores e os consumidores, visto que o terreno onde eram

⁴ Entre as famílias que se mobilizaram para obter um espaço fixo para comercializar seus produtos, pode-se citar: Guarnieri, Munari, Bombardelli, Tomazzoni, Rosciolli, Vazzatta, Knapik.

comercializados os produtos não possuía infraestrutura adequada para colocação de bancas e exposição dos produtos. Além disso, a procura por estes produtos era elevada, demandando um novo espaço, que fosse apropriado para a prática. Assim, a Prefeitura Municipal na época, buscou então melhorar este ponto de comercialização de alimentos (ENTREVISTADO C, 2019).

Dessa forma, em 1994, foi construído um espaço apropriado e destinado para receber os feirantes, localizado na Rua JB Cabral – centro de Erechim, local este, que permanece até hoje em funcionamento. Na época, o espaço contava com 22 famílias, onde cada grupo de famílias participantes era responsável por entregar um determinado segmento de produtos, não sendo permitido entregar produtos que eram de responsabilidade de outras famílias. Esta medida tinha por objetivo disponibilizar para os consumidores uma grande variedade de produtos e evitar a concorrência direta entre os feirantes (ENTREVISTADO C, 2019).

Na época de sua instalação, a feira central de Erechim funcionava nas terças e sextas-feiras, das 16h às 18h. Contudo, com o passar do tempo e com o aumento da demanda, o horário de funcionamento foi ampliado das 14h às 18h, nos mesmos dias da semana, após foi ampliado novamente, passando a atender das 12h às 18h. Posteriormente decidiu-se abrir a feira também aos sábados, com o intuito de oportunizar o acesso aos produtos da feira, também para consumidores que trabalham durante os demais dias de funcionamento da mesma.

Segundo relatos dos feirantes entrevistados (Entrevistado C, 2019), a abertura da feira aos sábados, inicialmente enfrentou alguns problemas. A demanda por produtos agroalimentares

neste dia era baixa e poucos agricultores traziam seus produtos para serem comercializados. Para resolver estes impasses, foram realizadas reuniões, em que foi encaminhado que deveriam estar presentes no mínimo um produtor de cada segmento, sendo que a partir de 2005, a feira aos sábados tornou-se efetiva, e atualmente é o dia da semana em que ocorre a maior movimentação de consumidores no local. Em 2010, buscando facilitar ainda mais o acesso dos consumidores aos produtos agroalimentares, passou-se a atender das 10h às 18h nas terças e sextas-feiras, além do sábado, no horário das 8h às 12h.

Destaca-se também, que até o ano 2000, os agricultores feirantes trabalhavam no “anonimato”, ou seja, não havia a cobrança das licenças sanitárias e fiscais para comercializar os produtos na feira. Nesse sentido, em 2001, foi exigido que as agroindústrias familiares fossem regulamentadas, para permitir a comercialização de produtos na feira.

De acordo com os feirantes entrevistados (Entrevistado C, 2019), foi um período de insegurança para os agricultores, visto que estes precisaram investir em infraestruturas de apoio a agroindustrialização dos produtos agroalimentares. Essa exigência, fez com que vários agricultores abandonassem suas atividades, porém para aqueles agricultores que persistiram, experimentaram os anos em que a agricultura familiar recebeu maiores incentivos técnicos e financeiros, através de um conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar, que trouxe várias oportunidades para os agricultores se inserirem em novos espaços, para a comercialização de seus produtos.

Entre estas novas oportunidades, os agricultores puderam acessar uma série de Políticas Públicas, como: financiamento pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf-

Agroindústria), com juros subsidiados para a construção das agroindústrias; auxílio da Emater-RS/ASCAR, para desenvolver o projeto e fornecer assistência técnica; além disso, algumas instituições parceiras ofereceram formação para os agricultores melhorarem seus processos produtivos e promoveram capacitação em vendas.

Somado a isso, no período de 2003 à 2013, com o bom momento vivenciado na economia brasileira, novas Políticas Públicas foram criadas para auxiliar os agricultores familiares. Dentre estas, o Pronaf Mais Alimentos, que oportunizou a renovação das frotas de veículos, que eram utilizados para realizar o transporte dos seus produtos até a feira e a entrega em outros locais de comercialização. Ainda, foram criadas duas outras Políticas Públicas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, sendo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA surgiu no ano de 2003, com duas finalidades principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para isso, o programa comprava alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destinava às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos órgãos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Com isso, o programa promoveu o abastecimento alimentar, por meio de compras governamentais de alimentos; fortaleceu os circuitos locais, regionais e redes de comercialização; valorizou a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentivou hábitos alimentares saudáveis e estimulou o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012). O PAA em Erechim, não teve

contabilizado o valor investido na compra de alimentos dos agricultores familiares. Mas, segundo a Prefeitura Municipal de Erechim, em 2016, o programa atendeu cerca de 11 entidades sociais, com 82 famílias de agricultores de Erechim e Região, que forneceram produtos para o programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2016).

O PNAE objetivou oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, 30% do valor repassado pelo programa, deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2017). Em Erechim foram investidos pelo PNAE, entre 2011 e 2017, cerca de R\$ 7.539.058,77, através da compra de alimentos direto de agricultores familiares, para escolas municipais e estaduais. Isso significa que 65,95% das compras relativas à alimentação escolar foram adquiridas da agricultura familiar (TASCA e DEGGERONE, 2019, no prelo).

No ano de 2014 foi criada uma associação dos feirantes, que teve por objetivo representar a instituição, encaminhar demandas, resolver conflitos internos e a partir de 2020, a associação irá assumir a gestão da feira. Entre as atividades previstas para o primeiro ano de atuação da associação, será realizada uma reforma na estrutura física do espaço, visando ampliar, efetuar a manutenção do local e criar algumas bancas com venda exclusiva de produtos orgânicos, visto que esta é uma demanda dos consumidores e uma tendência mundial de consumo.

Além disso, com o auxílio da Secretaria da Agricultura, a associação dos feirantes vem desenvolvendo uma legislação específica, que regulamenta o funcionamento e as normas de comercialização de produtos agroalimentares na feira do produtor. Destaca-se que esta é uma importante medida de avanço da organização, visto que a legislação existente é antiga e está em desacordo com a legislação sanitária em vigor (ENTREVISTADO A, 2019).

Atualmente a feira do produtor de Erechim possui 35 bancas, em que 45 famílias entregam seus produtos. Para comercializar os produtos neste espaço, todos os agricultores devem possuir alvará sanitário, conforme as normas estabelecidas pelo Sistema de Inspeção Municipal de produtos de origem animal (SIM), ou pela Vigilância Sanitária Estadual, para produtos de origem vegetal. Os agricultores emitem nota fiscal mensal pelo talão de produtor, dos produtos comercializados e, em contrapartida, a Prefeitura Municipal de Erechim fornece o espaço de comercialização, bem como a luz e água, sem custo para os feirantes.

De modo geral, observa-se que a feira é um espaço consolidado, que teve e tem grande importância para o desenvolvimento rural e para a ascensão dos feirantes. Atualmente, a entrega de produtos nas feiras é a principal atividade das propriedades, sendo que alguns agricultores feirantes, já estão na sua terceira geração de gestão das propriedades rurais. Ainda, cabe ressaltar, que a atividade oportuniza a geração de emprego no meio rural, visto que grande parte dos feirantes demandam de serviços de terceiros para desenvolver as atividades.

Além disso, alguns feirantes relatam que dependem de outras famílias agricultoras para fornecer matérias primas para as agroindústrias, sendo que desta forma, todos os envolvidos no processo são beneficiados e fortalecidos. Ainda, enfatiza-se, que esta forma de comercialização auxilia a reduzir o êxodo rural, principalmente de jovens, pois durante as visitas à feira, foi possível observar que inúmeras bancas são geridas por jovens, que continuaram as atividades produtivas iniciadas pelos pais (ENTREVISTADO C, 2019).

3.2 Incentivos municipais para incluir agricultores familiares em circuitos curtos de comercialização

A Prefeitura Municipal de Erechim, através da Secretaria Municipal de Agricultura desenvolve alguns programas de incentivo, visando motivar os agricultores a produzir alimentos e comercializar em cadeias curtas de comercialização. Isso se deve ao fato de que estes circuitos oferecem aos agricultores a possibilidade de agregar valor aos seus produtos e, com isso desenvolver a propriedade, trazendo inúmeros benefícios às famílias, bem como, para o município e para os consumidores. O quadro abaixo resume os principais incentivos municipais oferecidos aos agricultores.

Quadro 2 - Incentivos municipais, ano e objetivo do mesmo

Ação	Ano	Objetivo
Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	1993	Fiscalizar produtos de origem animal; orientar e estruturar as agroindústrias
Isenção de despesas para feirantes	1994	A Prefeitura Municipal de Erechim arca com despesas de aluguel, luz,

		água e manutenção do espaço
Organização das feiras	1994 – 2019	Auxílio, assistência e organização do processo de inclusão de agricultores nas feiras; visita as propriedades e acompanhamento do processo produtivo
Programa de Desenvolvimento Econômico e Social	2006	Ofereceu ajuda de custo de 50% para o tratamento da água; acesso de estrada até a propriedade do agricultor; terraplenagem para construção de residências, aviários, pocilgas, estábulos, estufas e similares; abertura de valas para silagem, esterqueira e para limpeza de lavoura; cinco horas/máquina grátis para destoque; contrapartida em materiais ou serviços para projetos de telefonia e água potável
Programa de Fruticultura	2007	Forneceu mudas de árvores frutíferas gratuitamente para todos os agricultores interessados, que se enquadram nas normas do programa
Programa de marketing e publicidade	2009	Divulgar e dar visibilidade as feiras, incentivando o consumo de produtos da agricultura familiar
Ampliação do número de feiras	2010 - 2014	Oportunizar aos moradores de bairros acesso a produtos agroalimentares; ampliação de três para nove feiras em Erechim
Feira na Escola	2019	Comercializar produtos

		agroalimentares nas escolas
--	--	-----------------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Dentre os principais programas criados pelo Governo Municipal, destacam-se: Sistema de Inspeção Municipal (SIM), instituído através da Lei nº 2.581 de 15 de dezembro de 1993. O departamento é um setor vinculado à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Segurança Alimentar, responsável pela fiscalização da produção de produtos de origem animal, que também tem a função de orientar e estruturar as agroindústrias, dentro dos limites do município, buscando uma melhora constante na qualidade dos produtos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2013).

A Lei nº 3.947 de 2006 criou o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social. Através desta, os agricultores puderam experimentar uma série de benefícios, entre eles: ajuda de custo de 50% para o tratamento da água de fonte alternativa, que abasteça as agroindústrias familiares estabelecidas na área rural do Município; acesso da estrada até a propriedade do agricultor, incluindo cascalhamento; terraplenagem para construção de sua residência; terraplenagem para a instalação de aviários, pocilgas, estábulos, estufas e similares; abertura de valas para silagem, esterqueira e para limpeza de lavoura; trabalhos para destoque e limpeza de lavouras, até cinco horas; limpeza e abertura de fontes de água e escavações para saneamento básico, até cinco horas de equipamento; abertura de estradas no interior da propriedade, até o limite de cinco horas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2006).

Além disso, para projetos especiais como telefonia, água potável e outros, o Município participará com contrapartida em

materiais ou serviços, havendo disponibilidade orçamentária, até o valor de 8,000 URMs (Unidade de Referência Municipal), se o projeto prever participação do Município maior, dependerá de autorização legislativa específica (PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 2006).

O programa de fruticultura criado em 2007, forneceu mudas de árvores frutíferas gratuitamente, para todos os agricultores interessados, que se enquadrassem nas normas do programa, sendo que este era responsável pelo plantio, cuidados e tratamentos culturais das mesmas. O programa teve por objetivo representar uma alternativa produtiva aos produtores, com o intuito de que estas plantas após entrarem no período de produção, sejam uma fonte de renda e sirvam como fomento ao desenvolvimento do meio rural.

Além disso, os agricultores que participam das feiras no município de Erechim são isentos de custos no espaço físico em que expõe seus produtos. Os prédios onde funcionam as feiras são próprios (da Prefeitura Municipal de Erechim), alugados ou cedidos, sendo que quando são alugados, a Prefeitura Municipal da cidade arca com esta despesa, bem como da luz, água e da manutenção do espaço.

Ainda, frente ao envelhecimento dos consumidores da feira do produtor, problema que teria potencial de comprometer a comercialização neste espaço no futuro, realizaram-se grandes investimentos em material institucional, propaganda e marketing, no ano de 2009. O inventivo teve por intuito dar visibilidade as feiras e incentivar o consumo de produtos da agricultura familiar, evidenciando sua qualidade superior e seu preço de venda mais atrativo.

No período de 2010 à 2014, foram realizados investimentos para ampliação do número de feiras na cidade. Neste período, passou-se de três para nove feiras em Erechim, sendo que entre os benefícios observados com esta medida, está o acesso facilitado aos produtos agroalimentares para os moradores dos bairros, além da possibilidade de inclusão de novo agricultores aos circuitos curtos de comercialização.

Dessa forma, acredita-se que este tenha sido um importante programa de promoção ao consumo de produtos agroalimentares e de inclusão de novos agricultores aos circuitos curtos de comercialização, possibilitando assim incentivar e fortalecer as famílias produtoras.

Atualmente, buscando facilitar ainda mais o acesso aos alimentos produzidos pela agricultura familiar, a Secretaria Municipal de Agricultura de Erechim, juntamente com a Secretaria de Educação deste Município, desenvolve o projeto intitulado “Feira na Escola”. O mesmo tem por objetivo desenvolver entre os estudantes o conhecimento para incentivar hábitos de alimentação saudável, fomentar o desenvolvimento rural no município, aproximar o produtor rural do consumidor final, no intuito de ampliar a cadeia produtiva e o consumo de alimentos saudáveis. A participação nos educandários vem sendo desenvolvido em duas escolas e outras três estão em fase de implantação. Infere-se ainda que o projeto conta com o apoio do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA).

A inclusão de agricultores nos circuitos curtos de comercialização ocorre da seguinte forma: o agricultor interessado em participar das feiras, realiza um cadastro junto a Secretaria Municipal de Agricultura, participando assim da lista de espera e quando surge uma nova vaga, este é visitado,

visando identificar se o mesmo possui condições mínimas de produção para atender a demanda exigida. Infere-se que a lista segue ordem de inscrição e o surgimento de vagas depende da desistência de outro membro ou da criação de novas feiras (ENTREVISTADO A, 2019).

Para realizar a abertura de novos espaços para comercialização de produtos, observa-se, primeiramente, a demanda e a aceitação dos produtos produzidos na agricultura familiar, no local onde pretende-se implantar. Posteriormente, a Secretaria Municipal de Agricultura tem a função de definir e organizar o espaço, encaminhar a documentação necessária, as licenças de funcionamento e cadastrar os agricultores.

Pontua-se que a Secretaria Municipal de Agricultura visita as feiras periodicamente, para observar o funcionamento das mesmas, além de visitar os agricultores, visando acompanhar o processo produtivo. As visitas têm por objetivo evitar que existam problemas nos processos produtivos ou nos produtos, que façam com que os estabelecimentos sejam notificados ou fechados pela Vigilância Sanitária, que é o órgão que fiscaliza as feiras de produtores.

3.3 Desafios que dificultam a ampliação e consolidação das cadeias curtas na cidade de Erechim

De acordo com os entrevistados A e C (2019), fazendo menção aos desafios das cadeias curtas de comercialização, observou-se uma leve redução no consumo das feiras no último ano. Acredita-se que este fato esteja relacionado à atual situação econômica de crise, principalmente das indústrias da cidade. Contudo, infere-se que as feiras possuem consumidores fixos,

que organizam suas rotinas para comprar produtos nas feiras, todas as semanas.

Outro desafio que se apresenta, é o fato de que os consumidores possuem pouco tempo disponível para adquirir produtos nas feiras, com isso surge uma necessidade de ampliar o horário de atendimento e oferecer produtos semi-prontos de boa qualidade, visando atrair consumidores para este espaço.

Apesar dos incentivos para a promoção do consumo de produtos das feiras, ainda observa-se o envelhecimento dos consumidores, ou seja, a falta de renovação do público consumidor, sendo que grande parte dos consumidores, principalmente os que consomem produtos com maior frequência, são aposentados (ENTREVISTADO C, 2019).

Mesmo com algumas dificuldades, acredita-se que as feiras tenham grandes potencialidades, como por exemplo, o desenvolvimento de produtos minimamente processados e pré-cozidos com boa qualidade, visando atrair clientes, principalmente jovens para este mercado. Além disso, existe uma tendência mundial de busca por produtos naturais, orgânicos e que causem o mínimo possível de impacto ambiental, sendo uma potencialidade para a feira em estudo, que comercializa grande parte dos produtos provenientes de sistemas convencionais de produção. Ainda, infere-se que a população de Erechim teve um aumento considerável, no período de 1970 – 2019, passando de 48.677 habitantes, para 105.862, respectivamente, fato que pode evidenciar um potencial crescimento de consumo de produtos agroalimentares (IBGE, 2019).

Frente as dificuldades apresentadas, sugere-se utilizar a internet como aliada: recomenda-se a criação de um site, com

exposição dos produtos vendidos e possibilidades de compra pelo site, com entrega na residência dos consumidores e pagamento pelo cartão de crédito. Ainda, pode ser criado um aplicativo de vendas dos produtos, visando oportunizar acesso dos produtos ao público que não dispõe de tempo para ir até a feira.

Por fim, infere-se que as feiras são mercados solidificados, apresentam a tendência de se manter e melhorar ao longo do tempo. Promovem o comércio justo, onde o consumidor consegue adquirir produtos de qualidade, por um valor acessível e o produtor consegue agregar valor aos produtos, devido à ausência de atravessadores na comercialização.

Considerações finais

Ao finalizar este estudo que buscou analisar a construção social de iniciativas de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, no município de Erechim (RS), conclui-se que as cadeias agroalimentares curtas são importantes formas de comercialização de produtos, onde produtor e consumidor interagem diretamente, trazendo inúmeros benefícios a ambos e potencializando o desenvolvimento rural da região.

Analisando-se os fatores históricos e conjunturais que contribuíram para o surgimento das cadeias curtas de comercialização, no município de Erechim (RS), acredita-se que o principal fator que motivou a venda direta de produtos, principalmente no início da colonização do município, tenha sido a necessidade financeira dos agricultores. Pois era preciso ter uma reserva financeira para honrar seus compromissos e

adquirir produtos necessários para a sobrevivência das famílias, que não eram produzidos na propriedade.

Além disso, a aceitabilidade por parte dos consumidores, foi outro fator de extrema importância, que impulsionou a expansão das cadeias curtas em Erechim (RS). Somado a isso, o apoio e incentivo da Prefeitura Municipal de Erechim, foi um ponto determinante para o crescimento destes canais de comercialização, bem como, para a regulamentação e conquista de um espaço fixo para a feira.

Em relação aos incentivos municipais para incluir agricultores em circuitos curtos de comercialização, pontua-se que a Prefeitura Municipal de Erechim, através da Secretaria Municipal de Agricultura, busca constantemente fomentar o desenvolvimento das famílias produtoras e incentivar a expansão das feiras no município.

Os principais incentivos proporcionados foram: criação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM); criação da Lei n° 3.947 de 2006, que ofereceu inúmeras melhorias para as propriedades e agroindústrias, Programa de Fruticultura; possibilidade de comercializar produtos nas feiras sem custo para o agricultor; investimentos em marketing e material institucional, visando viabilizar as feiras; ampliação no número de feiras disponíveis no município; projeto Feira na Escola; auxílio, assistência e organização do processo de inclusão de agricultores nas feiras; visita as propriedades e acompanhamento do processo produtivo.

Os principais desafios que dificultam a ampliação e consolidação das cadeias curtas de comercialização na cidade de Erechim, citados pelos entrevistados foram: a pequena redução do consumo nas feiras no último ano, possivelmente relacionada

a crise econômica vivenciada; os consumidores possuem pouco tempo disponível para adquirir produtos nas feiras, sendo uma situação representada principalmente pela população mais jovem e; envelhecimento dos consumidores das mesmas.

De posse destas informações, infere-se que a hipótese inicial, que sugeria que a Prefeitura Municipal de Erechim seria uma importante instituição de fomento ao desenvolvimento rural do município, foi confirmada. Para dar continuidade a este estudo, sugere-se a realização de outras pesquisas, com o objetivo de identificar em que medida as cadeias curtas de comercialização são promotoras do desenvolvimento rural, no município de Erechim (RS).

Por fim, infere-se que as cadeias curtas de comercialização na cidade de Erechim são mercados consolidados, em ascensão e que possuem grandes potencialidades de crescimento e desenvolvimento, principalmente quando se trata de alimentação saudável, comida minimamente processada, pré-cozida e alimentos orgânicos, que são tendências mundiais.

REFERÊNCIAS

BALESTRO, M. V. Contribuições metodológicas para análise das cadeias curtas de produção: os ganhos da comparação e da casualidade. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. Inovações econômicas em cadeias curtas de abastecimento alimentar. In: GAZOLLA, M.;

SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2012. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da educação. 2017. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em 14 out. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM. **Pioneiro Pedro Balvedi é homenageado com nome de rua do município**. 2015. Disponível em: <<https://www.erechim.rs.leg.br/institucional/noticias/pioneiro-pedro-balvedi-e-homenageado-com-nome-de-rua-do-municipio>>. Acesso em 26 out. 2019.

CASSOL, A. P. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

CASSOL, A. P.; SCHNEIDER, S. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na feira do pequeno produtor de Passo Fundo/RS. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

CINQUENTENÁRIO DE ERECHIM. **Capital do Alto Uruguai**. Álbum oficial. 1968.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. 290 págs. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15624/000661531.pdf?sequence=>>. Acesso em 05 maio 2019.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento** SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ENTREVISTADO A. **Entrevista aplicada aos representantes das instituições: Prefeitura Municipal de Erechim, Secretaria Municipal de Agricultura, Arquivo Histórico Municipal, Biblioteca Pública Municipal**. Caderno de anotações, 2019.

ENTREVISTADO B. **Entrevista aplicada aos agricultores que iniciaram o processo de comercialização utilizando cadeias curtas no município de Erechim**. Caderno de anotações, 2019.

ENTREVISTADO C. **Entrevista aplicada aos agricultores que participam da feira do produtor em Erechim**. Caderno de anotações, 2019.

FILIPINI, A. D.; BOMBARDELLI, C. L.; DEGGERONE, Z. A. Cadeias Curtas e a Agricultura Familiar: a Comercialização de Alimentos na Feira do Produtor em Erechim – RS. In: RADAELLI, I. M.; MOURAD, L. A. F. A. P.; DEGGERONE,

Z. A. **Debates sobre o Rural**. 288 págs., Vol.1. Editora Barlavento. Ituiutaba, MG. 2019.

GAZOLLA, M. Cadeias agroalimentares curtas na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. POA, Ed. UFRGS, 2017, págs. 175-194.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Estimativa populacional**. 2019.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações no caso brasileiro**. Editora UFRGS, 2008.

LONG, N.; PLOEG, J. D. V. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a construção do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MARSDEN, T. K.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, 2000.

MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C.; PAINE, P. A. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Editora da

Universidade Estadual do Rio de Janeiro: EdUERJ. Rio de Janeiro, 134 págs., 1998.

PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura. In: **53º Congresso de Economia e Sociologia Rural**. Anais. Alagoas. 2015.

PLOEG, J.D.; RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Lei nº 1671 de 02 de outubro de 1979**. 1979, Erechim (RS).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Lei n.º 3.947, de 05 de abril de 2006**. Disponível em: <<https://uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/legislations/197/7595169988645fe6bdc9a6bcbd19aed9.pdf>>. Acesso em 16 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Serviço de Inspeção Municipal é Referência na Eficácia da Fiscalização**. 2013. Disponível em: <<https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/6967/12-06-2013/servico-de-inspecao-municipal-e-referencia-na-eficacia-da-fiscalizacao>>. Acesso em 15 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **PAA realiza primeira entrega de alimentos**. 2016. Disponível em: <<https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/10812/16-03-2016/paa-realiza-primeira-entrega-de-alimentos>>. Acesso em 04 nov. 2019.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e Pesquisa em Administração**: um guia para estágio, trabalho e conclusão. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCARABELOT, M. **Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel dos atores em Nova Veneza, SC**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre, 2012.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e o desenvolvimento local**: um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. UFRGS. Porto Alegre, 2012.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista Economia. Política**. Vol.30 nº.3 São Paulo Jul/Set. 2010.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Os atores entram em cena. In: SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: Introdução e aspectos gerais do debate. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

TASCA, E. DEGGERONE, Z. A. **O Fortalecimento da Agricultura Familiar no Território Alto Uruguai (RS)**: Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2019.

TRANSIÇÃO DA PRODUÇÃO CONVENCIONAL PARA A AGROECOLÓGICA EM UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR EM ITATIBA DO SUL (RS)

Adriane Paula Baú Deffaci
Carlos Alberto Frantz dos Santos

Introdução

A agroecologia surge diante da necessidade de alterar o sistema de produção agrícola que provoca um desequilíbrio ecológico que diminui a biodiversidade, aumenta as pragas e a erosão de solo.

A produção agroecológica se caracteriza como uma forma de cultivo com sustentabilidade, preservando os recursos naturais, gerando menos impacto ao ambiente e aperfeiçoando a produção com práticas simples e com um custo reduzido (GLIESSMAN, 2001).

A agroecologia é um sistema de produção menos agressivo ao meio ambiente, utilizando de forma adequada a água, o solo e o ar. Ela é baseada em experiências e conhecimentos obtidos sobre as culturas produzidas e, principalmente, sem a utilização de agrotóxicos em sua produção (ALTIERI, 2012).

Todavia, para uma propriedade que utiliza o sistema agrícola convencional de produção não é um processo simples migrar para o sistema agroecológico. Esta mudança exige da propriedade um período de transição da área a ser cultivada.

Para que isso ocorra é necessário que exista uma recuperação da biodiversidade e um remanejamento do sistema produtivo de maneira sustentável (ALTIERI, 2012). Dessa forma, é pertinente realizar estudos sobre como ocorre a transição do sistema convencional para o sistema de produção agroecológico.

Para obter melhores condições econômicas, pequenas propriedades rurais procuram diversificação de culturas e até mesmo a transição do sistema convencional para o sistema agroecológico. Para contribuir com a discussão deste assunto, foi pesquisada uma unidade de produção familiar que atua de forma concomitante com os dois modelos de produção: convencional e agroecológico. No modelo convencional, a propriedade rural cultiva tabaco, milho e laranja. Por sua vez, o modo agroecológico produz alho, laranja, ervilha e batata doce. Com isso, a questão que orienta esta pesquisa é: Como ocorre a transição do manejo convencional para o manejo agroecológico de uma unidade de produção familiar em Itatiba do Sul (RS)?

Desta forma, o objetivo geral deste estudo é analisar como ocorre a transição do sistema de produção convencional para o manejo agroecológico de uma unidade de produção familiar em Itatiba do Sul (RS). Os objetivos específicos desta pesquisa são: caracterizar a unidade de produção familiar de Itatiba do Sul (RS); descrever a transição parcial do sistema de produção convencional para o sistema agroecológico da unidade de produção familiar de Itatiba do Sul (RS) e descrever o sistema de produção agroecológico.

Nos últimos anos há uma crescente demanda pelo consumo por alimentos agroecológicos. Como consequência, ocorre uma valorização com um preço adequado para a comercialização destes alimentos. Isto desperta o interesse pelos

agricultores na produção agroecológica, visto que este sistema não possui dependência de grandes empresas para adquirir insumos e para a venda da produção.

Devido ao grande número de famílias que vem aderindo ao sistema de produção agroecológico, torna-se pertinente a realização de pesquisas sobre como ocorre a transição e o manejo destas culturas, para assim auxiliar novos produtores a entenderem os manejos destes sistemas de produção.

1. Referencial teórico

Esta seção do trabalho apresenta um breve referencial sobre Agricultura Familiar. Após, são discutidos os conceitos de Agroecologia e Transição de Manejo Convencional Para o Manejo Agroecológico.

1.1 Agricultura familiar

O agricultor familiar tem uma relação próxima com a terra, pois é ali que ele trabalha e vive. Tem como característica a diversidade na produção de alimentos. Para Schneider (2003), as categorias sociais passaram por diversas denominações. Inicialmente eram chamadas de sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, foreiros, semiproletariados, entre outros, até ser chamado de agricultor familiar. Essas diferentes formas de compreender ocorre pelas diversas análises das transformações sociais, econômicas e culturais do mundo rural.

Com base nas definições do conceito de Agricultura Familiar, o Estado Brasileiro criou políticas públicas para auxiliar as unidades familiares de pequeno porte. Somente em 24 de julho de 2006 foram definidas as diretrizes e os critérios

através da Lei nº 11.326/2006, para identificar o público e conceituando-a como as atividades desenvolvidas no meio rural que utiliza mão de obra da própria família, possui área de até quatro módulos fiscais, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006).

Para Schneider e Nierderle (2008, apud RODRIGUES, 2011) o agricultor familiar é o sujeito que vive e trabalha e tira o seu sustento na agricultura juntamente com sua família. Possui uma forma diferente de fazer agricultura destacando-se pela organização, a interação com o ecossistema, a forma de produção e, principalmente, pela sua autonomia na administração dos recursos, buscando primeiramente o autoconsumo e, após, vendem ou trocam o excedente nas proximidades.

Com o atual sistema de produção vem se tornando cada vez mais difícil a sua permanência no campo devido à exigência de altas tecnologias em diversas culturas (como é o caso das *commodities*) da produção de leite, entre outras tornando o agricultor familiar cada vez mais refém das grandes empresas (SCHNEIDER, 2003)

Com isso, os agricultores familiares necessitam de recursos externos, como o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras linhas de créditos oferecidas pelos bancos, para conseguir realizar a implantação de suas culturas. Muitos agricultores possuem pequenas áreas de terras e algumas com grande declive, inviabilizando a utilização de máquinas agrícolas, torna-se assim inviável a implantação de determinadas culturas.

Silva et al. (2010, apud ARAUJO, 2005) destacam que a agricultura familiar apresenta algumas limitações que dificultam a gestão e a tomada de decisões. O clima e as condições biológicas determinam a oferta em épocas específicas de produção. Diversos produtos são perecíveis, dificultando o seu armazenamento para a comercialização futura. Além disso, o sistema de competição econômica entre os produtores dificulta a sua organização.

Com isso, os agricultores familiares devem assumir ações administrativas eficazes para a gestão da sua propriedade e, com isso, diminuir os impactos das limitações acima descritas. Assim, é necessário estabelecer estratégias, analisar e identificar as ameaças e as oportunidades da propriedade rural. O agricultor precisa planejar qual a época de plantio, de compra e de venda da produção para melhorar a produtividade e lucratividade do negócio (SILVA et al., 2010, apud, ARAUJO, 2005).

A agricultura é uma produção de altos riscos, pois o produtor não poder decidir o preço de venda do seu produto para melhorar a lucratividade. Dessa forma, os agricultores vêm traçando novas formas de produção, sendo uma delas o sistema agroecológico de produção, para melhorar e barganhar a comercialização e o preço de venda.

1.2 Agroecologia

Para Tedesco (2006), a agroecologia é vista como uma nova agricultura com um enfoque nas pessoas e na vida. Utiliza a natureza como uma parceira para o cultivo, com uma produção de alimentos com alto valor biológico, preservando e conservando o meio ambiente.

A agroecologia foi conceitualmente desenvolvida por Howard em 1934. Já em 1950 foi usada por Lysenko nos cursos de Agronomia até os anos 1968 em plena ditadura militar. A palavra passou a ser utilizada como saberes ancestrais e nas atividades manuais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Conforme Machado e Machado Filho (2014), a agroecologia é um método de produção agrícola, que resgata os saberes que a revolução verde destruiu, incorporando progressos tecnológicos nos últimos 50 anos. Com o sistema agroecológico é possível produzir alimentos limpos, sem veneno, e em qualquer escala com uma tecnologia que pode confrontar o agronegócio.

A agroecologia, segundo Altieri (2012), é um estudo dos agroecossistemas que abrangem todas as plantas e animais, ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos para o consumo humano. Altieri (2004) destaca que a agroecologia engloba a orientação de como controlar as pragas ou as deficiências do solo sem que provoque danos ao meio ambiente. Ela busca restaurar a resiliência, ou seja, a origem da doença, tratando assim a causa do problema para restabelecer a saúde ecológica.

Para Altieri (2012), a agroecologia busca aumentar a eficiência biológica, a capacidade produtiva e a autossuficiência fortalecendo a imunidade do sistema de produção, eliminando os agroquímicos, aumentando a conservação do solo e da água e ao longo prazo, aumentando a produtividade.

A produção ecológica envolve práticas e conhecimentos científicos e populares. É uma produção que visa manter uma alimentação equilibrada entre plantas e animais por manter a saúde do agroecossistema. Utilizando de insumos ecológicos

para a produção como os compostos orgânicos e os biofertilizantes (TEDESCO, 2006).

Para Altieri (2012), a agricultura agroecológica baseia-se na diversificação. O manejo necessário é a rotação de cultura intercalando as leguminosas com plantio de cobertura. Além de utilizar esterco de animais, resíduos orgânicos e adubação verde e rochas minerais para melhorar as condições do solo.

A consequência destas práticas é uma melhora na produtividade ao disponibilizar para as plantas os nutrientes necessários à sua produção e com um controle biológico de pragas e doenças.

Para as propriedades que estão alterando o modo de produção convencional e iniciando o manejo agroecológico é importante compreender os aspectos necessários para a correta transição de um manejo para o outro.

1.3 A transição de manejo convencional para o manejo agroecológico

Com a chegada da revolução verde ao Brasil criou-se um sistema de extensão rural pela qual era oferecida aos agricultores uma assistência técnica gratuita que levava uma receita pronta para a nova forma de produção através dos pacotes tecnológicos. Assim, só recebiam créditos agrícolas subsidiados aqueles agricultores que aceitassem o pacote, que era composto por agrotóxicos, fertilizantes e sementes certificadas (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

De acordo com Gliessman (2001) a agricultura convencional tem dois pilares que visam a maximização da produção e o lucro. Para alcançar estes objetivos são utilizadas

diversas práticas sem analisar as suas consequências ao longo prazo para o meio ambiente. Para isso, o solo é intensamente cultivado com monocultura, com utilização intensa de agrotóxicos, adubos químicos e com um controle químico de pragas e doenças, além de manipular a genética das plantas.

Com isso surgiram várias consequências ambientais, sociais e econômicas colocando em risco a saúde da população e causando uma insegurança pelo crescimento nas áreas com *commodities*. A agroecologia vem a contrapor esses problemas gerados pelo sistema convencional de produção agrícola. Todavia, para migrar deste sistema é preciso ter um manejo adequado para se tornar uma propriedade agroecológica.

A conversão do manejo com a alta utilização de insumos para a de baixa utilização possui três fases distintas:

Aumento da eficiência no uso de insumos por meio do manejo integrado de pragas ou do manejo integrado da fertilidade do solo; substituição de insumos ou substituição por insumos ambientalmente benéficos; redesenho do sistema: diversificação por meio de uma combinação de lavouras e criação de animais, o que incentiva o sinergismo de modo que o próprio agroecossistema possa viabilizar sua fertilidade do solo, a regulação natural de pragas e a produtividade das culturas (MC ERA et al., 1990 apud ALTIERI, 2012, p. 139)

Por sua vez, Lopes e Casalinho (2007) afirmam que o processo de transição agroecológica é complexo. Dessa forma, sugerem que ele seja realizado em três etapas: racionalização de insumos convencionais, substituição dos insumos convencionais por ecológicos e redesenho do agroecossistema.

Para Altieri (2004), o processo de transição pode levar de um a cinco anos, de acordo com a degradação do sistema. Segundo Tedesco (2006), na produção agroecológica as plantas invasoras protegem e indicam a saúde do solo e servem como alimento para os insetos e bactérias prejudiciais para algumas culturas, ocorrendo assim o equilíbrio ambiental. Os insetos são controlados por inimigos naturais e quando ocorrem infestações maiores são realizadas pulverizações com caldas e biofertilizantes, que além de serem repelentes, fornecem nutrição para as plantas. Outra técnica utilizada para reduzir a infestação de insetos e doenças é rotação de culturas e o plantio consorciado.

Segundo Tedesco (2006), para proteger, regenerar e nutrir o solo a adubação verde é a prática essencial. Ela permanece no solo após o seu ciclo agregando matéria orgânica. Recomenda-se a utilização de leguminosas, pois estas são fixadoras de nitrogênio e ainda melhoram as condições químicas, físicas e biológicas do solo. Além de descompactar o solo e reter umidade na terra.

As sementes utilizadas são produzidas pelos próprios agricultores. As variedades crioulas possuem maior resistência, adaptadas ao clima de cada região, com boa produtividade (TEDESCO, 2006). Com estas práticas os agricultores possuem maior autonomia e reduzem os seus custos de produção por não depender das empresas fornecedoras dos pacotes tecnológicos.

4 Procedimentos metodológicos

A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois gera

conhecimentos com a aplicação prática de conceitos já estabelecidos. Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa.

Para alcançar o objetivo proposto foi utilizada a coleta de dados primários através da entrevista nãoestruturada com os membros da unidade familiar. As entrevistas foram realizadas em agosto de 2019 com um dos filhos pertencentes à unidade familiar.

O roteiro da entrevista apresentava questões sobre a caracterização da propriedade e como é realizado o manejo das culturas convencionais e agroecológicas, bem como a transição entre estes dois sistemas de produção. As respostas obtidas foram analisadas com a técnica de análise de conteúdo.

5 Resultados e discussões

Esta seção apresenta a caracterização da propriedade. Após, é descrito o manejo da produção convencional. Na sequência, como foi realizada a transição da cultura convencional para a agroecológica. Na sequência é descrito o sistema de produção agroecológico.

5.1 Caracterização da unidade familiar

A unidade objeto deste estudo está localizada na linha Salete, interior cidade de Itatiba do Sul (RS), distante 12 quilômetros da sede do município. A imagem abaixo apresenta a localização do município, que ao norte do estado do Rio Grande do Sul.

Imagem 1 - Localização do município de Itatiba do Sul



Fonte: Wikipedia (2019)

Em 1967 os avós paternos adquiriram a primeira área de terra contendo 14,7 hectares. A produção agrícola na época era totalmente manual e utilizava a mão de obra da família, utilizando da força animal para algumas atividades. A família cultivava milho, soja, feijão, suínos e outros alimentos necessários para o consumo próprio.

Os grãos eram vendidos no comércio local. Por sua vez, os suínos eram vendidos para uma empresa na cidade de Erechim. Com o passar dos anos, este tipo de produção passou a se inviabilizar por ser uma pequena área de terra e as grandes exigências das indústrias dificultando algumas produções. Em 1989 foi introduzida na propriedade a cultura do tabaco, como uma nova fonte de renda, a qual é cultivada até hoje. Assim, em

1992 a família adquiriu mais 5,4 hectares de terra. Nesta data a propriedade possuía 20,1 hectares.

No ano de 2008, o primeiro filho adquiriu mais 13,3 hectares pelo programa do Governo Federal chamado de Banco da Terra. Em 2016 o outro filho adquiriu mais 7,2 hectares também pelo programa Crédito Fundiários do Governo Federal. Após estas aquisições, a unidade familiar possui 40,6 hectares.

Atualmente moram duas famílias na propriedade (um total de oito integrantes). Destes, quatro trabalham na produção: os pais e seus dois filhos. São desenvolvidas culturas tanto no manejo convencional quanto no agroecológico, conforme quadro 1.

Quadro 1- Culturas produzidas e sistemas de produção da Unidade Familiar

Cultura	Área cultivada (hectare)	Sistema de produção
Milho	2,0	Convencional
Tabaco	5,0	
Laranja	5,0	
Alho	0,5	Agroecológico
Batata doce	1,0	
Ervilha	0,5	
Laranja	0,5	

Fonte: Autores (2019)

A imagem 2, abaixo, apresenta a demarcação visual da área da unidade familiar, que é composta por duas áreas separadas. Em amarelo estão destacados os manejos

agroecológicos e a área restante refere-se ao manejo convencional.

Imagem 2 - Demarcação da Unidade Familiar



Fonte: Google Earth Pro (2019)

A próxima seção descreve como ocorre o manejo convencional das culturas de milho, laranja e tabaco.

5.2 Manejo da produção convencional

Pelo sistema de produção convencional a unidade familiar desenvolve as culturas de milho, laranja e tabaco. A seguir será realizada uma breve descrição de como ocorre o manejo de cada atividade.

A cultura do **milho** não exige muita mão de obra. Mas em compensação ela exige altos investimentos para adquirir a tecnologia existente na semente e nos adubos para que ocorra a

uma boa produtividade. Esta característica aumenta os custos de produção. Além disso, esta cultura pode sofrer danos se ocorrer estiagem.

A propriedade possui dois hectares de milho. O manejo da cultura inicia com o preparo do solo. Como é usado o plantio direto, é utilizado um dessecante para fazer limpeza da área. O plantio mecanizado é realizado logo após, sendo que para esta etapa a família contrata a realização por hora máquina. Ainda, exige que se faça mais uma dessecação e uma aplicação de ureia. A cultura leva em torno de 130 a 150 dias para que a colheita possa ser iniciada. Como é uma propriedade pequena ela faz a contratação de colheitadeira.

A cultura da **laranja convencional** é realizada em uma área de cinco hectares da propriedade. Sendo considerada uma cultura de fácil manejo, para a implantação desta cultura é necessário fazer o preparo da área e, conseqüentemente, realizar o plantio.

Para a implantação desta cultura, sendo que cada unidade produz por pelo menos 20 anos. É necessário fazer adubação no plantio. Depois, a adubação é realizada anualmente sendo que a cultura começa a produção do terceiro ano de implantação. É necessário realizar tratamentos anuais com fungicidas. A produção da laranja é comercializada para empresas do município. As próprias empresas compradoras recolhem a laranja na propriedade, não ocorrendo um custo adicional para frete. O fator que gera mais custo na produção da laranja é a colheita pela propriedade ter pouca mão obra. Dessa forma, a propriedade optou por terceirizar a colheita.

A cultura do **tabaco** é atividade que exige mais mão de obra para o seu manejo, visto que o seu ciclo leva em torno de

dez meses desde a sua semeadura até a comercialização. A propriedade possui cinco hectares deste cultivo e a produção ocorre em integração com uma indústria de tabaco.

O manejo da cultura do tabaco exige bastante cuidado. É necessário iniciar pelo preparo das mudas que são semeadas em bandejas e canteiros e permanecem neste local até o seu crescimento. Após realizar a poda (ainda na bandeja) ela vai para o solo, que já deve ser preparado com antecedência e adubado.

Após ser levado para o solo é preciso fazer a limpeza deste local. Também é necessário fazer uma aplicação de ureia, fazer o desbaste e aplicar um antibrotante para depois fazer a colheita. A colheita é realizada manualmente, cortando pé por pé. Após, estes pés são transportados até o galpão para que ocorra secagem do produto.

Após a secagem, as folhas são retiradas dos pés e classificadas para, conseqüentemente, fazer as manocas e os fardos e realizar a venda do produto final para a empresa integradora.

A cultura do tabaco é um cultivo de ciclo longo e depende muito das condições climáticas. É atividade que exige muita adubação e a tecnologia usada deve ser de acordo com necessidade da empresa integradora.

A venda é realizada exclusivamente para esta empresa integradora, que realiza a industrialização da matéria prima. No momento de iniciar o planejamento da produção já é realizado um contrato da quantidade a ser produzida para que a empresa garanta a compra total.

Em cada hectare plantado foram colhidos 2.700 quilos de tabaco seco. No momento da comercialização o tabaco é dividido por classes e, portanto, são pagos valores diferenciados por cada classe.

A próxima seção descreve como ocorreu o processo de transição do manejo convencional para o manejo agroecológico.

5.3 Transição do manejo convencional para o manejo agroecológico

A ideia de iniciar no manejo agroecológico surgiu do filho mais novo, o qual teve interesse e curiosidade pelo novo sistema de produção. Além disso, contribuiu o fato da propriedade estar deixando a atividade leiteira a qual estava tendo muitas exigências. A família apoiou a ideia e buscou a assistência da Associação Regional de Cooperação e Agroecológica (Rede EcoTerra) para ter informações de como iniciar a transição. Inicialmente, em 2016 começaram pela produção de batata doce, devido ao baixo custo para implantação.

Nos primeiros anos a produtividade das culturas foi baixa, pela falta de experiência e de conhecimento nas culturas, além do solo não estar totalmente preparado para o novo cultivo. Portanto, para fazer a transição são necessários vários cuidados para alcançar uma boa produtividade.

Primeiramente, deve ser escolhida a área a ser destinada, e deixar esta área por um ano em manejo de transição, sem o uso de qualquer tipo de defensivos. Durante este período a área não possui certificação.

Na área agroecológica é necessário fazer o manejo correto do solo, com uma boa adubação orgânica utilizando cobertura verde, evitando a erosão do solo. Além disso, evita-se a aplicação de grandes quantidades de adubação no solo. Quando aparecem algumas plantas invasoras é sinal de que está faltando de algum nutriente no solo.

No sistema agroecológico os insetos podem ser controlados tanto de forma natural quanto através da utilização de um controle biológico para evitar prejuízos nas culturas. As informações sobre estes manejos são repassadas através da assistência técnica oferecida pela Rede EcoTerra e também em encontros de agricultores, onde são preservados os conhecimentos dos saberes populares que são repassados por várias gerações.

Como a propriedade ainda possui os dois sistemas de produção (agroecológico e convencional) as áreas de cada manejo devem ser delimitadas para que as culturas agroecológicas não sejam contaminadas por nenhum tipo de agrotóxico do sistema convencional. Esta delimitação pode ser uma faixa de mata ou ainda o plantio de barreiras que servem como um filtro dos agrotóxicos (de cana de açúcar, banana ou capim elefante). Um ano após iniciada a transição, a área pode receber a certificação.

Após iniciada a produção agroecológica a propriedade não pode diminuir a área cultivada, somente aumentar anualmente. Além disso, caso a propriedade não cumpra com os acordos, pode perder a certificação.

Assim, a perspectiva da família é de continuar produzindo no sistema agroecológico e aumentar a área neste método de plantio com a implantação de novas culturas para

utilizar o solo nas entressafras das culturas já produzidas. Dentre as culturas a serem ampliadas no manejo agroecológico estão o feijão e limão.

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), por sua vez, faz a certificação das propriedades. Esta entidade recebe apoio da Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul para prestar assistência técnica aos agricultores que possuem interesse em trabalhar com as culturas agroecológicas. Sendo assim, o Cetap pode ser considerado um diferencial pelo atendimento que desenvolve junto às famílias produtoras.

Esta certificação nas propriedades ocorre anualmente pelos próprios produtores de outros núcleos de produtores de orgânicos. Estes núcleos são compostos por produtores de cada município, através de vistoria nas áreas cultivadas. A manutenção da certificação tem um custo de R\$120,00 e este certificado permite que o agricultor realize a comercialização.

5.4 Manejo da produção agroecológica

Pelo sistema de produção agroecológico a unidade familiar desenvolve as culturas de alho, batata doce, ervilha e laranja. A seguir será realizada uma breve descrição de como ocorre o manejo de cada atividade.

Para o manejo agroecológico da cultura do **alho**, a família faz o plantio de 0,5 hectare de alho sendo que inicialmente ocorre a escolha da área, que deve ser um solo pedregoso, para evitar doenças na planta. No primeiro ano de plantio é necessário fazer a aquisição da semente para o plantio, já nos próximos anos é utilizado para o plantio o próprio alho já colhido na propriedade.

O alho é uma cultura de ciclo longo. O plantio se inicia no mês de março e a colheita ocorre em parcelas sendo que leva em torno de 40 dias, pois o amadurecimento se dá por etapas, e os alhos que estão prontos devem ser colhidos.

O alho exige mais cuidados e depende muito das condições climáticas, é necessário realizar aplicações de calda sulfocáustica e bordalesa para controlar a ferrugem. A colheita é realizada manualmente. O produto é armazenado em galpão com estaleiros. A necessidade da mão de obra para a produção de alho é grande. A comercialização é realizada em etapas (normalmente em entre safras) que podem levar até três meses.

Para o manejo agroecológico da cultura da **batata doce** a propriedade possui um hectare em produção. É necessário fazer um bom preparo de solo com o arado subsolador. Para adquirir as mudas, o circuito da Rede Ecoterra auxilia os agricultores a fazerem a troca entre os agricultores para evitar este custo de implantação.

O plantio é realizado semanalmente para obter um maior período de colheita e comercialização, principalmente nas entre safras. A colheita é mecanizada com utilização de um arado de disco sem danificar o produto. O recolhimento das batatas é manual. Após, é realizada a lavagem e a classificação do produto para a comercialização.

Para o manejo agroecológico da cultura da **ervilha**, por ser uma cultura de inverno, de baixo investimento, a unidade familiar possui apenas 0,5 hectare plantado. Para implantação da cultura é necessário fazer o preparo do solo com arado subsolador. Após, é realizado o plantio e é necessário realizar uma capina manual. Ainda, é preciso fazer o estaqueamento

para facilitar o seu manejo e também para que ela não fique com a produção encostando-se ao solo.

A colheita é manual e trabalhosa, pois é necessário selecionar as vagens. Outra peculiaridade é que a colheita é realizada em mais de uma etapa, pois a produção não fica toda ao ponto de colheita no mesmo período. Após, é feita a debulha para conseqüentemente realizar a venda.

Para o manejo agroecológico da cultura da **laranja** a unidade familiar cultiva 0,5 hectare. Para esta área foram necessárias 210 mudas. Após implantadas, as mudas produzem em média vinte anos, sendo que a produção inicia no terceiro ano de implantação. É necessária a aplicação de adubação orgânica anualmente e aplicação de tratamentos para as doenças que possam surgir no pomar.

É importante levar em consideração que, na produção orgânica, o solo deve possuir uma cobertura de solo para protegê-lo de erosões. Após a roçada, esta cobertura vai se decompor e tornar adubo para a cultura. Além de ser uma camada que protege de infestações de plantas daninhas, evita a necessidade de utilizar defensivos para a limpeza da área.

Esta cultura tem um ciclo longo. A colheita não necessita ser rápida, pois a fruta se mantém no pé por mais de dois meses após a maturação, o que facilita a organização para colher e comercializar a produção em mais de uma etapa.

Considerações finais

Com as descrições realizadas, pode-se concluir que os objetivos propostos nesta pesquisa foram atingidos: a

propriedade foi caracterizada; os manejos agroecológicos e convencionais foram descritos, a transição para o manejo agroecológico foi analisada.

Ao finalizar este estudo que demonstrou o manejo e a transição do sistema convencional para o agroecológico das culturas desenvolvidas na propriedade, foi possível identificar que é possível realizar a migração de um sistema de produção convencional para o sistema agroecológico.

Observa-se que manter uma parte da propriedade com o manejo convencional permitiu que a unidade familiar mantivesse renda durante o período de transição. Levantamentos iniciais realizados pelos agricultores indicam que o resultado por hectare (receita – custos) pode ser maior no sistema agroecológico, pois os custos com insumos são muito menores neste sistema de produção se comparado ao sistema convencional. Além deste benefício econômico, a propriedade obtém ganhos ambientais nas áreas onde o manejo agroecológico é realizado.

Desta forma, com o estudo espera-se que os agricultores que adotam o sistema convencional percebam que é possível adotar novas formas de produção, conquistar novos mercados, principalmente na venda direta ao consumidor por permitir agregar maior valor ao produtor. Os produtores podem criar associações ou grupos para organizar as compras e vendas de produtos.

Além disso, este trabalho pode auxiliar outros agricultores a tomar novas decisões, e produtores que desejam ingressar em algumas destas culturas, uma vez que traz dados reais de uma unidade familiar. Ainda, o estudo auxilia os

agricultores que tenham interesse em colocar a propriedade em transição para migrar para o sistema de produção agroecológico.

Como sugestão de novos estudos nesta área, sugere-se uma pesquisa que compreenda em detalhes os custos e as receitas de cada um dos cultivos da produção agroecológica. Com isso, espera-se gerar novas informações para auxiliar os produtores rurais que pretendem realizar a transição de seu sistema de produção.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 15 mai. 2019.

GLIESSMAN; S. R. **Agroecologia:** Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

LOPES, A. S.; CASALINHO, H. D. Estratégias para a Transição agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2. 2007.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia:** contribuição para um mundo com

alimentos sem veneno. São Paulo:Editora Expressão Popular, 2014.

RODRIGUES, R. G. **Atividade Leiteira Em Unidade De Produção Familiar quanto A Tipologia De Produtores, Na Microrregião De Erechim-RS.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul.Dissertação de Mestrado. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócio (CEPAN). Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/60502>> Acesso em 12 jun. 2019.

SCHNEIDER, S. A. **Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, M. Z., Luiz Carlos RECH, L. C., RECH. G. M. Estudo Sobre As Práticas De Gestão Utilizadas No Gerenciamento Das Pequenas Propriedades Rurais De Guaramirim. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva.** v. 9, n. 18, 2010. Disponível em:<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/3969/4085>> Aceso em 19 dez. 2019.

TEDESCO, J. C. **Agrodiversidade, Agroecologia e Agricultura Familiar:** velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo Pós- anos 90. Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PRODUTORES DE LEITE NO ALTO URUGUAI (RS): UM ESTUDO NA COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DO ALTO URUGUAI (COPERAL)

Alcemir Antônio Bagnara
Leonice Aparecida de Fátima Alves Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone

Introdução

O leite é um dos produtos mais importantes da economia gaúcha, e tem seu protagonismo garantido por pequenas, médias e grandes propriedades rurais. O Brasil ocupa a 5ª posição entre os países, com 6,81% da produção mundial, sendo que entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o segundo produtor nacional, respondendo por cerca de 13% da produção nacional, superado apenas pelo estado de Minas Gerais (ATLAS SOCIOECONÔMICO, 2019).

Segundo dados do Atlas Socioeconômico (2019) no Rio Grande do Sul a produção média no triênio 2013-2015 foi de 4,6 bilhões de litros/ano. As regiões da Fronteira Noroeste, Produção, Vale do Taquari, Serra, Norte, Rio da Várzea e Celeiro são responsáveis pela metade da produção gaúcha, que atingiu cerca de 2,4 bilhões de litros/ano em média, no período de 2013-2015.

A importância e crescimento da produção de leite no Estado do Rio Grande do Sul, estão atreladas, principalmente, as

cooperativas agropecuárias que fomentaram a atividade produtiva, e as políticas públicas dos últimos anos (1996 a 2017)⁵, que permitiram a organização e estruturação das unidades de produção familiares. Além disso, no entorno do produto estruturou-se uma complexa cadeia produtiva, que possui agentes atuando a montante e a jusante ⁶do processo de produção.

Porém, segundo Cenci, Mourad e Deggerone (2018), as transformações ocorridas na cadeia produtiva do leite, a partir dos anos 90, através da liberalização do mercado de lácteos, possibilitou que o Brasil entrasse de vez no processo de globalização, realizando acordos entre vários países concorrentes, o que resultou em um longo período de dificuldades para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, em especial na atividade leiteira. Isso acarretou a redução das margens de lucro da produção comercializada, além de obrigar os agricultores a aumentarem a produção, sendo que muitos acabaram desistindo da atividade, devido à falta de capacidade de investimento, e pelas novas exigências impostas pela legislação sanitária e pelos mercados.

⁵ Políticas públicas como PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Pronaf Mais Alimento, voltado exclusivamente para o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, (inclusive de irrigação), implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum. PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

⁶ Termos utilizado mais comumente para definir direções de correntes fluviais. No caso específico, a jusante são agentes que entregam suprimentos para o agricultor, a matéria prima, ou dentro da propriedade. A montante são agentes que estão depois da saída do produto da propriedade.

Esse cenário persiste e tem exigido das Cooperativas Agropecuárias, buscarem novas formas de atuação junto aos seus associados. Dessa forma, a Cooperativa de Produtores Rurais do Alto Uruguai (COPERAL) foi criada em 1993, tem atuado na cadeia produtiva do leite e acompanhado as transformações na cadeia de produção. Dentre estas, a produção em escala, a concentração e as exigências normativas, demonstram que a atividade cada vez mais é restrita a um conjunto seleto de agricultores familiares.

Diante do cenário apresentado, as questões que norteiam esta pesquisa, buscam identificar: Qual é perfil socioeconômico dos agricultores associados a COPERAL? E, quais são os cenários e perspectivas que os agricultores familiares deverão enfrentar nos próximos cinco anos?

Uma primeira hipótese de cenário para os agricultores produtores de leite é a continuidade na atividade, desde que haja modernização da produção, com incorporação de tecnologia. Outra hipótese é de exclusão da atividade, sendo que os produtores que não aderirem às mudanças exigidas, e diminuirão sistematicamente sua produção até os tornar inviáveis. Neste caso, nem mesmo a cooperativa com o melhor entendimento de associativismo terá a condição de adquirir sua produção pela baixa escala e pelos altos custos. Os agricultores, ao serem excluídos, serão obrigados a migrar para outras atividades ou desistir da atividade agrícola. Uma terceira hipótese é que parte deles façam pequenas melhoras e se desafiem a continuar na produção, pouco acima da margem tolerada por eles e pela cooperativa. Nas duas últimas hipóteses, deve-se considerar a necessidade de complementação da renda familiar com outras atividades, dentro e/ou fora da propriedade.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é realizar um diagnóstico do perfil socioeconômico dos agricultores familiares que desenvolvem a atividade leiteira, associados a Cooperativa de Produtores Rurais do Alto Uruguai Ltda – COPERAL.

Dentre os objetivos específicos desta pesquisa, busca-se:

a) Caracterizar a atividade leiteira desenvolvida pelos agricultores familiares associados a esta Cooperativa;

b) Apontar possíveis cenários e perspectivas para os agricultores familiares associados à Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai Ltda – COPERAL;

c) Identificar entre os associados da cooperativa, os motivos que os levam a permanecer na atividade leiteira; e

d) Elencar as razões que levam os agricultores a sair da atividade leiteira.

O presente trabalho se justifica, em primeiro lugar, pelo grande potencial de produção de leite na região do Alto Uruguai e seu significado econômico tanto para região, quanto para as próprias famílias. Além disso, porque a atividade leiteira envolve um significativo número de famílias na produção leiteira, mesmo em muitas não sendo a atividade principal. Em terceiro lugar, enfatiza-se que este estudo poderá subsidiar ações que fortaleçam o sistema cooperativo que se encontra desvalorizado e tem muitas dificuldades de sobrevivência, principalmente pela competição existente com as empresas privadas. E, por fim, pela relevância que o tema possui para apontar sugestões de caminhos para os agricultores familiares, a

fim de fortalecer e potencializar a agricultura familiar, e o desenvolvimento local, na produção de alimentos e na geração de renda.

O presente trabalho, além desta introdução, traz uma seção de referencial teórico buscando contextualizar as transformações ocorridas no meio rural e na cadeia produtiva do leite, bem como trazer dados atuais na produção leiteira. Na sequência traz o método de pesquisa adotado, posteriormente são apresentados os principais resultados e discussões, e, por fim as considerações finais.

1 Referencial teórico

Esta seção tem por objetivo descrever as mudanças ocorridas no meio rural e na produção leiteira, bem como apresentar dados da produção leiteira a nível mundial e nacional. Também descreve conceitos importantes relacionados as cadeias agroindustriais, e apresenta os principais agentes integrantes à cadeia produtiva do leite.

1.1 Histórico das mudanças socioeconômicas no meio rural

“A agricultura passou por enormes mudanças sociais e econômicas desde a década de 1930” (BAGNARA, MOURAD e DEGGERONE. 2018, p. 140). Essas mudanças ocorreram principalmente, porque o país, principalmente no governo Vargas, passou a investir fortemente na indústria. No meio rural, esse processo fez com que uma série de pessoas deixassem o

espaço de produção para trabalhar como mão-de-obra nas indústrias. Junto com isso, iniciou-se um processo de modernização na agricultura, chamada de “modernização conservadora”.

Esse processo teve como característica geral a substituição do trabalho manual e artesanal da produção pela tecnificação das atividades agrícolas, valendo-se da progressiva mecanização e quimificação. Desta forma, foi modificada a matriz produtiva agrícola, onde se passou a incorporar novos produtos na agenda da produção agrícola, além de novas variedades ao processo produtivo (PIES, 2006, p. 103).

Segundo Bagnara, Mourad e Deggerone (2018) as consequências desse processo, integraram fortemente as famílias rurais a novas formas de produção, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. A Revolução Verde constituiu-se por um conjunto de ideias e práticas que tinham por objetivo implementar um processo produtivo visando ampliar a produtividade das atividades agropecuárias.

A partir dos anos 1980, o Estado brasileiro passou a sofrer um estrangulamento nas finanças públicas, para que acontecesse o ajuste monetário e fiscal, com o objetivo de pagar a dívida externa. Em consequência disso, o setor agrícola foi o mais atingido, pois, os mesmos subsídios que ajudaram a financiar o aumento da produtividade, passaram a ser o vilão do desequilíbrio das finanças públicas, sendo que o resultado foi o fim dos subsídios agrícolas no Brasil.

Segundo Bagnara, Mourad e Deggerone (2018) a década de 1990 foi marcada pela abertura comercial, ou seja, a agricultura passa a conviver com um mercado globalizado, onde as protagonistas são grandes empresas que querem estar livres das políticas governamentais. A globalização também aumentou a concorrência, o que acabou colocando a agricultura brasileira, agora sem um papel forte do poder Estatal competindo com um mercado internacional, onde os principais concorrentes - Estados Unidos, Japão e Europa, possuem forte protecionismo aos seus produtos e altos subsídios aos seus agricultores. E, isso ocasionou uma alteração nos processos econômicos, comerciais e de relações entre países que afetam os processos produtivos.

A globalização como processo de internacionalização da economia e de integração regional, permitiu a formação ou a consolidação de agrupamentos econômicas e blocos comerciais integrando países vizinhos ou com interesses comuns (ALMEIDA, 2005). Destaca-se entre esses a União Europeia, NAFTA, MERCOSUL, porém no ano de 2000 a Organização Mundial do Comércio - OMC identifica 130 acordos de comércio a nível mundial (ALMEIDA, 2005).

Estes acordos influenciaram diretamente a vida dos países e por consequência, suas economias e os sistemas produtivos (ALMEIDA, 2005). Como em todos os acordos as partes necessitam ceder, e neste sentido, os países, representados por seus governos e interesses, ao buscarem a venda de produtos de expertise ou de alta produção dos seus territórios, acabam abrindo mão de outros produtos considerados nem tão essenciais. Nos seus diferentes formatos, embora a retórica do livre comércio permeia os debates e negociações, cada país busca facilitar as exportações e dificultar as importações.

Ao ligar a globalização com a produção leiteira, Machado (2019) afirma que foram produzidos inúmeros trabalhos científicos na área leiteira. Mesmo tendo diferentes perspectivas e lente de análise, estes apontam para alguns consensos nas modificações ocorridas na cadeira produtiva, sendo eles:

(i) o fim do tabelamento e liberalização dos preços do leite, o qual era praticado desde a década de 1940;(ii) a abertura comercial brasileira, decorrente das pressões do GATT rodada Uruguai (1986 – 1984) e do Consenso de Washington (1989); (iii) a criação do Mercosul em 1991, que banuiu as tarifas de importações entre os países do Bloco (MACHADO, 2019, p. 11).

De acordo com Cenci, Mourad e Deggerone (2018), essas mudanças obrigaram a adaptação de produtores de leite e empresas processadoras. Segundo eles:

A integração dos mercados, proposta pela globalização, intensificou a concorrência, obrigando as empresas brasileiras a se reestruturarem, e como consequência ocorreu um aumento das exigências aos produtores de leite. O resultado foi a especialização produtiva dos agricultores, resultando no aumento da produção de leite, como forma de sobreviver ao processo de seleção dos produtores, imposta pelas leis do capitalismo, em decorrência da “ausência do Estado” (CENCI, MOURAD E DEGGERONE 2018, p. 72).

Atualmente, a agricultura é influenciada por forças internas e externas que competem em um mercado desigual. Não bastasse isso, o capitalismo e seu sistema econômico vigente, têm provocado nos últimos anos enormes mudanças nos

rumos da economia mundial, onde estão presentes grandes e pequenas empresas. Segundo Dupas (2001), uma das grandes mudanças foi o avanço tecnológico, o qual aumentou a diferença existente entre os complexos transnacionais e pequenas empresas.

O contexto do avanço do capitalismo a nível mundial, também afetou as configurações locais, as formas de atuação social e produção. Com a globalização, as características de competição, seleção e fragmentação provocaram um novo direcionamento da agricultura e fez com que muitos agricultores abandonassem a atividade.

Para tentar dimensionar, entre o ano de 1991 e 2010 a população rural baixou de 35.714 milhões de pessoas para 29.655 milhões, ou seja, mais de seis milhões de agricultores abandonaram o campo no Brasil⁷ nesse período. Aos que permaneceram, foi criada uma cultura de dependência e externalidade da agricultura familiar, onde o sujeito (agricultor) deixou de ser o gestor da propriedade e transferiu a terceiros esse papel.

Outro elemento que promoveu a transformação no meio rural a partir dos anos 80, foi a verticalização da produção e com isso a denominada “integração”, ou seja, o agricultor, através de um contrato com a agroindústria, passa a produzir em escala e com padrões pré-definidos pela indústria, sem opção de comercialização no mercado comum. Ele passou a produzir para

⁷ Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.
(<https://journals.openedition.org/confins/10548?lang=pt#tocto1n1>)

uma empresa que lhe fornece todos os insumos e lhe compra a produção.

Ao aderir a integração, o agricultor perde sua autonomia. Aos que permaneceram no meio rural, os efeitos ocasionados pelas mudanças do regime foram diversos, como Pies relata:

Nos âmbitos econômicos, políticos e sociais, os efeitos do atual modelo de desenvolvimento traduzem-se através da subordinação e perda de autonomia da agricultura familiar no processo produtivo; da alteração das formas de gestão das unidades familiares; perda da visão global dos sistemas de produção e limitação no processo decisório relacionado à produção e comercialização; da relação de dependência e exploração diante das indústrias; da simplificação e empobrecimento do regime alimentar das comunidades locais, com a diminuição drástica da diversidade de plantas e animais para o consumo; do comprometimento da saúde das famílias agricultoras através do alto índice de suicídios, intoxicações agudas e crônicas provocados pelo uso de agrotóxicos; das tecnologias poupadoras de mão-de-obra, ampliando o êxodo rural; da marginalização da agricultura familiar das estruturas e mecanismos de mercado, gerando dificuldade de viabilização econômica da unidade de produção familiar (PIES, 2006, p. 107).

O próprio sistema cooperativista passou e passa por transformações com esse novo cenário econômico mundial. Nesse sentido, Rocha (1999) acredita que as cooperativas, para atenderem às condições do mercado, impõem aos seus associados, condições de produção cada vez mais distantes dos princípios desse tipo de organização. A solidariedade (coesão entre os cooperados e a cooperativa) encontra limites cada vez

mais difíceis de serem transpostos. A complexidade dos novos grupos cooperativos que estão se formando dificulta a participação dos associados, afastando-os gradualmente das atividades e decisões estratégicas. À medida que a pirâmide se eleva, o risco de se perder o contato com a base também cresce.

Nesse sentido, cientes ou não, os agricultores passaram por este conjunto de mudanças na agricultura, sendo que muitos conseguiram sobreviver e outros não. Os que sobreviveram, encontram-se neste contexto de constantes mudanças e adaptações, impregnando-lhes a cada novo redirecionamento uma escolha, e esta está baseada em uma série de motivos que nem sempre estão claros a uma análise externa.

Portanto, a cadeia leiteira teve, no decorrer da história, importantes transformações associadas a elementos de produção e seus processos de modernização, mas também pela influência da globalização e a mercantilização do produto a nível mundial.

1.2 A produção de leite e sua cadeia produtiva

As transformações ocorridas na cadeia produtiva do leite, influenciou tanto a produção local e mundial, como os agentes que atuam nela. Essas transformações ocorreram no sistema de produção, mas também nas indústrias e no transporte, tornando cada vez mais complexa essa cadeia de produção.

1.2.1 A Produção de leite (Mundo, Brasil e Rio Grande do Sul)

A produção mundial de leite tem crescido na faixa de 13% entre os anos de 2008 a 2016⁸, passando de 436 para 493 mil toneladas. Nos dados da tabela 01 pode-se perceber que houve um aumento na produção em todos os países, com exceção da Rússia, que baixou de 32 para 30 mil toneladas de leite. Os destaques para o significativo aumento de percentuais ficam por conta da Índia e do Brasil. Enquanto o Brasil teve um aumento de aproximadamente 22%, passando de 27 para 33 mil toneladas, a Índia ultrapassa os 45 % de crescimento, tendo um salto de 46 para 68 mil toneladas.

Tabela 01 - Produção mundial de leite – mil. de toneladas

País	2008	2010	2012	2014	2016
União Europeia	133.848	135.472	139.000	146.500	151.000
Estados Unidos	86.173	87.488	91.010	93.485	96.343
Índia	46.870	50.300	55.500	60.500	68.000
China	34.300	29.300	32.600	37.550	36.020
Brasil	27.585	30.715	32.304	35.124	33.625
Rússia	32.500	31.847	31.831	30.499	30.510
Total	436.031	440.252	462.848	484.289	493.910

Fonte: USDA e IBGE

⁸ Dados do USDA/IBGE.

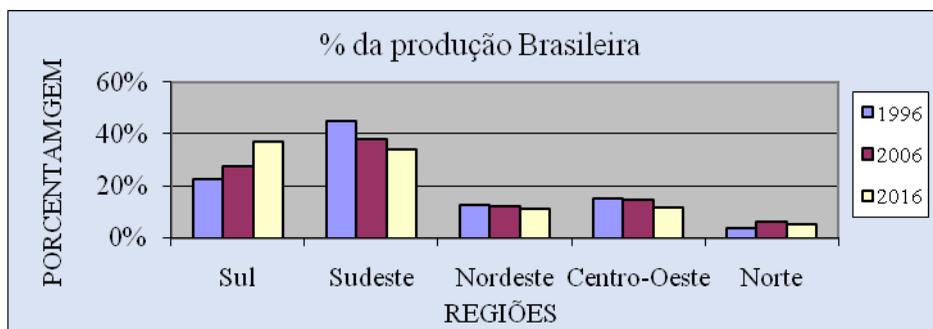
Tabela 02 – Produção Brasileira do leite, por regiões – milhões de litros

Regiões	1996	2006	2016
Sul	4.242	7.039	12.458
Sudeste	8.338	9.740	11.546
Centro-Oeste	2.810	3.722	3.972
Nordeste	2.355	3.198	3.772
Norte	771	1.699	1.877
Total	18.516	25.398	33.625

Fonte: Anuário do Leite (2018)

Para demonstrar a variação dos percentuais destas regiões na produção leiteira, a figura 01, deixa clara a participação de cada uma. Percebe-se que nos períodos apurados, enquanto a região norte tem pequenas oscilações, as regiões: sudeste, centro-oeste e nordeste decrescem consideravelmente sua participação, permitindo que a região Sul assumisse a liderança na produção. Outro elemento de destaque é que as regiões sul e sudeste, juntas detinham em 2016 mais de 71% da produção de leite no país. Percentual idêntico nas amostras anteriores. Outro elemento nítido é a modificação na liderança da produção leiteira entre as regiões. Enquanto gradativamente a região sudeste, historicamente líder na produção brasileira, perde produção, a região sul com crescimento gradativo, ultrapassa e assume o posto.

Figura 01 – Percentual da produção de leite por região nos anos de 1996, 2006 e 2016



Fonte: Anuário do Leite (2018)

Dentre o conjunto de produtores, a agricultura familiar tem significativa participação na produção leiteira do país. Porém nos últimos anos a cadeia tem se especializado e cada vez mais tem sido ocupada por pessoas ou grupos que imprimem uma produção em escala e feitas de forma empresarial. A agricultura familiar é responsável por grande parte da produção agrícola, sendo a produção para autoconsumo e pela diversificação, que acabam constituindo duas características intrínsecas. Couto (2003, p. 159) em duas citações confirma esta informação, sendo que para o autor: “Um dos pilares de sustentação dessa categoria social é a diversificação das culturas, o que assegura o equilíbrio alimentar da família, além de garantir a ocupação da mão-de-obra familiar no decorrer do ano”. E, ainda “... tem a finalidade de alimentação do grupo doméstico, sendo comercializados apenas os excedentes, uma vez concretizada a satisfação alimentar da família”.

Para muitos agricultores familiares, diferente das demais produções agrícolas que têm um “ciclo longo”, a produção leiteira se apresenta como uma excelente alternativa de melhoria

na qualidade de vida, devido sua capacidade de distribuição de renda ao longo do ano e da capacidade de geração de emprego (COUTO, 2003).

1.3 Cadeias agroindustriais

A definição de cadeias agroindustriais, encontra uma definição, entre outras em Takitane e Souza (1995, p. 29): "se refere a uma sequência de operações físicas, tecnicamente complementares, pertinentes à produção, distribuição e consumo de um bem ou serviço: um itinerário físico e um conjunto de agentes e de operações que permitem a realização da atividade produtiva até o consumidor final"

Ao definir o termo "cadeia agroindustrial", as autoras, fazem uma comparação com outras expressões, como: agribusiness⁹, agroindústria, complexo agroindustrial e sistema agroindustrial. Segundo elas, essas terminologias:

[...] têm sido utilizados para designar o conjunto de atividades agropecuárias, industriais e de serviços, que mantém sinergias de caráter tecnológico, comercial e econômico, cuja matéria-prima principal venha do setor agropecuário ou cujo produto tenha naquele setor o seu mercado (TAKITANE E SOUZA, 1995, p. 30).

Dessa forma, esse enunciado foi o passo inicial na tentativa de tratar o agribusiness como uma atividade diferenciada, com conceitos e com características próprias,

⁹ O termo agribusiness muito utilizado na década de 1990, tem na sua tradução e adoção recente o termo agronegócio.

introduzindo a visão sistêmica à análise dos produtos agropecuários.

Neste contexto, de economia globalizada e financeirizada, a economia mundial e a brasileira têm sofrido mudanças importantes nas últimas três décadas. Sendo, que fusões, aquisições e alianças estratégicas têm-se multiplicado e tem transformado um conjunto de pequenas e médias empresas em grandes monopólios de exploração, com domínio das cadeias produtivas a nível mundial. E, parte considerável dessas mudanças relaciona-se com profundas alterações nos sistemas de valores de todos os segmentos industriais.

1.4 A cadeia produtiva do leite

A cadeia produtiva do leite na Região do Alto Uruguai Gaúcho constitui-se por todas as empresas envolvidas no processo produtivo do leite e de seus derivados. Esta engloba, desde a produção dos insumos como rações e medicamentos, o agricultor que produz o leite, o transportador, o agente agroindustrial e o varejista, chegando até o consumidor.

A indústria de insumos é um dos mais imprescindíveis para a produção leiteira. Os agricultores e as agroindústrias apresentam cada vez mais dependências e demandas por produtos e serviços externos e de empresas especializadas. Pode-se citar como exemplos: sais minerais e rações; medicamentos e vacinas; sêmen; máquinas e equipamentos; embalagens; aditivos e conservantes. Na relação direta entre agricultores e as empresas fornecedoras de produtos e serviços, o seu poder de barganha é quase nulo. Esses produtos e serviços cada vez mais são fornecidos por grandes empresas, muitas

vezes multinacionais, onde a relação direta inexistente. O agricultor também apresenta dependência da indústria coletora do produto, uma vez que a perecibilidade exige uma logística de fluxo diário e adequada. Neste sentido, a barganha pode ser um pouco maior, dependendo do tipo e tamanho de indústria onde é entregue o leite. Para as agroindústrias, o volume processado pela empresa, normalmente desempenha um papel importante no poder de barganha da mesma, para a negociação com seus fornecedores (MOSELE et al., 2005).

Já, o agente transportador, atua em três etapas distintas na cadeia produtiva. Camilo (2015) faz a divisão em grupos denominados de T1, T2 e T3, onde T1 refere-se a captação de leite nas propriedades rurais até as agroindústrias ou entrepostos; T2 se refere ao transporte entre unidades industriais e T3 que consiste em distribuir leite e derivados a atacados, varejo e supermercados. O transporte do leite das propriedades rurais até a agroindústria é feito por empresas terceirizadas, ou seja, prestam esse serviço às agroindústrias, cobrando dos produtores rurais o frete pelo transporte do produto. A logística se faz cada vez mais presente e necessita ser cada vez mais eficiente, pois, através dela, se pode ter tanto os produtos, como os suprimentos nos tempos e locais corretos, sendo esta uma exigência cada vez maior do mercado.

O agente produtor rural executa duas linhas de trabalho. A primeira é no manejo do rebanho e higienização de equipamentos e utensílios, e a segunda é no acondicionamento do leite em locais que garantam a sua qualidade, normalmente em tanques resfriados. Conforme Sirena (2009), a produção de leite na região é feita à “base de pasto”, em pastagens naturais ou formadas, e com complementação de silagens e rações. A

produção em escala exigiu uma seleção genética de animais, sendo que atualmente os agricultores têm rebanhos com potencial genético superior de anos anteriores, e, em consequência disso, a necessidade de nutrição também é superior.

O agente agroindustrial, ou a indústria, de acordo com a Inspeção Federal, classifica-se em quatro grandes grupos que cobrem todas as atividades do segmento: postos de resfriamento, usinas de beneficiamento, fábrica de laticínios e entrepostos. Estas indústrias podem ser caracterizadas tanto como multinacionais ou nacionais que adquirem a matéria-prima, processam, produzem e vendem diversos derivados lácteos.

O leite é a matéria-prima na produção de uma infinidade de itens derivados, como manteiga, iogurtes, e queijos, o leite é também ingrediente imprescindível na gastronomia mundial. Pode ser usado em uma infinidade de receitas, de pratos principais a molhos, drinques ou sobremesas (SIRENA, 2009, p. 31).

Segundo o mesmo autor, pode ser processado de forma pasteurizada, longa vida ou em pó e classificado conforme critérios de controle de sanidade do rebanho e processo de ordenha. A comercialização, no mercado interno é feita por atacadistas e varejistas, sendo o transporte, dos produtos processados até eles, feito em caminhões das agroindústrias, de terceiros ou de transportadoras. Conforme Sirena (2009) a distribuição para os comércios varejistas e atacadistas são distintos. Enquanto, para o comércio varejista se dá de forma independente diretamente dos laticínios para os supermercados, para os atacadistas é feito na forma de integração ou concessão de franquias.

Ao descrever as mudanças ocorridas no meio rural e da produção leiteira, os dados da produção e contextualizar a complexidade da produção leiteira, pode-se perceber que tanto os produtores rurais, bem como as cooperativas, precisam cada vez mais ter conhecimento da atividade que desenvolvem. Conhecer os processos produtivos, mas também as tendências mundiais, buscar maior interação com mercado e compreender os mecanismos que envolvem toda cadeia produtiva.

2. Metodologia

A natureza do trabalho é exploratória-descritiva. O método escolhido para a obtenção dos objetivos propostos foi o estudo multicase. Segundo Triviños (1995), os estudos descritivos denominados “estudos de caso” têm por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade. Yin (2001) argumenta que este método procura responder a perguntas “como” e “por que” certos fenômenos acontecem, quando se deseja foco sobre um evento contemporâneo e quando não se requer controle sobre o comportamento dos eventos.

A coleta de dados primários foi efetuada através de pesquisa junto aos produtores de leite, utilizando questionário elaborado, especificamente para esse fim, e aplicado pelo pesquisador. Os dados primários foram coletados a fim de descrever e caracterizar idade, escolaridade, renda bruta anual, o nível de envolvimento em sindicato e cooperativa, a quantidade de terra ocupada para diversas produção, plantel de animais, dados de produção leiteira, renda dos diversos produtos,

propensão a migrar de atividade ou do meio rural, intenções dos produtores a médio e longo prazo.

A coleta de dados de fontes secundárias foi feita em revistas científicas, em periódicos e em livros, onde, buscou-se informações a respeito da cadeia produtiva do leite. Também foram utilizados dados extraídos do banco de dados do IBGE e Censo Demográfico. Esses dados secundários foram utilizados não só para se situar diante do problema proposto, mas também para auxiliar na estruturação das entrevistas que foram executadas.

Com relação a população pesquisada, infere-se que a cooperativa COPERAL possui cerca de 240 sócios, no entanto, esse número varia conforme entrada e saída de agricultores, que é baixa. Assim sendo, definiu-se, conjuntamente com a direção da cooperativa e com seus técnicos a adoção de uma amostragem específica para cada faixa estratificada, sendo consultados os produtores sobre sua concordância em fornecer as informações. Optou-se, pela mínima aplicação de 3 questionários para cada estratificação. Ao final, foram aplicados 15 questionários, conforme tabela abaixo:

Tabela 03 - Faixas de Produção, número de propriedades rurais, percentual de amostragem, número de contatos e questionários aplicados

FAIXAS l/mês	Agricultores	%	Contatos	Aplicados
1 a 2.500	73	30,17	6	4
2.501 a 5.000	82	33,88	6	4
5001 a 10.000	57	23,55	5	4
Mais de 10000	30	12,40	4	3
TOTAL	242	100	21	15

Fonte: Dados do Autor (2019)

A etapa de coleta de dados compreendeu a elaboração de questionário a partir da necessidade da pesquisa, observando a simplicidade para melhor compreensão dos agricultores. Ao finalizar a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados, comparados e analisados, objetivando a caracterização dos grupos definidos anteriormente por faixas de produção mensal. Para o tratamento dos dados, utilizou-se a estatística descritiva, ou seja, os dados não sofreram nenhuma inferência. A apresentação dos resultados foi feita através de tabelas e gráficos. Para análise dos dados, considera-se grupos de 1 a 4, conforme quadro acima, de forma crescente para as faixas definidas.

3. Caracterização da cooperativa dos produtores rurais do Alto Uruguai Ltda

A COPERAL foi criada em 31 de maio de 1993, a partir da decisão dos agricultores associados aos Sindicatos de trabalhadores rurais da região do Alto Uruguai, vinculados ao Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais – DETR/CUT – RS. A decisão de criação se deu em virtude da cooperação da Corlac - Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda, – promovida pelo então governo do Estado. E, em 28 de junho de 1993, a COPERAL passou a receber leite na Plataforma da Corlac, em Erechim.

O início das operações na plataforma de leite, exigiram um esforço coletivo da cooperativa e dos associados, pois para a manutenção do contrato com a extinta estatal, foram necessárias batalhas judiciais, sendo que em 1994, a justiça deferiu liminar favorável a COPERAL. No início, as rotas e os produtores eram praticamente os mesmos, porém no mesmo ano a Cotrel – Cooperativa Tritícola Erechim Ltda. – que atuava na cadeia de grãos e suínos na região, passou a atuar no setor leiteiro. Pelas mais diversas razões, entre elas a mobilização de ambas as partes, houve divisão de entrega do leite ou para uma ou para outra cooperativa.

Com atuação em 17 municípios¹⁰ da região do Alto Uruguai, a cooperativa passou de uma produção média 17,7

¹⁰ Os 17 municípios de atuação da COPERAL, pela ordem alfabética são: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Carlos Gomes, Centenário, Erebangó, Erechim, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos, Paulo Bento, Ponte Preta, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

litros/produtor/dia para 181 litros, atualmente. Hoje, a cooperativa possui aproximadamente 240 produtores familiares e a produção mensal¹¹ de um milhão e trezentos mil litros de leite. Além disso, a cooperativa presta todo o trabalho de fomento, com atuação de técnicos que acompanham a produção leiteira, bem como organizam toda a logística de insumos e do leite até a plataforma de recebimento.

3.1 Os produtores da COPERAL

Os produtores de leite da Cooperativa estão localizados em 17 municípios da Região Alto Uruguai, que abrangem desde produtores que entregam 140 litros, até 50 mil litros ao mês. A tabela 04, apresenta o número de produtores de leite, a produção total e o volume médio produzido.

Tabela 04 - Número de produtores, produção total e volume médio produzido

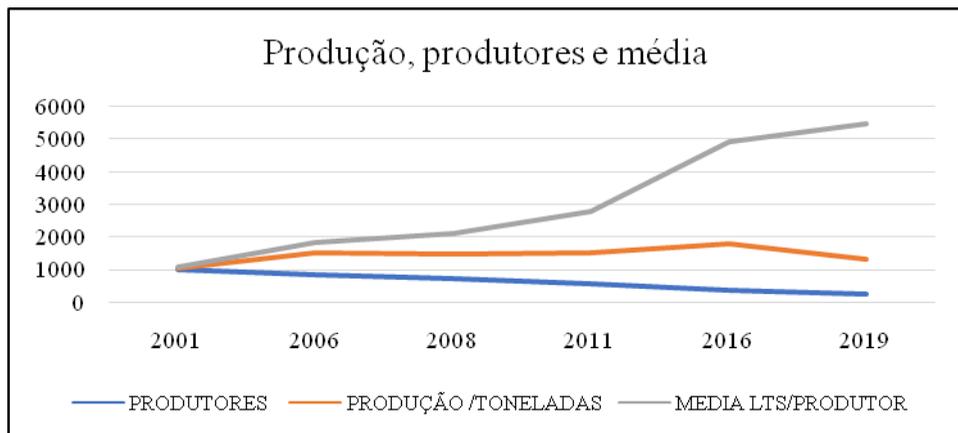
FAIXAS l/mês	Agricultores	%	Contatos	Aplicados
1 a 2.500	73	30,17	6	4
2.501 a 5.000	82	33,88	6	4
5001 a 10.000	57	23,55	5	4
Mais de 10000	30	12,40	4	3
TOTAL	242	100	21	15

Fonte: Dados adaptados da COPERAL (2019)

¹¹Valores fornecidos sobre a coleta do mês de junho de 2019.

Para uma compreensão mais apurada, a figura 3 apresenta um quadro que evidencia a redução do número de produtores da COPERAL em aproximadamente 75%, no período de 2001 a 2019. Esta diminuição está associada a migração da produção para outras empresas da cadeia produtiva do leite, migração para outras atividades dentro da propriedade, mas também ao abandono da atividade leiteira e da propriedade. Contudo, apesar dessa redução do número de agricultores associados, a produção total de cada ano, tem apresentado relativamente poucas alterações. Se comparar os dados do ano de 2001 a 2019, verifica-se que a produção de leite registrou um aumento, próximo a 27%. Dessa forma, fica evidenciado que a cooperativa, tem atuado com um número significativamente menor de produtores, sendo que a produção total não apresenta grandes variações, mas a média de litros de leite por ano, de cada produtor, aumentou na proporção de 411%, passando de 1.062 para 5.436 litros de leite.

Figura 03 – Comparativo da produção, produtores e média de produção nos anos de 2001, 2006, 2008, 2011, 2016 e 2019



Fonte: Dados adaptados da COPERAL (2019)

A partir do número de 242 produtores de leite associados na COPERAL e da estratificação já estabelecida na metodologia (tabela 3), buscou-se qualificar os dados relativamente ao percentual de produtores e produção em cada faixa¹². A tabela 5 mostra que: na faixa 1 tem 30% dos produtores e 9% da produção; na faixa 2 tem 34% de produtores e 22% da produção; na faixa 3: 23,5% dos produtores e 29% da produção; e na faixa 4 são 12% dos produtores com 40% da produção.

¹² Os dados apresentados, tanto de produtores, como de litragem são referentes ao mês de junho de 2019.

Tabela 05 - Divisão de agricultores por faixa e respectiva produção

FAIXAS	L/MÊS	DESCRIÇÃO	VALORES	%
1	1	Produtores	73	30,17%
	a	Litragem	116.158	8,83%
2	2.500	Produtores	82	33,88%
	a	Litragem	293.972	22,34%
3	5.001	Produtores	57	23,55%
	a	Litragem	378.767	28,79%
4	10.000	Produtores	30	12,40%
	a	Litragem	526.813	40,04%
TOTAIS		Produtores	242	100%
		Litragem	1.315.710	100%

Fonte: Dados do Autor (2019)

Ao analisar os números e percentuais, percebe-se que existe uma forte concentração da produção de leite em um número muito reduzido de produtores. Nas somas das duas maiores faixas (3 e 4), 36% dos produtores são responsáveis por quase 70% da produção. Enquanto isso, nas duas menores de

produção (1 e 2) os números são inversos, ou seja 30% da produção está em um contingente de 64% dos produtores.

Esses dados nos remetem a uma reflexão criteriosa, tanto do ponto de vista econômico, como social. Do ponto de vista econômico, percebe-se claramente que há uma disparidade entre os poucos que produzem bastante e os muitos com baixa produtividade e produção. Possivelmente, a faixa de menor produção tenderá a desaparecer em função de que o produto oferece baixo retorno financeiro e não permitem as famílias se manterem. Por outro lado, o custo operacional da cooperativa com esses produtores também se inviabiliza, cada vez mais tendendo a restringir a assistência técnica e mesmo a coleta deste produto. Pelo lado social, evidencia-se que existe uma preocupação com os agricultores das faixas de menor produção (1 e 2), pois possivelmente abandonarão a atividade e deixarão a propriedade rural, desde que não tenham outras fontes sólidas de renda. Embora esta tendência não é exclusiva da cooperativa, uma vez que o mercado mundial concentra tanto ou mais que ela, fica a indagação do que é possível ser feito, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, para a manutenção destes produtores de leite.

4.2 Características gerais dos produtores de leite

A realização da pesquisa, identificou questões comuns entre os quatro grupos de produtores de leite pesquisados. Uma primeira característica percebida foi que, para o preenchimento dos questionários feitos pelo pesquisador, encontrava-se dificuldade de apresentar dados mais consistentes, algumas não apresentando coerência. Dentre outras similaridades, verificou-se a desconfiança dos agricultores em relação ao pesquisador e a

aplicabilidade das informações, principalmente em relação de dados de áreas de mata, o total da renda, os gastos, etc. Para dados de mão de obra, poucos admitem uso, alegando que nas eventualidades que necessitam, utiliza-se a compra de serviço e a troca de dias entre eles.

Outra característica comum identificada, foi à inexistência de registros sobre os custos de produção e renda monetária obtida partir das atividades agropecuárias. Identificou-se que a maioria dos produtores não possuem estes dados anotados em cadernos, ou planilhas, e o gerenciamento da propriedade rural é feito de forma mental, ou como os agricultores afirmam “de cabeça”. Além disso, muitas vezes, os agricultores não separam os custos familiares dos custos da unidade produtiva, os recebimentos da venda de produto com os valores relativos a aposentadoria que recebem.

Dessa forma, enfatiza-se que este resultado vem ao encontro do que Miranda (2005) identificou em suas pesquisas, que “67,5% dos agricultores não apuram o lucro adequadamente de seu negócio, já que não possuem um sistema simples de separação do que é despesa normal de sua vida cotidiana, em relação a sua atividade empresarial” (MIRANDA, 2005, p. 3).

Embora não constasse no objetivo a investigação pertinente aos dados financeiros e contábeis, essas abordagens permitem afirmar que se fazem necessárias ações de ajuda aos produtores, como a criação de mecanismos e o manuseio de ferramentas existentes de forma a facilitar os controles que uma propriedade rural necessita.

4.3 Descrição do perfil socioeconômico dos produtores da COPERAL

Nesta seção, são apresentados os dados relativos a cada faixa de produtores de leite da COPERAL. A partir deste ponto, o que se denominava de faixa de produtores, passa a se denominar grupo, para melhor identificação e descrição.

a) Perfil grupo 1 – produtores com produção mensal de 1 a 2.500 litros de leite /mês

Uma primeira análise é relativa à idade e escolaridade. Ao analisar o principal agente – o produtor rural, na sua quase totalidade formada por homens, pode-se constatar que o produtor de menor idade tem 32 anos e o de maior tem 58. Quanto a escolaridade a variação é entre oito e onze anos de estudo. A maior família tem cinco pessoas, enquanto a menor tem quatro integrantes.

Quanto a renda bruta anual apresentada pelas famílias pertencentes ao grupo, a variação é de R\$ 51.000,00 mil reais para menor e R\$ 94.000,00 mil para o maior produtor. Quando analisada por mês essa renda varia de 850 reais por mês/indivíduo até 2 mil reais. Destes valores a produção leiteira ocupa as seguintes proporções: para a família de menor renda desta estratificação, a venda do leite significa 47% da receita, enquanto a família de maior renda é de apenas 22%, sendo a segunda atividade, superada pela criação de suínos.

Quanto a área de terra, enquanto a menor é de 12,5 ha, a maior área tem 21 ha. Nestas, a área mínima com pastagens para

produção de leite e corte são de no mínimo 2 ha e no máximo 6 ha.

Quanto ao plantel leiteiro, a variação é de 15 animais para quem tem menos e de 32 para quem tem mais bovinos de leite, estes últimos se destacando por um alto percentual de novilhas. Do plantel, o número de animais destinados a produção leiteira varia de 11 para 16 animais.

Todos os membros considerados como produtores principais sempre moraram no meio rural e na maioria admitem a pretensão de mudar para a cidade. Dentre as razões para a mudança, está a possibilidade de aposentadoria.

Para os agricultores pertencentes ao grupo 1, as atividades da propriedade ligadas a produção leiteira se relacionam com a Cooperativa COPERAL, onde compram a maioria dos insumos e vendem a produção. Para outras atividades, as negociações de insumos e venda de produtos são feitas no comércio e em geral para quem paga mais os seus produtos e oferecem melhores condições de compra. Ao serem questionados que recursos utilizam para financiar as atividades, na grande maioria utilizam recursos financeiros próprios. Todos os produtores participam como sócios no sindicato de trabalhadores da agricultura familiar e em uma ou mais cooperativas. Somente uma pessoa dos entrevistados faz parte da direção de sindicato.

Os agricultores desse grupo, ao serem abordados sobre as pretensões para os próximos 2 ou 5 anos, afirmam que pretendem aumentar a produção leiteira e um apenas pretendendo comprar ordenhadeira elétrica.

Quanto a produção de leite por vaca/dia, a menor produção é variável entre 5 a 10 litros e a maior entre 10 e 20 litros/ vaca/dia.

b) Perfil grupo 2 – produtores com produção mensal de 2.501 a 5.000 litros de leite /mês

A análise de idade e escolaridade neste grupo apresentam variabilidade de 52 anos para a menor idade e 58 para a maior e de cinco anos de estudo para menor e oito para maior escolaridade. As famílias apresentam 3 membros para a menor grupo familiar e 4 para a maior.

A renda bruta anual neste grupo é de R\$ 128.000,00 mil para a menor e de R\$ 213.000,00 para a maior. Analisando essa renda mensal os valores são de 3 mil mensais por membro ao mês para menor renda e para a maior de 6 mil reais mensais. A família de maior renda tem um membro assalariado e esta se configura como maior receita familiar, sendo o leite a segunda atividade que mais gera renda bruta com um percentual de 30%. Para família de menor renda, o leite é a atividade mais representativa, com 42% do total, seguido da soja com 34% da renda.

Quanto a área de terra, enquanto a menor é de 16 ha, a maior área tem 42 ha. Nestas duas propriedades a produção de leite ocupa 6 ha em cada uma delas.

Quanto ao plantel de animais a variação é de 21 para quem tem menos cabeças e de 48 para quem tem mais, este último se destacando um alto percentual de gado de corte. Em

termos de plantel para produção leiteira a variação é de 13 cabeças para o menor e de 19 para o maior.

Dentre a pretensão de mudança para a cidade, o percentual de 50% pretende mudar e 50% não pretendem fazer essa mudança. Dentre as razões para a mudança estão a justificativa de pouca área de terra, os filhos saíram para estudar, as oportunidades na cidade são maiores. Para eles as atividades ligadas a produção leiteira se relacionam com a Cooperativa COPERAL, onde compram a maioria dos insumos e vendem a produção. Para outras atividades, as negociações de insumos e venda de produtos são feitas no comércio e em geral para quem paga mais. Ao serem perguntados que recursos utilizam para financiar as atividades, 50% financiam lavouras com recursos bancários e 50% financiam as atividades leiteiras com recursos próprios. Todos participam de uma ou mais cooperativas, inclusive de crédito. Já no sindicato só 50% das famílias são associadas e participam.

Ao serem abordados sobre as pretensões para os próximos 2 a 5 anos, as afirmações variam para manter a produção, aumentar a produção leiteira, comprar trator e ter filhos estudando na universidade. Quanto a produção de leite por vaca/dia, a menor produção é variável entre 5 a 10 litros e a maior entre 10 e 20 litros/vaca/dia.

c) Perfil grupo 3 – produtores com produção mensal de 5.001 a 10.000 litros de leite/mês

A análise de idade neste grupo apresenta uma variação de 34 para 56 anos de idade para menor e maior idade, respectivamente. O nível de escolaridade varia de 5 para 8 anos.

A menor família apresenta um número de 2 membros e a maior de 4.

Uma característica deste grupo é a renda bruta anual, consideravelmente, superior. Enquanto a menor renda é de 375 mil reais, a maior é de 640 mil. As rendas individuais mensais variam de 11 mil reais para a menor até quase 16 mil. O leite ocupa segunda ou terceira fonte de renda entre todas as famílias entrevistadas. Para o menor índice de percentual de representação, a família que o leite tem maior significado na renda é de apenas 29% e na maior é de 18%. O grande destaque é que a principal renda bruta, provem da soja, em um dos casos sendo de 60%.

Quanto a área de terra, enquanto a menor é de 50 ha, a maior área tem 130 ha. Outra característica neste grupo é que os produtores de leite arrendam áreas de terras relativamente maiores que as de suas propriedades. Já para a produção de leite a menor área utilizada é de 6 ha, enquanto a maior é de 10 ha.

A variação de plantel também é significativa. De 29 para o menor, até 90 para o maior e, destas, 57 para engorda. Para produção leiteira o plantel varia de 22 para 26 vacas.

Dentre a pretensão de mudança para a cidade, o percentual de 25% pretende mudar e 75% não pretendem fazer essa mudança. Dentre as razões para a mudança está a questão de idade, filhos estudando e falta de sucessão. Para eles as atividades ligadas a produção leiteira se relacionam com a Cooperativa COPERAL, onde compram a maioria dos insumos e vendem a produção. Para outras atividades, as negociações de insumos e venda de produtos são feitas no comércio e em geral

para quem paga mais. Ao serem perguntados que recursos utilizam para financiar as atividades, todos financiam lavouras e produção leiteira com recursos bancários e utilizam recursos próprios, não conseguindo separar os percentuais de uso particular ou bancário. Todas as famílias participam de uma ou mais cooperativas, inclusive de crédito e também do sindicato da categoria.

Ao serem questionados sobre as pretensões para os próximos 2 a 5 anos, a variação para sair da propriedade, aumentar a produção leiteira, comprar trator e ter filhos estudando na universidade. Quanto a produção de leite por vaca/dia, a menor produção é variável de 10 a 20 litros e a maior acima de 20 litros/vaca/dia.

d) Perfil grupo 4 – produtores com produção mensal acima de 10.000 litros de leite /mês

A análise de idade neste grupo apresenta uma variação de 35 para 83 anos de idade para menor e maior idade, respectivamente. O nível de escolaridade varia de 4 para 11 anos. A menor família apresenta um número de 3 membros e a maior de 4.

Uma característica deste grupo é a renda bruta anual, além de alta, é basicamente da produção leiteira. A família com menor percentual é de 57% da representação da atividade, enquanto a maior é de 82%. A renda bruta varia de 440 mil até 611 mil. E a renda mensal por indivíduo de 8 para 10 mil reais.

Quanto a área de terra, enquanto a menor é de 22 ha, a maior área tem 54 ha. Já para a produção de leite a menor área utilizada é de 15 ha, enquanto a maior é de 20 ha.

A variação de plantel também é significativa. De 43 para 90, sendo que para produção leiteira são 34 animais para o menor e 65 para o maior. Quanto a produção de leite por vaca ao dia, todos estão acima de 20 litros/dias por vaca, girando em torno de 27 a 35 litros/vaca/dia.

Dentre a pretensão de mudança para a cidade, nenhum deles tem essa pretensão, embora admitam possibilidade de mudar de atividade. Para eles as atividades ligadas a produção leiteira se relacionam com a Cooperativa COPERAL, onde compram a maioria dos insumos e vendem a produção. Para outras atividades, as negociações de insumos e venda de produtos são feitas no comércio e em geral para quem paga mais. Ao serem perguntados que recursos utilizam para financiar as atividades, todos financiam lavouras e produção leiteira com recursos bancários e utilizam recursos próprios, não conseguindo separar os percentuais de uso particular ou bancário. Todas as famílias participam de uma ou mais cooperativas, inclusive de crédito e somente uma do sindicato da categoria.

Ao serem abordados sobre as pretensões para os próximos 2 ou 5 anos, aparecem cenários de saírem da atividade ou aumentar a atividade leiteira.

Comparativos entre grupos de perfis e variáveis

a) Idade e escolaridade

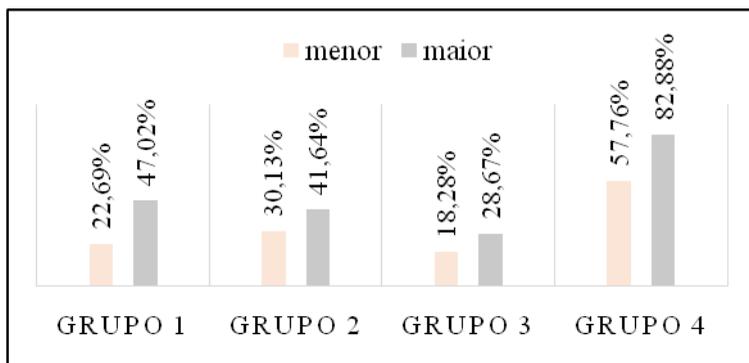
Ao comparar as idades dos membros, não se pode deduzir elementos centrais que possam definir propensões de migrar de cadeia produtiva, de sair da propriedade, de renda e outros. A escolaridade, embora uma pequena variação de anos de estudo, também não consegue mostrar elementos centrais para permanência na atividade ou as propensões a migrar para outras atividades ou do meio rural.

b) Renda bruta anual e renda individual mensal por pessoa na família

Com a realização deste estudo, verificou-se que mesmo analisando a renda bruta anual e não podendo determinar os custos de produção, a variação entre os grupos podem demonstrar alguns elementos chaves.

Ao comparar as figuras 4 e 5, em que se pode visualizar a renda bruta total e o percentual que a renda da atividade leiteira significa, identificou-se que o grupo 4, tem na atividade quase a exclusividade da renda. Também se percebe que nas outras três faixas, o percentual de outras rendas ganha destaque, mostrando que cada família adota uma estratégia para obtenção de renda.

Figura 04 - Percentual da produção leiteira comparativamente com a renda bruta total



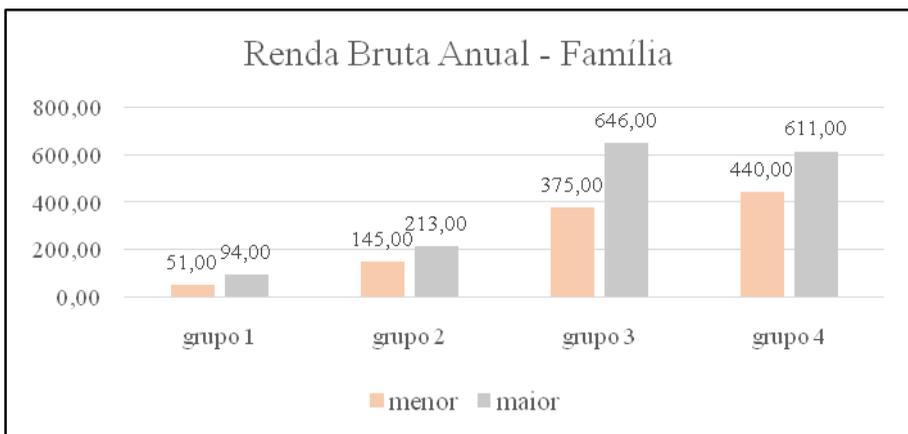
Fonte: Dados do Autor (2019)

O grupo 3, que apresenta menor percentual de renda da atividade, tem uma característica comum que o cultivo da soja, que é responsável por grande parte da renda. Ou seja, a atividade leite traz uma boa renda, emprega algum membro da família, tem renda mensal, é tratada com perspectivas de modernização e investimento, mas é uma atividade intermediária.

Para o grupo 1, embora os percentuais variem e de forma significativa, a atividade leiteira tem na receita mensal o principal incentivo a permanência nela. Nitidamente, percebe-se a busca de outra forma de renda para viabilizar a unidade familiar. Embora não manifestado nas entrevistas, a tendência de abandono da atividade é bem remota. Os volumes de produção que o mercado exige e essas famílias não conseguem atingir, ameaçam a permanência na atividade, mas pela lógica da diminuição de produtores, já analisadas anteriormente, pode-se

dizer que é o grupo mais propenso a deixar a cadeia leiteira. O grupo 2, ora se assemelha com o grupo 3 ou 1. Por estarem em uma posição intermediária, os produtores apresentam tanto propensões para o aumento de produção como de abandono de atividade, sendo que cada família adota uma estratégia.

Figura 05 - Renda bruta anual das maiores e menores amostras de cada grupo – em mil reais (R\$)



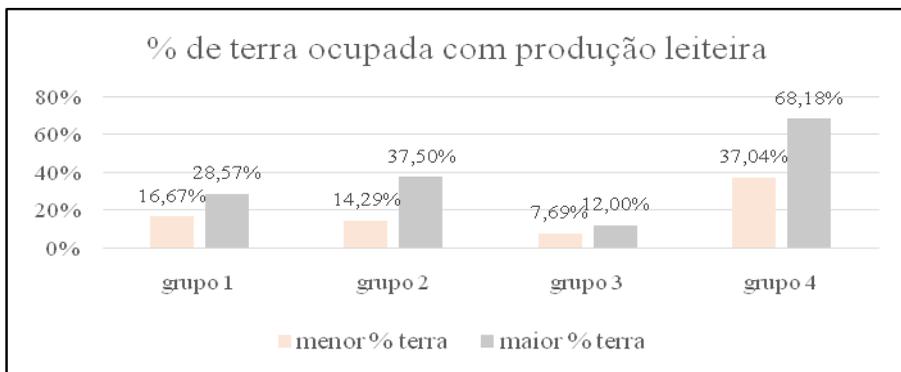
Fonte: Dados do Autor (2019)

Na figura 5, fica nítida a diferença de renda bruta entre os grupos 1 e 2, comparados aos grupos 3 e 4. O elemento da renda também é determinante para permanência ou não na atividade leiteira e no meio rural. Esse fator, também aponta o aumento da propensão de migração dos grupos 1 e 2.

c) Área de terra e percentual de uso para atividade leiteira

O estudo, também identificou que outro elemento que corrobora com a afirmação de que o grupo 4 se dedica quase que integralmente à produção leiteira é a área de terra e o percentual utilizado para a atividade leiteira. Identificou-se que o grupo 3, possui a maior área de terra, mas, proporcionalmente ocupa menor percentual de área para desenvolver a atividade leiteira. Ou seja, a produção de soja, milho ou outros cultivos acabam tendo mais destaque e a atividade leiteira fica como segunda ou terceira atividade mais rentável. Os outros grupos têm variabilidade na quantidade de terra utilizada com a produção leiteira, mas fica em evidência que a dedicação na atividade leiteira é relativa.

Figura 06 - Percentual de terra ocupada com atividade leiteira comparativamente com a área total de terra utilizada



Fonte: Dados do Autor (2019)

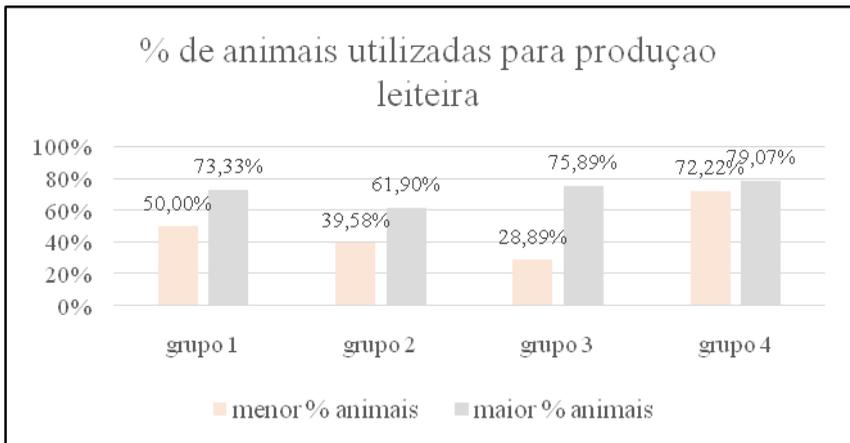
d) Plantel de animais

No plantel de animais das propriedades pesquisadas, a figura 07 apresenta, mais uma vez que o grupo 4 possui

relevância, pois o índice de utilização do rebanho para produção leiteira é quase integral, havendo variações consideráveis nos outros grupos.

No grupo 3, só um produtor se dedica a produção de gado de corte, e, portanto, esse percentual de uso do plantel destoa, ficando em apenas 29%. Para os grupos 1 e 2, apesar do considerável índice de animais para produção leiteira, o que ocasiona a baixa produção é o número total de animais e a baixa produtividade.

Figura07 - Percentual de animais utilizados na produção de leite, comparado com o total de rebanho



Fonte: Dados do Autor (2019)

e) Dados da produção leiteira

A pesquisa, também revelou que outro fator que influencia fortemente a produção de leite nas propriedades rurais

é a quantidade de leite que cada animal produz. A depender da raça dos animais, se for pura ou mestiça, os tratos com pastagens e com rações, pode-se obter maior ou menor rendimento.

A tabela 06, apresenta os comparativos dos menores e maiores valores de produção de leite de cada grupo. No grupo 4, que se especializou na produção leiteira, a produtividade em certos casos ultrapassa os 300% se comparada aos grupos 1 ou 2. Esse fator da produção por animal, também é determinante para o produtor permanecer na atividade num mercado seletivo e competitivo.

Tabela 06 - Produção de leite litros/vaca/dia

Produtores / grupos	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Menor produção vaca dia	5 a 10	5 a 10	10 a 20	20 a 30
Maior produção vaca dia	10 a 20	10 a 20	20 a 30	30 a 40

Fonte: Dados do Autor (2019)

f) O preço pago pelo leite

O preço pago pelo produto entregue na cooperativa tem influência significativa para formação da renda, conseqüentemente para permanência no meio rural e na atividade leiteira. Conforme literatura, a quantidade e qualidade são elementos fundamentais para a formação do preço do produto. Por questões éticas, não foi apresentado o preço em reais.

A tabela 07 traz os percentuais de preço pago aos produtores, considerando 100% o maior preço pago pela cooperativa ao produtor do grupo 4. Ou seja, a partir deste preço máximo¹³, para os demais produtores, conforme preço recebido e informados por eles, foram sendo deduzidos os percentuais.

Tabela 07 - Preço pago pelo leite entregue – em percentual considerando maior preço

Produtores / grupos	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Menor índice de preço	64,39%	79,55%	84,85%	96,21%
Maior índice de preço	71,97%	81,06%	93,18%	100,00%

Fonte: Dados do Autor (2019)

Com base na tabela 7, é possível perceber, que é praticado preços diferenciados pela cooperativa, como o mercado trabalha. Nota-se que o menor produtor do grupo 1, recebe 64% do preço do maior produtor do grupo 4. Esse elemento serve de estímulo para um e desestímulo para outro. O certo, que ao praticar essa política, o produtor do grupo 1, terá sua margem de lucratividade muito inferior, as vezes inviabilizando a atividade leiteira. Ao analisar os números, percebe-se que a cada dia o produtor necessita aumentar a quantidade e a qualidade do seu produto, como mecanismo de continuidade na atividade. Considera-se que se a cooperativa não aplicar esse mecanismo, ela não terá capacidade de continuar na atividade.

¹³Foram feitas tentativas de entrevistar o maior produtor, mas em função de disponibilidades de tempo, não foi possível. Segundo informações da cooperativa, esse produtor recebe valor maior por litro de leite, daquele que foi utilizado na tabela 7.

g) Propensão à mudança de atividade e intenções a médio e longo prazo

Em relação a propensão de migrar de atividade, o estudo identificou diferentes formas de comunicação, dando a entender por gestos e entonação de voz, a vontade de continuar ou não na atividade. A pesquisa não pode detectar, pelas respostas uma tendência geral em cada grupo, havendo quem no grupo de menor produção como no de maior, a intenção de deixar a atividade. Em alguns casos percebe-se a não viabilidade do produtor na atividade e noutros a intenção de sair, pelo relativo trabalho que a atividade exige e pelas sucessivas normativas que obrigam a melhorar os planteis e as instalações.

Na propensão a migrar de atividade e intenções para diante, algumas vezes as justificativas têm alto grau de subjetividade, ou seja, nos argumentos tem questões que os produtores não querem expor, por entrar em particularidades.

Quanto as intenções a médio e a longo prazo, percebe-se nos diversos grupos um planejamento no máximo de até 5 anos. Para diante, ninguém conseguiu precisar o que pretende fazer. Nas questões levantadas pelos produtores, as intenções são de renovar maquinários, algumas instalações e aumento da atividade leiteira.

Ao finalizar a análise, percebe-se que as tendências dos grupos 3 e 4 é a permanência na atividade leiteira, com algumas exceções de vontade pessoal. Nestes grupos busca-se, cada vez mais, qualificar os planteis, melhorar continuamente os processos de produção e acondicionamento do produto. Já os grupos 1 e 2 têm uma tendência a reduzir sua ação na atividade

leiteira. As justificativas do pesquisador para essas afirmações estão vinculadas às respostas dadas pelos agricultores, a análise dos números tabulados e também elementos da manifestação informal e análise das respostas.

Conclusões e sugestões

A realização deste estudo permitiu discutir o tema de perfil socioeconômico para os produtores rurais associados à COPERAL num contexto de globalização, onde se concentra a riqueza e tecnologia. Essa significação está baseada no fato de que não existe um mercado paralelo para cadeia do leite. Muito pelo contrário, os cenários são de concentração na indústria e produção, bem como exigência de produção em alta escala. Portanto, o preparo dos produtores e cooperativa para competir em um mercado globalizado requer entre outras questões, a informação, dedicação e o gerenciamento.

As hipóteses levantadas no trabalho foram a permanência na atividade para um grupo que se modernizasse e incorporasse tecnologia, a exclusão da atividade por não adequação as mudanças e diminuição de produção e a continuidade com alguns ajustes, tendo em outras atividades a renda principal ou complementação de renda.

A partir desses elementos, buscou-se descrever o perfil socioeconômico dos agricultores familiares que desenvolvem a atividade leiteira e que são associados a COPERAL. Ao discorrer sobre isto, pode-se tecer as seguintes considerações:

O mercado mundial, nacional e local de leite passou por enormes transformações nas últimas décadas. Na produção mundial, se destaca a Índia com crescente volume de produção e o significativo crescimento no mercado. Na região do Alto Uruguai, essas transformações, nas últimas duas décadas, passaram de uma produção quase artesanal para uma produção tecnificada, de alta escala e concentrada. Isso fez com que os produtores associados a COPERAL diminuíssem 75%.

Ao analisar os números recentes da cooperativa e fazer as estratificações, pode-se perceber a diversidade de amostras. Cada família possui suas especificidades e situações. Essas estratificações nos levam a afirmar que para os grupos 3 e 4, a tendência é de permanência na atividade leiteira, com algumas exceções. Essa tendência está baseada na busca, cada vez maior, de qualificação dos planteis, melhorias contínuas nos processos de produção e acondicionamento do produto. Já os grupos 1 e 2 têm uma tendência de reduzir sua ação na atividade leiteira e na maioria dos casos abandonar a atividade. Para um grupo de famílias a atividade será de prioridade, se dedicando ao máximo à produção leiteira. Para outro grupo será uma atividade intermediária, considerando a necessidade de adequações constantes e, para um terceiro grupo a atividade será marginal, operando até que seja conveniente ou que traga retornos e abandonando na sequência, quando não mais lhes interessar.

Os motivos para permanência e desistência da atividade são diversos, variando desde a baixa produção, baixo preço pago, o baixo retorno, a dificuldade de mão de obra, o envelhecimento e aposentadoria para os propensos a abandonar a atividade. Para os que tem propensão a continuar as justificativas vão desde a renda mensal, o amor pela atividade, a

atividade que gera desenvolvimento, a produção de alimentos e a qualidade de vida no meio rural. Nestas últimas situações, a maioria afirma não querer abandonar a propriedade e, para permanecer nela, necessitam de uma atividade que gere renda e o leite é uma delas.

Pode-se concluir que ainda existe um campo significativo para a atividade leiteira, que a região tem grandes potenciais, que o cooperativismo tem uma importante contribuição para a cadeia do leite e para o desenvolvimento regional. Assim mesmo, um conjunto de produtores abandonará a atividade e, por outro lado, outros tenderão a enxergar a oportunidade de ampliar sua renda e condição de vida.

Sugere-se que seja dada continuidade a esse trabalho, verificando-se e ampliando-se um estudo sobre as diversas possibilidades para os agricultores que não pretendam deixar a propriedade e não atuarão na atividade leiteira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P.R.de. O Brasil e o processo de formação de blocos econômicos: conceito e história, com aplicação aos casos do Mercosul e da Alca. In GOMES, E. B, REIS, T. H. **Globalização e o Comércio Internacional no Direito da Integração**. São Paulo. Editora Aduaneiras. 2005. pág. 17-38.

ANUALPEC 2004. São Paulo: FNP, 2004. 191 - 232 p.

ATLAS SOCIOECONOMICO RIO GRANDE DO SUL. 2019. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/leite>>. Acesso em 20 de out. de 2019.

BAGNARA, A. A. MOURAD, L. A. DEGGERONE, Z. A. O Papel da Formação na Sucessão de Dirigentes Sindicais na Região Do Alto Uruguai – RS. In: MOURAD L.A. Et Al (org.). **Questões Agrárias em Foco** – Volume I. Ituiutaba: Barlavento. p. 138-166. Minas Gerais. 2018.

BOLIS, R.; VERDE, P.; MARMENTINI, J. C. **Marketing Rural. Análise da Cadeia Agroindustrial do Leite.** Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim, Erechim, 2004.

CAMILO, P. J. A Dinâmica De Transporte Da Cadeia Produtiva Do Leite Na Região Sul Do Brasil. In: **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.8, n. 1, 2015, p. 153-164.

CANAL RURAL. **Notícias da Agropecuária.** 2017. Disponível em: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/brasil-produz-cerca-de-7-de-todo-leite-do-mundo-diz-conab/>>. Acesso 8 de out. de 2019

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de Pequenas Empresas e Desenvolvimento Local:** Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas,1998.

CENCI, D. MOURAD, L. A. DEGGERONE, Z. A. A concentração da produção de leite na região Alto Uruguai (RS): um estudo sobre a Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai (COPERAL). In: MOURAD L.A. Et Al (org.). **Questões Agrárias em Foco – Volume II.** Ituiutaba: Barlavento. p. 69-94. Minas Gerais. 2019

CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. **Agricultura Familiar Caminhos e Transições.** Passo Fundo. Ifibe,2006.

COUTO, A. T. **Boletim Goiano de Geografia**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/Geografia. XXX, v.23. n. 2. p. 153-171. jul/dez.2003.

DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. Editora Autonomia Literária. Pp 320. São Paulo. 2017

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social – Pobreza, Emprego, Estudo e o Futuro do Capitalismo**. 3ª ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2001.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F.M.P. **Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade**. Santa Cruz do Sul. Redes. v.12. n. 2. p. 92 -108. mai/ago.2007.

GOMES, S. T. **Evolução Recente e Perspectiva da Produção de Leite no Brasil**. Universidade Federal de Viçosa.Viçosa. 2001.

MACHADO, J.T.M. Mudanças socioprodutivas na pecuária leiteira: Uma leitura a partir do ordenamento dos dispositivos institucionais, artefatos e práticas. **II WORKSHOPP – WEAA, Consumos, Mercados e Ação Pública**. Porto Alegre. 2019.

MIRANDA, P. **Contabilidade: fator de desenvolvimento do agronegócio**. Artigo, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Paraná, 2005.

MOSELE, S. H.; **A governança na cadeia agroindustrial da erva-mate na região do Alto Uruguai rio-grandense, sob a ótica da cadeia de suprimentos**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 224 p. Porto Alegre. 2002.

PONCHIO, L. A.; CONTE, R. N. B. **Boletim do Leite**, nº 112. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. 2003.

Disponível em:
<<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0285171001468844009.pdf>>. Acesso em: 13 de nov. de 2019.

SCRAMIM, F. C. L.; BATALHA, M. O. Supply Chain Management Cadeias Agroindustriais: Discussões acerca das Aplicações no Setor Lácteo Brasileiro. **Anais do II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares**. Ribeirão Preto: PENZA/FEA/USP, 10 e 11 de novembro de 1999.

SIRENA, E. L. **Cenários e perspectivas para a cooperativa dos produtores rurais do Alto Uruguai Ltda** – COPERAL. Monografia pós Graduação. Universidade Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das Missões – URI. Erechim. 2009.

TAKITANE, I. C; SOUZA, M. C. M. Coordenação de cadeias agroindustriais: o caso Illycafé. **Informações Econômicas**, n 7, vol 25, São Paulo, 1995.

TRIVINÕS, A. N. S.; **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

USDA-Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. USDA. **Cresce a produção de Leite mundial**. 2017. Disponível em: <<http://www.comprerural.com/producao-de-leite-do-mundo-cresce>>. Acesso 15 de nov. de 2019.

YIN, R. K. **Estudos de Caso**: Planejamento e Métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p.

CONDICIONANTES DO PROCESSO DE SUCESSÃO GERACIONAL EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL- RS

Danieli Fernanda Snicheloto
Zenicléia Angelita Deggerone

Introdução

Encontrar alternativas que condicionem a permanência dos jovens no meio rural aliado a um trabalho, que proporcione renda, qualidade de vida, e realização profissional, é ainda um desafio preeminente, para as Instituições e famílias do meio rural. Por esse motivo, a sucessão geracional na agricultura familiar ainda é vista como um dos grandes desafios para a promoção do desenvolvimento rural.

A sucessão geracional, segundo Stropasolas (2011, p. 26) refere-se “a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar”, isto é, com “a retirada das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor”.

Porém, Quadros, Stropasolas e Rebollar (2011) apontam que a reprodução social da agricultura familiar está sendo colocada em risco pelo fenômeno da migração associado à descapitalização das unidades de produção e a problemas estruturais, como a concentração de terras, baixa escolaridade, conflito de gerações e submissão à figura paterna. Entretanto, é válido ressaltar que o futuro da agricultura familiar “passa pela

visão que os jovens têm sobre seu próprio futuro, a partir das avaliações e representações que eles elaboram sobre o universo rural e urbano e sobre o trabalho agrícola e não-agrícola” (CORADINI, 2011).

Por isso, a agroindústria familiar rural é uma forma de organização e de trabalho, em que a família rural produz, processa e transforma parte de sua produção agrícola ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Além disso, as agroindústrias de um modo geral, além de agregar valor aos produtos agrícolas, contribuem para o aumento da renda da família, e outro aspecto relevante, está atrelada a inserção das mulheres e dos jovens no processo produtivo. Ou seja, oportuniza a criação de postos de trabalho “alternativos” que potencializam outras habilidades e capacidades dentro da unidade de produção familiar.

Diante desse contexto, de que as agroindústrias familiares podem ser uma alternativa para condicionar a permanência dos jovens no meio rural, a questão norteadora deste artigo visa identificar quais os fatores que condicionam a sucessão geracional nas agroindústrias familiares rurais de Itatiba do Sul? E, na tentativa de responder o questionamento proposto, a hipótese parte da proposição de que as agroindústrias familiares representam uma importante estratégia que podem condicionar a permanência dos jovens no meio rural, tendo em vista, a geração de emprego, renda e possibilidades de investimentos nas unidades de produção familiares, o que pode favorecer a permanência dos jovens agricultores às propriedades rurais.

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo consiste em identificar os fatores determinantes que condicionam a sucessão geracional em agroindústrias familiares rurais no município de Itatiba do Sul (RS).

Os objetivos específicos deste artigo são:

- Caracterizar as agroindústrias familiares rurais existentes em Itatiba do Sul (RS);
- Apresentar o perfil dos agricultores e dos jovens que desenvolvem as atividades nas agroindustriais rurais de Itatiba do Sul (RS);
- Identificar os fatores que podem interferir e contribuir no processo de sucessão geracional das agroindústrias familiares de Itatiba do Sul (RS);
- Propor ações que possam condicionar o processo de sucessão geracional nas unidades de produção familiares, neste município.

A escolha do tema vinculado ao processo de sucessão geracional das agroindústrias familiares de Itatiba do Sul (RS), justifica-se por dois condicionantes, que estão relacionados a importância social do tema para o desenvolvimento rural de Itatiba do Sul, e pela relevância acadêmica para o Curso de Administração da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

O primeiro aspecto destacado é sobre a importância social que o tema possui para a continuidade das agroindústrias familiares no meio rural do município de Itatiba do Sul (RS),

uma vez que estes empreendimentos são de extrema importância para a geração de emprego, renda e de arrecadação fiscal tributária para o município. Dessa forma, a permanência de jovens nas agroindústrias familiares representa uma importante estratégia de continuidade destas unidades produtivas aliadas a permanência dos jovens no meio rural.

O segundo aspecto evidenciado, está relacionado à importância acadêmica que o tema possui para o Curso de Administração, uma vez que diversos estudos relacionados a esta temática tenham sido desenvolvidos nos últimos anos na Região Sul do Brasil por Abramovay et al. (2001) Carneiro (2001), Mello et al. (2003), Stropasolas (2004), Spanevello (2008), Weisheimer (2009) e Deggerone (2014). Os estudos têm apresentado os condicionantes que têm contribuído para a saída ou a permanência dos jovens nas propriedades rurais, mas não foram realizados estudos em agroindústrias familiares especificadamente.

Por isso, este trabalho apresenta algumas respostas para conhecer e analisar o processo sucessório em empreendimentos agroindustriais, e verificar como a gestão e o planejamento sucessório podem contribuir para que os jovens permaneçam ou continuem no meio rural com trabalho, renda, autonomia e qualidade de vida.

1. Agricultura familiar e sucessão geracional

De acordo com a Lei Federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006), são apresentadas as características que definem o que são agricultores familiares:

- (i) não possuir área maior do que quatro módulos¹⁵ fiscais;
- (ii) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar;
- (iii) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.
- (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Por isso, a agricultura familiar é toda forma de cultivo da terra e produção rural cuja administração e mão de obra são formadas por um grupo familiar.

Contudo, ainda alguns gargalos são enfrentados pelos agricultores familiares sendo estes, vinculados: existência de pouca área de terra, baixa disponibilidade de recursos financeiros, assistência técnica e extensão rural insuficiente, falta de regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos, dificuldades de acesso ao mercado, sucessão geracional, entre outros, sendo essas questões limitadoras para atingir maior competitividade e gerar o desenvolvimento das propriedades (SOUZA et al., 2011; DE PAULA et al., 2014).

Nesse sentido, nos anos 2000 até 2016, o Estado Brasileiro com o objetivo de fortalecer o segmento da agricultura familiar no Brasil, criou e implementou alguns

programas que fizeram parte de várias políticas públicas, tais como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014), dentre outras políticas públicas.

Porém, nem todas estas políticas públicas foram suficientes para promover a permanência de jovens e agricultores no meio rural. Nesse sentido, não basta apenas ter-se políticas públicas para o setor rural, são necessários criar mecanismos que deem condições para que ocorra a permanência ou a continuação destes jovens no meio rural, por isso, este ainda tem sido uma das problemáticas mais difíceis de serem encontradas soluções.

A sucessão familiar é o processo que acontece nas unidades de produção, em que as gerações mais novas assumem o comando das atividades, substituindo as mais experientes, ou seja, são os negócios que passam de uma geração para outra. (ALCÂNTARA; MACHADO FILHO, 2014).

Oliveira, Albuquerque e Pereira (2012), inferem que o processo de sucessão familiar é o momento em que os pais passam as suas funções para os seus sucessores - os filhos.

Além disso, Carvalho (2007) enfatiza que referir-se a sucessão familiar, é necessário que se tenha a percepção de que a mesma engloba três questões, sendo estes: a transferência do patrimônio, a continuidade da atividade profissional e a saída da geração paterna do comando.

Dessa forma, a passagem da unidade de produção rural não se dá de forma rápida; pelo contrário, é lenta e gradual e o tempo pode variar, uma vez que a transição da unidade produtiva é um momento essencial no processo de reconstituição de uma nova geração. Entretanto, em muitos casos, diferente do que Carvalho (2007) pesquisou, a sucessão geracional acontece mesmo, quando não há transferência de patrimônio e nem a saída da geração paterna do comando da unidade produtiva. Faccin e Schmidt (2013), afirmam que um dos principais desafios que dificulta a sucessão geracional, está atrelado as influências que os pais exercem para que os filhos, busquem oportunidades na cidade e, geralmente, existe uma certa resistência, caso tenham que retornar ao campo.

Além disso, os autores esclarecem também que os gestores rurais estão “envelhecendo”, e na maioria dos casos, os jovens, desmotivados em permanecer no campo, acabam migrando para a cidade em busca de melhores condições de vida (FACIONI; PEREIRA, 2015). Os motivos que levam os jovens a saírem do campo contemplam o tamanho dos estabelecimentos rurais, as terras insuficientes para o trabalho e as dificuldades de capital financeiro (MOREIRA; SCHLINDWEIN, 2016).

Mera e Netto (2014), também destacam que os jovens que saem das unidades de produção, em decorrência do incentivo dado pelos pais para que busquem um melhor nível educacional, depois de formados, um número muito reduzido retorna para trabalhar no meio rural.

De acordo com Facioni e Pereira (2015), o futuro das atividades agrícolas passa pela sucessão familiar. Entretanto, a falta de incentivo e as dificuldades de capital financeiro são

fatores que prejudicam esse processo. Nesse contexto, destaca-se a importância que as agroindústrias familiares possuem, como atividade produtiva, em certa medida para contribuir com a permanência das novas gerações no campo.

1.1 As agroindústrias familiares e os processos de sucessão geracional

As agroindústrias passam por diferentes denominações: agroindústria familiar, agroindústria rural, unidades de beneficiamento, agroindústria de pequeno porte, agroindústria artesanal e/ou colonial. Para Mior (2005, p. 191), a agroindústria familiar precisa ter

“sua localização no meio rural, utilizar máquinas e equipamentos de menores escalas, onde a procedência de sua matéria prima é própria ou dos vizinhos, assim como a mão-de-obra, remetendo geralmente a um produto artesanal”.

Além disso, segundo Werz Junior (2009), um dos principais critérios que define esse empreendimento é a comercialização de parte ou da totalidade da produção processada, ou seja, necessita-se que os laços de consumo superem o ambiente estritamente familiar para que se estabeleçam relações mercantis e, assim, se adquira com esses produtos valor de troca e não somente valor de uso.

O surgimento das agroindústrias familiares foi uma alternativa para muitos agricultores já que as unidades de produção familiares, estavam esgotadas com a dinâmica produtiva da modernização. É importante destacar que muitos

dos produtos que passaram a ser processados pelos agricultores nas agroindústrias familiares já faziam parte da alimentação e produção artesanal das propriedades rurais.

As agroindústrias familiares possuem sua importância no vínculo familiar, por possuir potencial para absorver a mão-de-obra familiar, como a dos filhos. Pois, sem incentivo e motivação para continuar na propriedade, os jovens acabam se deslocando para o meio urbano em busca de trabalho e independência financeira.

Segundo Boni (2006, apud CENCI, 2007, p. 58), a implementação de agroindústrias familiares, é um meio dos agricultores e suas famílias permanecerem no meio rural mantendo todos os membros da família envolvidos no processo produtivo gerando renda, ocupação, dignidade e qualidade de vida.

Outra variável que tem sido destacada em estudos direcionados às agroindústrias familiares diz respeito ao acréscimo da renda nas propriedades envolvidas com essa atividade. Entretanto, a elevação na renda familiar nas propriedades com agregação de valor nem sempre se torna tão expressiva em termos monetários. Isso porque, essa iniciativa produtiva é concebida por alguns agricultores como uma atividade complementar e sazonal, tendo em vista que a agroindustrialização nem sempre é a única ou a principal fonte de entrada de recursos na propriedade. Mas mesmo quando é pequeno o acréscimo da renda advindo da agroindústria familiar, sua importância é significativa por ser fruto da diversificação das fontes de ingresso (ELLIS, 1998).

Para Prezotto (2002, apud CENCI, 2007, p.64) as agroindústrias familiares contribuem com o desenvolvimento local e regional, estimulando assim, o aumento da arrecadação de impostos, em especial em municípios menores com a permanência e a aplicação da renda da agricultura retornando para o próprio município e arredores, ocorrendo, principalmente o surgimento e/ou fortalecimento do comércio local e do aumento do consumo, seja de alimentos, insumos ou equipamentos agropecuários.

2. Metodologia

Esta pesquisa foi realizada no município de Itatiba do Sul (RS), estudando elas deste município. No município existem cerca de dez agroindústrias, porém, a análise foi realizada em cinco agroindústrias familiares. As agroindústrias familiares, foram escolhidas pelo método de conveniência, pois estas foram as unidades de produção que permitiram ser estudadas.

A pesquisa, possui uma abordagem quali-quantitativa de natureza exploratória-descritiva, pois permite a observação, descrição e análise de um fenômeno, bem como explorar suas dimensões, o modo como se manifesta e como os componentes estão relacionados.

O tipo de pesquisa adotada neste estudo foi o estudo de casos múltiplos. A pesquisa de estudos de casos múltiplos, segundo Gil (2008) é um procedimento que proporciona as evidências de contextos diversos (diferentes agroindústrias

familiares) e auxiliam na elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade.

Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados dados de fontes primárias e secundárias. Conforme Roesch (2007), os dados primários são aqueles elaborados e colhidos diretamente pelo pesquisador, através de entrevistas e questionários. Já os dados secundários são aqueles, já existentes na forma de arquivo, banco de dados, relatórios e planilhas.

Como fonte de dados primária, foi utilizado um dos instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada (Apêndice A) com os proprietários e jovens presentes nas agroindústrias familiares. Utilizou-se também, como instrumento de coleta de dados, a análise documental, com objetivo de investigar e buscar evidências junto a feira do agricultor de Itatiba do Sul, EMATER/RS-ASCAR, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Agricultores Familiares de Itatiba do Sul.

Os dados coletados por meio da observação participante, das entrevistas semiestruturadas e da pesquisa documental foram apurados por meio da análise de conteúdo, que de acordo com Bardim (2011), define como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Além da análise de conteúdo, os dados coletados também foram analisados com o auxílio do Software Excel,

utilizando técnicas de estatística descritivas, e representadas na pesquisa através de tabelas.

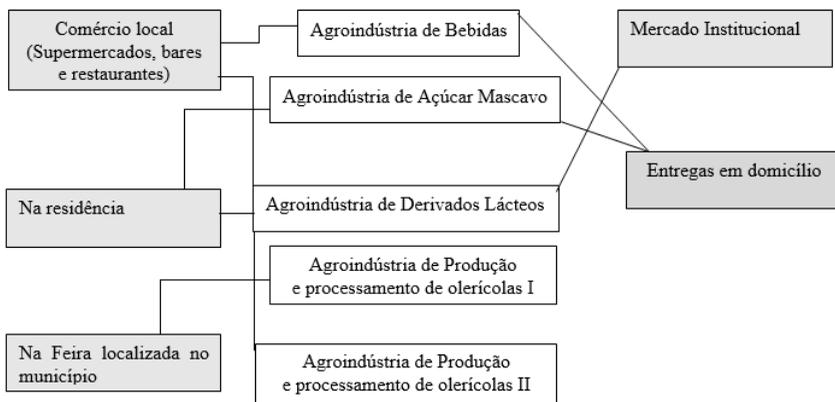
3. As agroindústrias familiares rurais de Itatiba do Sul (RS)

O município de Itatiba do Sul – RS, está localizado na porção Norte do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que sua população é estimada em 3.324 habitantes.

No município, existem 10 agroindústrias, que produzem vários produtos agroindustriais. Mas, nesta pesquisa formam estudadas, duas unidades de produção familiares que produzem e comercializam olerícolas (mandioca, feijão, alface...); uma na produção e comércio de bebidas (aguardente); uma em derivados lácteos (leite, queijo, bebida láctea) e uma agroindústria dedicada à produção de açúcar mascavo.

Os produtos oriundos destas agroindústrias são comercializados na Feira do Produtor, supermercados, entregas em domicílio, além de bares e restaurantes. Além disso, parte da produção também é encaminhada ao mercado institucional como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como é possível visualizar na figura abaixo:

Figura 1- Principais canais de distribuição utilizados pelas agroindústrias familiares



Fonte: Dados da pesquisa, (2019)

Com base na figura é possível identificar os principais canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias. A agroindústria de produção e processamento de olerícolas I e II, realizam sua comercialização apenas na feira do produtor localizada no município; a agroindústria de derivados lácteos também realiza a comercialização na feira sendo a única que comercializa através do mercado institucional; a agroindústria de açúcar mascavo vende na residência e entrega a domicílio; a agroindústria de aguardente entrega a domicílio e no comércio local.

Nos últimos anos a demanda por alimentos saudáveis e de produção artesanais estão em ascendência, uma vez que consumidores estão direcionando seu consumo a produtos

oriundos das agroindústrias familiares, sejam eles agroindustrializados ou in natura. A medida que se valoriza os produtos produzidos no próprio município, as relações de confiança se tornam componentes importantes na configuração da produção, dos preços e da inserção nos mercados destes produtos.

Para Matte et al. (2016) as relações de confiança devem-se a procedência dos alimentos e aos métodos de produção. Já para Ferrari (2011) a conexão realizada pelas cadeias agroalimentares curtas provoca um enraizamento das práticas alimentares ajustando este mercado no âmbito econômico, social e principalmente estabelecendo confiança entre os agentes.

A pesquisa realizada nas agroindústrias, identificou que 60% das agroindústrias, estão localizadas em propriedade rurais com áreas entre 15 a 25 ha; 20% das agroindústrias possuem área entre 25 a 30 ha, e apenas uma propriedade rural (20%) possui área de 35 a 50 ha, conforme pode ser visualizado na tabela 1.

Tabela 1 - Tamanho das Propriedades

Descrição da área das propriedades rurais	Quantidade	%
5 a 15 ha	-	-
15 a 25 ha	3	60%
25 a 30 ha	1	20%
35 a 50 ha	1	20%
Mais de 50 ha	-	-
Total	5	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Assim, observa-se que as propriedades são de pequeno porte, das cinco propriedades analisadas três delas possuem áreas entre 15 a 25 hectares, o que referenda que estas unidades de produção, pertencem á categoria da agricultura familiar segundo a Lei Federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006).

Em relação às atividades desenvolvidas nas propriedades podemos observar no quadro 1, quais são as principais.

Quadro1- Atividades desenvolvidas nas propriedades

Propriedades	Atividades desenvolvidas
Propriedade 1	Agroindústria de produtos lácteos; Atividade leiteira; Suinocultura.
Propriedade 2	Agroindústria Olerícola I; Trabalho fora da propriedade.
Propriedade 3	Agroindústria Olerícola II; Atividade leiteira.
Propriedade 4	Agroindústria de bebidas;
Propriedade 5	Agroindústria de açúcar mascavo; Trabalho fora da propriedade.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com base no quadro pode se observar que em dois casos a renda financeira é oriunda da agroindústria familiar, e também do trabalho realizado fora da propriedade, exercendo atividades pluriativas. E, em apenas uma das propriedades a renda financeira é oriunda apenas da agroindústria familiar.

Para Schneider (2009) a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Além disso, esse fenômeno, utiliza estratégias sociais e produtivas que são adotadas pela família e por seus membros, que são influenciadas o grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros na família, a diferenciação etária e o acesso a renda. E, em Itatiba do Sul, este fenômeno social está ligado ao fato da necessidade de complementar a renda do núcleo familiar.

O início das atividades de agroindustrialização possui relação com o histórico familiar, dedicado a elaboração dos produtos, nas propriedades rurais. Porém, as cinco famílias analisadas relatam que o início das atividades produtivas, não foi fácil, pois foi preciso esforçar-se economicamente e produtivamente, para conseguirem manter as agroindústrias. As agroindústrias que processam olerícolas relatam que no início da comercialização, muitos produtos não eram comercializados, e por isso, muitas vezes retornavam para as propriedades rurais com grande parte dos produtos. A agroindústria de bebidas, afirma que no seu início fabricava o produto, mas não havia muitos consumidores para adquirir o produto, o que fazia que este ficasse estocado. Pois, havia outras agroindústrias que produziam aguardente, e o mercado era muito competitivo.

Porém, a agroindústria de derivados lácteos quanto à unidade de produção de açúcar mascavo já comercializava seus produtos em menor escala, e apenas aumentou a cartela de clientes, com a construção das agroindústrias.

Dessa forma, em relação às razões da origem da agroindústria encontramos os seguintes resultados, com a realização desta pesquisa: As agroindústrias de açúcar mascavo e bebidas já produziam de modo informal e resolveram implantar a agroindústria; a agroindústria de Olerícolas I afirma que foi pela necessidade de complementar a renda familiar; a agroindústria de produtos lácteos esteve atrelado ao incentivo de instituições locais; e a agroindústria de Olerícolas II identificou uma oportunidade para que os filhos permanecessem na propriedade. A tabela 2 apresenta estes resultados.

Tabela 2- Razões de Origem da Agroindústria

Descrição	Quantidade	%
Pequena quantidade de terras	-	-
Necessidade de complementação de renda	1	20%
Incentivo de instituições locais (Sindicato, Emater, Prefeitura)	1	20%
Produzia de modo informal e resolveu implantar a agroindústria	2	40%
Oportunidade para os filhos permanecerem na propriedade	1	20%
Total	5	100,00 %

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com base na tabela, conclui-se que o maior número de famílias já produzia de modo informal e em menor escala. E a comercialização foi sendo estabelecida entre amigos e vizinhos, e percebeu-se que a implantação da agroindústria, traria uma oportunidade de crescimento para a propriedade rural. Além disso, uma das propriedades rurais percebeu que a agroindústria familiar possibilitaria a permanência dos filhos na unidade de produção.

Em muitos casos as agroindústrias familiares são estabelecidas para agregar valor aos produtos e gerar renda, podendo tornar-se a principal fonte de renda da propriedade rural. Além disso, a agroindústria familiar cria oportunidades de trabalho, garantindo a melhoria das condições de vida do meio

rural e contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

Sobre os principais produtos produzidos nas agroindústrias obteve-se o resultado exposto no quadro abaixo.

Quadro 2- Principais produtos produzidos pelas agroindústrias familiares

Agroindústrias Familiares	Principais Produtos Produzidos
Agroindústria de produtos lácteos	Queijo colonial, leite in natura, bebida láctea;
Agroindústria Olerícola I	Morango, pepino, vagem, alface, repolho, temperos, muda de cebola, brócolis, couve flor, mandioca, feijão.
Agroindústria Olerícola II	Cenoura, beterraba, batata doce, batatinha, cabotiá, melancia, laranja, uva, banana, cebola, alho.
Agroindústria de bebidas	Aguardente.
Agroindústria de açúcar mascavo	Açúcar mascavo, melado, rapadura.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A renda mensal que é gerada através da comercialização dos produtos elaborados pelas agroindústrias foi identificada, conforme os dados da tabela 3. As agroindústrias de produção e processamento de olerícolas I e II e a agroindústria de açúcar mascavo geram uma renda maior que três salários mínimos, sendo superior a R\$ 2.994,00; a agroindústria de aguardente gera renda entre dois e três salários mínimos ficando entre R\$ 1.996,00 a R\$ 2.994,00; a agroindústria de produtos lácteos recebe um valor entre um e dois salários mínimos e sua renda fica entre R\$ 998,00 a R\$ 1.996,00.

Tabela 3- Renda mensal da agroindústria

Descrição	Resp	%
Até um salário mínimo	-	-
De um a dois salários	1	20%
De dois a três salários	1	20%
Mais que três salários	3	60%
Total	5	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com base nos dados apresentado, é possível observar que das cinco agroindústrias analisadas, três delas possuem uma renda mensal maior que três salários, ou seja, maior que R\$ 2.994,00. E, em nenhuma das agroindústrias foi identificado que a renda gerada foi inferior a um salário mínimo.

Para Prezotto (2002), o modelo de agroindustrialização de pequeno porte reduz os custos de transportes pela proximidade das matérias-primas às agroindústrias, valoriza a riqueza cultural das experiências de agroindustrialização, produz em pequena escala e de forma descentralizada. Eleva a arrecadação municipal de impostos, sendo visto como uma alternativa capaz de impulsionar a geração de novos postos de trabalho no meio rural, incrementar a renda dos agricultores familiares e promover a (re) inclusão social e econômica desses agricultores.

4.2 Perfil dos agricultores e dos jovens que possuem agroindústrias familiares

Em relação à faixa etária dos agricultores familiares que são os residentes das propriedades, observou-se que 60% das agroindústrias possuem uma faixa etária entre 41 a 50 anos, e 40% delas entre 31 e 40 anos, como pode-se verificar na tabela abaixo:

Tabela 4- Faixa etária dos residentes

Descrição	Resp	%
0 a 10 anos	-	-
11 a 20 anos	-	-
21 a 30 anos	-	-
31 a 40 anos	2	40%
41 a 50 anos	3	60%
51 a 60 anos	-	-
61 a 70 anos	-	-
Acima de 70 anos	-	-
Total	5	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, (2019).

Em relação à escolaridade dos proprietários das agroindústrias, verificou-se que todos possuem ensino fundamental incompleto. Como é possível visualizar na tabela 5.

Tabela 5- Escolaridade dos Proprietários das Agroindústrias

Descrição	Resp	%
Ensino Fundamental Incompleto	5	100 %
Ensino Fundamental Completo	-	-
Ensino Médio Incompleto	-	-
Ensino Médio Completo	-	-
Ensino Superior Incompleto	-	-
Ensino Superior Completo	-	-
Total	5	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, (2019).

A escolaridade dos proprietários pode se justificar pelo fato dos mesmos viverem em uma época onde o estudo era pouco acessível, não tinham incentivo e oportunidades para seguir com os estudos. Atualmente existem mais oportunidades com a criação de políticas públicas de incentivo ao ensino superior, e com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de educação básica destinada aos jovens e adultos que não concluíram ou não tiveram acesso ao ensino fundamental e/ou médio.

Sobre sucessões familiares já ocorridas entre as famílias pesquisadas, identificou-se que em três propriedades (60%) já aconteceu pelo menos uma sucessão geracional, nas outras duas (40%) ainda não aconteceu sucessão geracional.

Diante disso, verificou-se também que a perspectiva de sucessão familiar nas agroindústrias de produção e

processamento de olerícolas II, produtos lácteos e produção de aguardente é de 60%. Na agroindústria de produção e processamento de olerícolas I não tem uma perspectiva de sucessão e na agroindústria familiar de açúcar mascavo, também não se tem certeza se haverá sucessão geracional, como é possível visualizar na tabela 6.

Tabela 6- Perspectiva de Sucessão Familiar

Descrição	Resp	%
Sim	3	60 %
Não	1	20%
Talvez	1	20%
Total	5	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com base na tabela foi possível observar que nas agroindústrias de produção e processamento de olerícolas II, produtos lácteos e fabricação de aguardente possuem interesse em seguir com os trabalhos, ou seja, três das cinco agroindústrias analisadas. Um número bastante otimista constatando assim que mais da metade das agroindústrias analisadas possuem sucessores já definidos.

Em relação ao gênero dos potenciais sucessores, observou-se que em uma agroindústria familiar, existem dois potenciais sucessores um do sexo masculino e outra do sexo feminino. E, nas demais agroindústrias que haverá sucessão geracional, haverá sucessores, com predominância do sexo masculino.

Tabela 7- Gênero dos Potenciais Sucessores

Descrição	Resp	%
Feminino	1	20 %
Masculino	4	80%
Total	5	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Este resultado confirma os dados sobre a predominância pela permanência de jovens do sexo masculino, o que agrava a situação da masculinização do campo.

Um dos efeitos da masculinização do campo é o processo associado ao êxodo rural feminino (GRAZIANO DA SILVA, 1996; DELGADO, 2001; LOPES, 2006). Como consequência, tem-se o gradual aumento da população masculina nas áreas rurais decorrente, sobretudo, da migração de mulheres para as cidades em busca de melhores oportunidades sociais e econômicas (ABRAMOVAY & CAMARANO, 1998; KUMMER, 2013).

Para Abramovay & Camarano (1998), o êxodo rural feminino deve ser interpretado a partir de três hipóteses fundamentais: as migrações femininas estão diretamente relacionadas à oferta de trabalho no meio urbano; são uma reação à alta carga de trabalho não remunerada e sem perspectivas no meio rural; ocorrem pela busca das mulheres por uma formação educacional melhor e mais completa.

Em relação à escolaridade, observou-se que dois dos potenciais sucessores (40%) possuem ensino médio completo,

outros dois jovens (40%) estão cursando o ensino superior e um jovem está cursando o Ensino Fundamental. Como podemos analisar na tabela abaixo:

Tabela 8- Escolaridade dos Sucessores

Descrição	Resp	%
Ensino fundamental em andamento	1	20 %
Ensino fundamental completo	-	-
Ensino médio incompleto	-	-
Ensino médio completo	2	40%
Ensino superior em andamento	2	40%
Ensino superior completo	-	-
Total	5	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Este dado evidencia que mesmo atuando no meio rural, é possível cursar o ensino superior. Verificou-se, entre os jovens sucessores, que os cursos de graduação em andamento são o de medicina veterinária e o de administração.

Nesse sentido, as políticas educacionais buscam um processo de equalização das disparidades de acesso ao ensino superior, primando pelo ingresso de uma parcela de candidatos que possuem baixa renda familiar. Aliado a isso, a expansão do

Ensino Superior público proporcionou um incremento de vagas nas instituições superiores, bem como a criação de políticas públicas como por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento Estudantil (FIES), com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais. Essas ações têm possibilitado um acréscimo das oportunidades para os jovens do meio rural acessar os cursos superiores.

Observando o estado civil dos sucessores, foi identificado que três deles (60%) estão solteiros e dois (40%) já se encontram casados, como verifica-se na tabela 9.

Tabela 9- Estado civil dos potenciais sucessores

Descrição	Resp	%
Solteiro	3	60%
Casado	2	40%
Total	5	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, (2019).

Sobre o estado civil dos sucessores, três dos cinco jovens entrevistados são solteiros. Mostrando uma implicação sobre o fato do meio rural ser masculinizado, conforme relacionam Costa & Froelich (2014), na medida em que a diminuição da presença feminina modifica a forma de convivência social local ela também compromete a formação familiar.

4.3 Fatores que interferem e contribuem no processo de sucessão geracional das agroindústrias familiares de Itatiba do Sul

Como já observado acima, nas agroindústrias de olerícolas II, produtos lácteos e fabricação de aguardente possuem intenção de dar continuidade em seus serviços, nas outras duas agroindústrias de olerícolas I e produção de açúcar mascavo não possuem perspectiva de sucessão familiar.

Nas agroindústrias de produção de aguardente e de produtos lácteos, às famílias tem se preparado para o processo sucessório trabalhando em conjunto com os mais jovens para a troca de experiências; na agroindústria de produção e processamento de olerícolas II o sucessor já participa da tomada de decisão; e na agroindústria de açúcar mascavo busca-se o incentivo escolar, para que o sucessor finalize seus estudos e sempre busque mais conhecimento.

Diante disso, observou-se quais são os motivos que levam os jovens a permanecer desenvolvendo as atividades nas agroindústrias familiares. De acordo com a pesquisa, dois dos jovens das agroindústrias de produção de aguardente e açúcar mascavo pretendem permanecer para cuidar dos pais; outros dois jovens da agroindústria de produtos lácteos vão permanecer pelo incentivo da família e o jovem da agroindústria da olerícola II, diz que o principal motivo para a sua permanência é dar continuidade na agroindústria, como pode ser analisado na tabela a baixo:

Tabela 10- Motivos que levam os jovens a permanecer a desenvolver as atividades nas agroindústrias familiares

Descrição	Resp	%
Cuidar dos pais	2	40 %
Falta de outras oportunidades de trabalho	-	-
Incentivo da família a permanecer na propriedade rural	2	40%
Dar continuidade na agroindústria	1	20%
Apego ao modo de vida do meio rural	-	-
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com base na tabela podemos identificar que os principais motivos para os jovens permanecerem desenvolvendo as atividades da agroindústria familiar estão vinculados ao incentivo dos pais e para cuidar dos mesmos.

Apenas uma das propriedades analisadas não possui potenciais sucessores, a agroindústria de produção e processamento de olerícolas I possui dois filhos, a filha saiu de casa para estudar, e o filho apesar de residir na propriedade, não tem interesse em largar seu trabalho na cidade para voltar a desenvolver as atividades da agroindústria.

4.4 Estratégias de planejamento no processo de sucessão geracional das agroindústrias familiares de Itatiba do Sul

Vários são os estudos com as agroindústrias familiares que apontam a sucessão familiar como um ponto crítico na reprodução social destes. E, de modo geral, considera-se a sucessão geracional na agroindústria familiar de grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rural.

Para que os jovens sejam atraídos a ficar na propriedade, é preciso que haja boas oportunidades de renda, políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento, acesso à saúde, educação, sinal telefônico, internet e também uma boa relação com os pais.

Esses fatores devem também ser complementados pelo uso extensivo da tecnologia, que, além de atrair a atenção dos jovens, facilita a comunicação e o trabalho no campo.

O sistema de produção agroindustrial pode atrair ou viabilizar a permanência do jovem na unidade de produção, mas, há muitos fatores que podem condicionar este processo. Considerando os fatores percebidos na pesquisa, alguns podem ser relacionados diretamente com a presença da agroindústria familiar rural e outros que não são condicionados pela existência desta na unidade da família.

Um dado importante identificado na pesquisa foi que as famílias estão se preparando para o processo sucessório, trabalhando em conjunto para a troca de experiência e inserindo os jovens na tomada de decisão.

É importante chamar a atenção para que todas as agroindústrias se preparem para esse processo, trabalhando em conjunto com os mais jovens, trazendo-os para participar das tomadas de decisões, os deixando responsáveis por determinada tarefa. Trabalhando desta maneira os jovens vão garantindo o seu lugar, vão percebendo que também são importantes para a existência da agroindústria.

Para que isso ocorra é importante que tanto os jovens como os proprietários da agroindústria trabalhem motivados, compreendam que a atividade desenvolvida é de extrema importância, buscando sempre ter uma boa liderança e comunicação entre todos os membros da família.

Em todas as agroindústrias entrevistadas, a mão de obra é da própria unidade familiar e geralmente a remuneração não costuma ser dividida entre todos os que participam do processo, ou seja, quando o jovem necessita de dinheiro ele precisa perguntar, sendo um aspecto negativo.

Propõe-se que a remuneração seja dividida e que todos recebam mensalmente pelos trabalhos executados na produção, isto é, ser reconhecido como trabalhador e não simplesmente uma “ajuda”, ter um rendimento mensal e individualizado é um fator importante para favorecer a permanência dos jovens.

E estas sugestões vão ao encontro, ao estudo realizado por Deggerone, Laroque e Barden (2014) na Região Alto Uruguai, que dentre as constatações que motivam os jovens a permanecer no meio rural, observou-se que os fatores estão atrelados, a autonomia e o poder de decisão dos jovens na propriedade rural; a retribuição monetária pelas atividades desenvolvidas pelos jovens; as responsabilidades assumidas pelos jovens nos trabalhos e na gestão da propriedade rural; a valorização do trabalho realizado pelas jovens mulheres; a viabilidade econômica da unidade de produção através da diversificação dos sistemas de produtivos; a obtenção de rendas complementares (pluriatividade) às atividades agropecuárias, pelos jovens; e a inserção de novas atividades produtivas (agroindústrias familiares) na unidade de produção familiar.

Por isso, se faz necessário que estas ações sejam trabalhadas junto às unidades de produção familiares, assim possibilita emergir, entre outros aspectos, a luta por políticas públicas que venham ao encontro dos interesses dos jovens do campo, ampliando, assim, as condições de permanência dos mesmos no campo.

Considerações finais

A realização deste estudo permitiu identificar alguns dos fatores determinantes que condicionam a sucessão geracional em agroindústrias familiares rurais no município de Itatiba do Sul (RS). É importante ressaltar que novos estudos sobre o assunto ajudariam a aprimorar e identificar novos fatores determinantes na sucessão geracional.

Dessa forma, verificou-se que as agroindústrias pesquisadas em Itatiba do Sul, dedicam-se a agroindustrialização de olerícolas, produtos lácteos, bebidas e açúcar mascavo. Os principais canais de comercialização utilizados são o comércio local (Supermercados, bares e restaurantes); na residência; na feira do município; no mercado institucional e em entregas a domicílio. A renda obtida pelo desenvolvimento das atividades agroindustriais varia entre acima de um salário mínimo e mais que três salários mínimos. E, na maioria das unidades de produção, o início das atividades foi atrelado ao modo informal, já produziam e resolveram implantar a agroindústria.

Em relação ao perfil dos agricultores proprietários das agroindústrias familiares, verificou-se que a maioria possui uma faixa etária entre 41 a 50 anos, e não concluíram o ensino fundamental. Identificou-se também que já ocorreu sucessão geracional em três propriedades e que haverá sucessão geracional nas agroindústrias de produção e processamento de olerícola II, produção de bebidas, produtos lácteos e provavelmente na produção de açúcar mascavo.

Dentre as principais características dos jovens sucessores, verificou-se que o gênero predominando é do sexo masculino o que tende a reafirmar a masculinização do campo no meio rural. Contudo, ressalta-se como aspecto positivo, em relação a geração dos pais, é de que o nível de escolaridade será melhor, pois dois potenciais sucessores concluíram o ensino médio; dois cursam ensino superior e um está cursando o ensino fundamental.

Dentre os fatores que contribuem para a sucessão geracional identificou-se que os principais motivos estão atrelados ao incentivo dos pais e para cuidar dos mesmos.

O estudo também apontou algumas ações que podem contribuir com a sucessão geracional, sendo estas, relacionadas com a preparação para o processo sucessório, autonomia e poder de decisão dos jovens, retribuição monetária, boas oportunidades de renda e políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento.

Por fim, observa-se que o resultado encontrado nesta pesquisa, vai ao encontro da hipótese inicial do trabalho de que as agroindústrias familiares representam uma importante estratégia que podem condicionar a permanência dos jovens no meio rural, tendo em vista, a geração de emprego, renda e possibilidades de investimentos nas unidades de produção familiares, o que pode favorecer a permanência dos jovens agricultores às propriedades rurais.

Portanto, infere-se que os condicionantes do processo sucessório das agroindústrias de Itatiba do Sul estão consolidados com a preparação que as famílias possuem. A permanência dos jovens define o futuro das agroindústrias, e estas são eficazes no crescimento e desenvolvimento do meio rural. Além disso, as agroindústrias movimentam o comércio local, valorizando o agricultor e aproximando-o do consumidor final, sendo que essa dinâmica cria relações de amizade e confiança entre ambos, e traz benefícios a todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. In: congresso brasileiro de economia e sociologia rural, Recife, PE. SOBER, 2001.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. Revista Brasileira de Estudos da População, Brasília (DF), v. 15, n.2, p. 45-66, 1998.

ALCÂNTARA, N. B.; MACHADO FILHO, C. A. P. O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras: um estudo multicase. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 1, p. 139-151, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário do Brasil**, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em 23 Set. 2019.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União (DOU). Brasília: DOU, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 10 Set. 2019.

_____. Lei nº 6.746, de 10 de Dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOU). Brasília: DOU, 1979. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.746%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201979.&text=Alter%20o%20disposto%20nos%20arts,Art.>. Acesso em 11 Set. 2019.

CARDIM, S. (INCRA) e Guanziroli, C. (FAO) (coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fev. 2000.

CARNEIRO, M, J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CARVALHO R, E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**, 5ª Edição, Porto Alegre, 2007.

CORADINI, O, L. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de -2007. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 197-220, jan./abr. 2011.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M. **Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul: uma abordagem a partir das condições regionais**. Campo-Território, Uberlândia (MG), v. 9, p. 27, 2014.

CENCI, A. **Análise do perfil das agroindústrias familiares situadas na região do CONDESUS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS. 2007.

DEGGERONE, Z, A. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação

em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVANTES, 2013.

DEGGERONE, Z. A; LAROQUE, L. F. DA S.; BARDEN, J, E. **Agricultura familiar:** o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região alto uruguai, rio grande do sul - doi 10.5216/bgg.v34i2.31737. Boletim Goiano de Geografia, v. 34, n. 2, p. 367-379, 1 set. 2014.

DELGADO, G. C. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra:** Um Estudo da Reflexão Agrária. Estudos Avançados, São Paulo. Vol.15, n.43, pp. 157-172, 2001.

DE PAULA, M, M; KAMIMURA, Q, P; SILVA, J, L, G, da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, n. 1, p. 33-43, 2014.

FACCIN, O, P. SCHMIDT, C, E, F. **Sucessão nas Propriedades Rurais Familiares Integrantes de uma Cooperativa Agropecuária.** Capítulo XVIII, 2013.

FACIONI, D.; PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no Estado de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015

GONÇALVES, J. E. L. Processo, que Processo. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, p. 8-19, out./dez. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

GIL, A, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

KUMMER, R. **O viés enviesado: a migração rural feminina a partir do olhar masculino**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos, 2013, Florianópolis. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos, p. 1-11, 2013.

KRÜGER, E; SUZUKI, E.; MATOSKI, A. Evaluation of a Trombe Wall System in a Subtropical Location. *Energy and Buildings*, v. 66, p. 364-372, 2013.

LOPES, H. S. M. **Agricultura, modernização e uso corporativo do território**, Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 2006.

MELLO, M, A. de et al. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura**, São Paulo, SP, v.50, n.2, p.11-24, 2003.

MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. A. M. Diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva dos segmentos rurais. **Desenvolvimento em Questão**, ano 12, n. 27, p. 216-263, 2014.

MIOR, L, C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Ed. Argos, 2005.

NISHITSUJI, D. A. **O processo de sucessão em empresas familiares na microrregião de Cornélio Próprio**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

OLIVEIRA, J. L.; ALBUQUERQUE, A. L.; PEREIRA, R. D. Governança, Sucessão e Profissionalização em uma Empresa Familiar:(re)arranjando o lugar da família multigeracional. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 14, n. 43, p. 176-192, 2012.

QUADROS, C; STROPASOLAS, V.L.; REBOLLAR, P. B. M. A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral sul catarinense e as implicações no processo sucessório. **Revista Pedagógica**, UNOCHAPECÓ – Ano 14, n. 26, v. 01, jan/jun, 2011.

ROESCH, S. **Projetos de estágios e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2007.

SPANEVELLO R, M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, V, L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 253-267, 2004.

SOUZA, P, M; FORNAZIER, A; PONCIANO, N, J; NEY, M, G. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. **Documentos Técnico Científicos**, v. 42, n. 1, jan./mar. 2011.

WANDERLEY. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1996.

WEISHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WESZ J, V.J. As políticas públicas de agro industrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL – RS

Diego Deoti Dalla Vecchia
Zenicleia Angelita Deggerone

Introdução

O debate sobre o tema do desenvolvimento rural ganhou força e importância nos últimos anos no contexto social e, principalmente, acadêmico. Paganella *et al* (2017) apresentam que o desenvolvimento rural é um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural, através das melhorias em seus sistemas e instituições, na expansão da infraestrutura e crescimento das atividades econômicas para uma vida rural de melhor qualidade.

Dessa forma, o Estado Brasileiro, na tentativa de oportunizar o desenvolvimento dos seus territórios, procurou implementar políticas públicas para promover a melhoria das condições de vida de seus habitantes. A exemplo disso, desde a década de 1990, as iniciativas públicas de desenvolvimento rural sofreram importantes transformações. Tais mudanças podem ser compartimentalizadas em três gerações de políticas (GRISA; SCHNEIDER, 2015), sendo que a primeira geração, associada a demandas de segmentos sociais da agricultura familiar organizados em sindicatos e movimentos sociais, está ligada

principalmente a questões agrícolas e agrárias. A segunda foi marcada pela criação e expansão de políticas de assistência social, ainda que o processo de reformulação da previdência rural – a principal ação de Estado nessa área – teve início com a Constituição de 1988. E a terceira geração está relacionada à construção de novos mercados para os produtos e serviços oriundos da agricultura familiar, tendo como foco a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Nesse sentido, Caldas (2008) infere que uma política pública é a forma de o governo beneficiar determinado grupo de pessoas, sendo que as mesmas podem ser através de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

A exemplo disso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa Nacional de Habitação Rural, dentre outros, foram implementados nas últimas décadas e oportunizaram o desenvolvimento rural, a partir da inclusão dos agricultores familiares como agentes que investem e promovem o desenvolvimento rural de suas comunidades rurais.

Apesar de todas essas políticas públicas buscarem contemplar uma série de demandas oriundas de segmentos sociais enquadrados na categoria de agricultores familiares, as distintas ações não foram suficientemente articuladas entre si, de modo a gerar um processo de transformação estrutural das unidades produtivas economicamente mais fragilizadas.

Diante disso, o município da Barra do Rio Azul, localizado na Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do ano de 2017, tem buscado resolver alguns problemas locais a partir da implementação de programas municipais de incentivo produtivo a fruticultura, bovinocultura de leite e suinocultura a nível municipal.

O município de Barra do Rio Azul possui 445 propriedades rurais, com relevo predominantemente acidentado, e em muitas destas propriedades rurais, especialmente as de menor porte, a fruticultura, a bovinocultura de leite e a suinocultura têm se tornado importantes atividades geradoras de emprego e renda. O Município implementou os programas de incentivo com o objetivo de facilitar o manejo nas propriedades, proporcionando maior qualidade de vida aos agricultores, visto que é dever do Poder Público auxiliar e incentivar as atividades geradoras de emprego e renda.

Dessa forma, visando analisar a efetividade destes programas para o desenvolvimento rural, este artigo tem sua questão norteadora, voltada para compreender, em que medida os programas municipais implementados pela Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul têm contribuído para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais dos agricultores familiares?

Na tentativa de responder ao questionamento proposto, a hipótese parte da premissa de que as ações que estão sendo desenvolvidas pelo município de Barra do Rio Azul estão colaborando com o desenvolvimento rural, garantindo uma maior qualidade de vida e um maior retorno financeiro aos

agricultores, além de estimular a permanência do jovem no meio rural.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar a implementação dos programas de desenvolvimento rural no município da Barra do Rio Azul (RS).

Para alcançar o objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os programas de desenvolvimento rural implementados pelo município de Barra do Rio Azul aos agricultores familiares;

- Identificar as propriedades rurais que acessaram os programas de desenvolvimento rural;

- Elencar os resultados econômicos e sociais alcançados com a implementação dos programas de desenvolvimento rural;

A realização deste trabalho tem sua importância associada à busca por mais conhecimentos no campo social e acadêmico. Primeiramente, destaca-se a importância social que este artigo possui em analisar os incentivos para a agricultura familiar. Esta categoria social, que por muito tempo foi invisibilizada, e não tinha atenção do poder público, nas últimas décadas conquistou seu espaço na sociedade. Grisa e Schneider (2015) destacam que historicamente a agricultura familiar ou os pequenos agricultores, sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, diante das ações de desenvolvimento no país, mas que a partir dos anos 90, um conjunto de ações foram

implementadas para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares.

Tendo em vista a importância e representatividade do meio rural, principalmente para um município como Barra do Rio Azul que é essencialmente agrícola, apresento como justificativa pessoal a busca por maiores conhecimentos acerca do tema. Por ser filho de agricultores, tenho o desejo de entender a forma que o município trata o desenvolvimento rural.

Além disso, a relevância social deste estudo está atrelada em analisar se as leis de incentivo estão sendo desenvolvidas de maneira correta, evitando assim o desperdício do dinheiro público e proporcionando melhores condições para os agricultores buscarem o desenvolvimento rural.

Em relação à importância acadêmica, este trabalho se justifica por ainda não existir nenhum estudo realizado na Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul no tocante ao desenvolvimento rural, pois com auxílio deste será possível compreender a colaboração das ações de desenvolvimento rural no município e ainda auxiliar em futuros estudos comparativos com outros municípios do Alto Uruguai gaúcho.

1. Referencial teórico

Nesta sessão serão apresentadas as principais definições acerca da temática do desenvolvimento rural e da importância das políticas públicas para a agricultura familiar.

1.1 Políticas para o desenvolvimento rural

O desenvolvimento rural, segundo Schneider (2004, p. 98),

é um processo resultante de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para a melhoria de renda, qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais”

e cada vez mais vem emergindo no debate da sociedade e no meio acadêmico.

Para Kageyama (2008, p. 52), o desenvolvimento rural

não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental.

Schneider (2010) coloca que o debate no entorno do desenvolvimento rural passa a se despertar e ganhar escala no Brasil principalmente a partir da década de 1990 e que as políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento rural reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970.

Veiga (1997) destaca que o desenvolvimento rural deve ser pensado e planejado por regiões, pois cada região possui demandas diferentes:

o desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente regional. E as regiões que melhor conseguem se desenvolver são as que apresentam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local na tomada de decisões, para o aumento da capacidade de reter e reinvestir capitais, para o aumento da inclusão social e para o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente (VEIGA, 1997, p. 05).

Desde o seu surgimento, na década de 1990, as iniciativas públicas de desenvolvimento rural sofreram importantes transformações. Tais mudanças podem ser compartimentalizadas em três gerações de políticas, embora as ações do Estado nesse domínio não seguiram uma linearidade temporal, já que se inter cruzaram ao longo do tempo (GRISA, SCHNEIDER, 2015). As gerações de políticas para a agricultura familiar consistem na construção de três referenciais: o primeiro denominado “agrícola e agrário”, o segundo “social e assistencial” e o terceiro “construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental”.

A primeira geração, associada a demandas de segmentos sociais da agricultura familiar organizados em sindicatos e movimentos sociais, está ligada principalmente a questões agrícolas e agrárias. E permitiu a criação de políticas como o Pronaf, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços para agricultura familiar (PGPAF), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e os Assentamentos de Reforma Agrária (GRISA, SCHNEIDER, 2015).

A segunda foi marcada pela criação e expansão de políticas de assistência social, ainda que o processo de reformulação da previdência rural (a principal ação de Estado nessa área) tivesse início com a Constituição de 1988, e permitiu a criação de políticas como o Pronaf infraestrutura, Garantia Safra, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e o Bolsa Família (GRISA, SCHNEIDER, 2015).

Por fim, a terceira geração, segundo Grisa e Schneider (2015), está relacionada à construção de novos mercados para os produtos e serviços oriundos da agricultura familiar, tendo como foco a segurança alimentar e a sustentabilidade. Permitiu que fossem criadas as políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), as Agroindústrias, os Selos e as Certificações.

Porém, a partir de 2017, o Estado Brasileiro passou por um processo de ruptura político democrática, o que fez, com que alterasse a proposta política de desenvolvimento para a agricultura familiar.

Nesse sentido, iniciou-se um processo de desmonte das políticas públicas. Para Carmo (2019) o desmonte das políticas públicas, pode ser definida, como sendo uma mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas numa determinada área e reduz o número de instrumentos de política utilizados. Além disso, verifica-se a ascendência do neoinstitucionalismo histórico, identificado pelas mudanças institucionais que ocorrem pelo aproveitamento dos momentos críticos exógenos, como é o caso de crises econômicas que resultam no discurso da austeridade.

O autor, ainda esclarece, que a desregulamentação ou extinção das políticas públicas ocorre, geralmente, em razão (a) de preferências políticas, podendo haver associação com elementos de ordem moral e ideológica; (b) de oportunidades estruturais, compreendendo, por exemplo, ambientes econômicos favoráveis em âmbito nacional ou internacional; (c) de estratégias, incluindo perspectivas de formação de coalizões políticas para manutenção das estruturas de poder e (d) de efeitos e resultados, avaliando os custos que dimensionam se os benefícios do desmonte das políticas são maiores que os prejuízos, inclusive o eventual custo político e, ainda, avaliando e verificando o grau de densidade e de intensidade das políticas públicas (CARMO, 2019).

Nesse sentido, Niederle *et al.* (2018) afirma que à medida que o novo desenho institucional projetado ao Brasil, ficou evidente, os impactos do ajuste fiscal e das ações de austeridade afetaram drasticamente a implementação das políticas para a agricultura familiar. A exemplo, são citados a redução dos juros do Pronaf, da readequação do Programa de construção e reformas de residências no meio rural, da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da redução dos investimentos no Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros, mas, são os mais drásticos para os agricultores familiares.

1.2 A importância das políticas públicas

As políticas públicas, segundo Caldas (2008, p. 05) “são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

Almeida (2018, p. 18) resume política pública “como o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação, produzindo efeitos específicos e influenciando a vida dos cidadãos através da alocação imperativa de valores”.

De acordo com Caldas (2008, p. 07) “as políticas públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses”.

Grisa e Schneider (2015, p. 21) destacam que

as políticas públicas refletem o entendimento dos grupos sociais sobre a própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição.

Na verdade, as definições sobre o que são políticas públicas podem ser várias, porém, todas elas voltam o olhar para os embates, interesses, ideias e preferências de quem as formula. Assim, pode-se concluir que estas seriam as políticas (públicas) desenvolvidas pelos governos que, conhecendo as necessidades da sociedade civil, desenvolvem estratégias para modificar a realidade existente, proporcionando bem estar a todos, sem se esquecer de atingir as metas estabelecidas por estas.

Além disso, Jr; Grandi e Besen (2019) apontam que as influências da sociedade civil podem gerar demandas para criação de políticas públicas que serão interpretadas pelo Estado para sua formulação e implementação e geralmente surgem para

a manutenção de setores considerados vulneráveis ou para criação de oportunidades de desenvolvimento social.

Dessa forma, Caldas (2008) considera que a implementação de uma política pública passa por cinco fases: a primeira é a “formação da agenda (seleção das prioridades)”, a segunda é a “formulação de políticas (apresentação de soluções ou alternativas)”, a terceira é o “processo de tomada de decisão (escolha das ações)” a quarta é a “implementação (ou execução das ações)” e por fim a quinta fase é a “avaliação” das políticas públicas.

Sendo assim, estabelecer políticas públicas pela gestão municipal, é um dos primeiros passos, para aproximar a gestão pública dos seus munícipes. Por isso, Ferreira (2000, p. 19) afirma que é no município em que a tarefa do governo tem uma proximidade maior com o cidadão, e por isso o governo local deveria propor formas de desenvolvimento e política públicas.

Nesse sentido, Jr; Grandi e Besen (2019) afirmam que os municípios tornaram-se os principais atores sociais na promoção do desenvolvimento rural sustentável, por estarem mais próximos, e entenderem melhor cada realidade de seus munícipes. Assim a política pública possui mais chances de atender bem a população, da forma mais adequada.

Contudo, salienta-se que o ato de instituir uma política pública, precede a continuidade, a não ser que a mesma seja revogada. E, os programas municipais, não existe continuidade, pois com a mudança dos gestores públicos, existe uma descontinuidade das ações programadas, pois isso, irá depender de cada gestor público e suas equipes de governo. E, dessa

forma, é mais comum encontrar nas prefeituras municipais, uma série de programas municipais que são implementados anualmente para atender os propósitos da gestão pública.

Por fim, destaca-se que as políticas públicas em âmbito local, podem ser mais eficientes, pois haverá um maior controle sobre a aplicação dos recursos e os atores sociais, estão mais próximos para fiscalizarem as ações propostas pela gestão pública.

2. Metodologia

O presente estudo utilizou uma abordagem quali-quantitativa, sendo que esta teve duas finalidades principais. A primeira foi apresentar informações que são normalmente resultantes de descrições narrativas, transcrições de entrevistas e de anotações provenientes de observações livres ou assistemáticas. A segunda finalidade refere-se à abordagem quantitativa, que visou apresentar dados numéricos, registros de observações e respostas as perguntas de múltipla escolha (MOURA, FERREIRA E PAINE, 1998).

De natureza exploratória-descritiva, que segundo Gil (2009) é uma abordagem apropriada para o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Além disso, descrevem as características de determinada população e o estabelecimento de relação entre as variáveis.

O tipo de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, por ser o mais adequado para a realização do estudo. Para Roesch (2007, p. 201), o estudo de caso “permite o estudo de fenômenos em profundidade, dentro do seu contexto e especialmente adequado ao estudo dos processos e explora fenômenos com base em vários ângulos”.

Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados dados de fontes primárias e secundárias. Conforme Roesch (2007), os dados primários são aqueles elaborados e colhidos diretamente pelo pesquisador, através de entrevistas e questionários. Já os dados secundários são aqueles já existentes na forma de arquivo, banco de dados, relatórios e planilhas.

Como fonte de dados primária, foi utilizada a entrevista semiestruturada com o Secretário de Agricultura do Município de Barra do Rio Azul, o Secretário de Administração e finanças e com o Extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Barra Do Rio Azul. Também, foram entrevistados os agricultores beneficiados pelos programas, foram pesquisados 100% dos agricultores familiares beneficiados nos três programas, com base no questionário.

Utilizou-se também, como instrumento de coleta de dados, a análise documental, com objetivo de investigar e buscar evidências da implementação dos programas e de seus processos em determinados documentos, tais como, relatórios, planilhas, da Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul.

Para analisar os dados coletados por meio das entrevistas, das observações e da pesquisa documental, estes foram apurados por meio da análise de conteúdo, que, segundo

Roesch (2007), define as unidades de análise sobre as respostas obtidas dos entrevistados e de observações, bem como categorias de análise e codificações para interpretação com base nos referenciais que fundamentam a pesquisa. Também utilizou-se a estatística descritiva para análise, descrição e resumo dos dados e das informações.

3. Resultados e discussões

Neste item descreveu-se os programas de incentivo aos agricultores familiares, apresentou-se os resultados obtidos com os programas, e o quanto são importantes para o município e para os agricultores.

3.1 Programas de desenvolvimento rural implementados pelo município da Barra do Rio Azul aos agricultores familiares

O estudo foi realizado no Município de Barra do Rio Azul, situado na Região Alto Uruguai, ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul. O município foi emancipado no ano de 1992 e apresenta uma área territorial de 146.995 km² (IBGE, 2010) e possui uma população estimada em 1.726 habitantes. Destes, 79,9% (1.379 habitantes) estão situados na zona rural (IBGE, 2010).

As atividades predominantes neste município estão relacionadas à agropecuária, ao setor agrícola, à fruticultura e à olericultura. Além disso, ressalta-se que apenas 20,1% (347

habitantes) estão localizados na zona urbana do município (IBGE, 2010).

O município de Barra do Rio Azul criou leis de incentivo as atividades de fruticultura bovinocultura de leite e suinocultura. Os programas são desenvolvidos pela Municipalidade sob a coordenação da Secretaria Municipal da Agricultura, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)/RS/ Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e Conselho Municipal de Agricultura.

3.1.1 Programa de incentivo a fruticultura

Os incentivos a fruticultura estão descritos na Lei Municipal nº 1497 de 12 de março de 2018, que autoriza o poder público municipal a efetuar o repasse de R\$ 3,00 (três reais) por muda de fruta adquirida pelo agricultor para implementação de novos pomares. Cada agricultor beneficiado tem o prazo de até 60 (sessenta) dias, para realizar o adequado plantio das mudas, sendo vistoriada *in loco* nas propriedades dos agricultores beneficiados.

O Programa é de caráter permanente, sendo beneficiados prioritariamente sempre os 30 (trinta) primeiros inscritos de cada ano. O Município assegurará que pelo menos até 20.000 (vinte mil) mudas sejam subsidiadas anualmente, podendo este número ser ampliado ou reduzido, caso existam demanda e/ou recursos financeiros disponíveis.

Para poder participar do Programa Municipal, todos os Agricultores devem ser residentes no Município, possuir talão

de produtor sediado no Município, e estarem adimplentes perante o Município. Os agricultores devem firmar declaração de compromisso de permanência na atividade de fruticultura pelo período mínimo de 05 (cinco) anos a partir do recebimento dos recursos oriundos do Programa Municipal.

O programa de incentivo a fruticultura do município de Barra do Rio Azul, beneficiou até o presente momento 38 famílias, realizou-se o plantio de 30.650 mudas o que representa cerca de 70 hectares de frutíferas. O valor investido pela Prefeitura Municipal no programa foi de R\$ 120.000,00, sendo que a quantidade média de hectares plantados por beneficiado é de 1,8 hectares.

3.1.2 Programa de incentivo a bovinocultura de leite

Os incentivos a bovinocultura de leite estão descritos na Lei Municipal nº 1498 de 12 de março de 2018, que autoriza o poder público municipal a efetuar o repasse de recursos financeiros diretamente aos agricultores, os valores repassados são proporcionais ao número de vacas em lactação.

Os agricultores que possuem até 12 (doze) vacas em lactação, podem aderir ao Programa visando a construção da Sala de Ordenha, de modelo simplificado, cujo valor do repasse de recursos é equivalente a 75% (Setenta e cinco por cento) do valor necessário para construção, sendo este limitado há R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por beneficiário.

Já os agricultores que possuem de 13 (treze) até 25 (vinte e cinco) vacas em lactação, podem aderir ao Programa visando a construção da Sala de Ordenha, de modelo intermediário, cujo

valor do repasse de recursos será equivalente a 40% (Quarenta por cento) do valor necessário para construção, limitado há R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por beneficiário.

E, os agricultores que possuem mais de 25 (vinte e cinco) vacas em lactação, podem aderir ao Programa visando a construção de Sala de Ordenha de Grande Porte, cujo projeto de construção deverá ser previamente apresentado pelo Agricultor e aprovado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e da Emater/RS – ASCAR. O valor repassado será fixo, no montante de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) por beneficiário.

O Município assegura que sejam atendidos anualmente, pelo menos Projetos para edificação de 30 (trinta) Salas de Ordenha - modelo simplificado; 25 (vinte e cinco) Salas de Ordenha - modelo intermediário e 06 (seis) Salas de Ordenha de grande porte, podendo os respectivos valores serem remanejados caso existam mais inscritos para uma das modalidades e menos para outras.

Neste programa os agricultores beneficiados devem residir no Município, tem que possuir talão de produtor sediado no Município, e estarem adimplentes perante o Município. Os agricultores firmam declaração de compromisso de permanência na atividade de bovinocultura de leite pelo período mínimo de 05 (cinco) anos a partir do recebimento dos recursos oriundos do Programa Municipal.

O programa de incentivo a bovinocultura de leite atendeu 21 famílias, e teve um investimento de R\$ 230.000,00 por parte da Prefeitura. Foram beneficiadas 13 propriedades

rurais, com o valor de R\$ 14.000,00 para construção de sala de ordenha de grande porte, e 08 propriedades rurais foram subsidiadas com o valor de R\$ 6.000,00 para construção de sala de ordenha de porte médio.

3.1.3 Programa de incentivo a suinocultura

Os incentivos a suinocultura estão descritos na Lei Municipal nº 1465 de 24 de julho de 2017, que autoriza o poder público municipal a efetuar o repasse de 75% (setenta e cinco por cento) das despesas necessárias, limitadas ao valor de até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), para adequação de cada pocilga.

O valor previsto, pode e deve ser utilizado no cercamento das pocilgas, especialmente na aquisição de cercas/telas, portões, palanques/estacas, cimento, areia e pedras para confecção da base para instalação da cerca. Esses investimentos, devem estar de acordo com a orientação e supervisão dos técnicos do Município e da Emater/RS - ASCAR e das empresas integradoras.

O Município assegurará que pelo menos até 40 (quarenta) agricultores por ano, sejam beneficiados com o desenvolvimento do Programa Municipal, podendo este número ser ampliado ou reduzido, caso existam demanda e/ou recursos financeiros disponíveis.

Salienta-se também que somente os agricultores residentes no Município, que possuem talão de produtor sediado no Município, e estiverem adimplentes perante o Município, poderão receber estes recursos. Os agricultores firmam

declaração de compromisso de permanência na atividade de suinocultura pelo período mínimo de 04 (quatro) anos a partir do recebimento dos recursos oriundos do Programa Municipal.

No programa de incentivo a suinocultura foram, 44 famílias beneficiadas, sendo que o investimento realizado pela Prefeitura Municipal foi de R\$ 183.000,00. A destinação dos recursos foi concedida, ao cercamento das pocilgas, o que representa um valor médio de R\$ 4.160,00 por beneficiado.

3.2 Caracterização das propriedades rurais que acessaram os programas de desenvolvimento rural

Foram entrevistadas 103 (cento e três) propriedades rurais do município de Barra do Rio Azul – RS, que foram beneficiadas com os programas municipais de desenvolvimento rural. Destas 44 (quarenta e quatro) foram beneficiadas no programa de incentivo a suinocultura, 38 (trinta e oito) no programa de incentivo a fruticultura e 21 (vinte e uma) no programa de incentivo a bovinocultura de leite.

A tabela a seguir representa o tamanho das propriedades beneficiadas pelos programas desenvolvidos pelo município.

Tabela 01- Tamanho das propriedades beneficiadas

Área	Suinocultura		Bovinocultura de leite		Fruticultura	
	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%
Até 15 ha	07	15,9%	05	23,8%	15	39,4%
De 16 ha a 25 ha	29	65,9%	13	61,9%	14	36,8%
De 26 ha a 35 ha	05	11,3%	03	14,2%	05	13,1%
Mais de 36 ha	03	6,8%	-	-	04	10,5%
Total	44	100%	21	100%	38	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2019

Verifica-se que a grande maioria das propriedades beneficiadas é de pequeno porte, das 103 propriedades pesquisadas 83 possuem uma área de até 25 hectares, o que representa 80% (oitenta por cento) do total, um número bem significativo. Vale destacar também, que essas propriedades possuem um relevo acidentado, o que dificulta o desenvolvimento de outras atividades, como o cultivo de grãos, por exemplo.

Na tabela 02 é possível identificar o quanto cada atividade representa na renda de cada família beneficiada.

Tabela 02 - Representatividade da atividade na renda da propriedade

% da renda	Suinocultura		Bovinocultura de leite		Fruticultura	
	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%
Até 25%	-	-	-	-	10	26,3%
De 26% a 50%	16	36,3%	08	38,1%	11	28,9%
De 51% a 75%	25	56,8%	13	61,9%	-	-
100%	03	6,8%	-	-	-	-
Total	44	100%	21	100%	38	55,2%

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

A atividade de suinocultura representa de 51% a 75% da renda de 56,8% dos beneficiados no programa, o que demonstra que ela é a principal fonte de renda da maioria dos beneficiados neste programa. A atividade de bovinocultura de leite, também é a principal fonte de renda para 61,9% dos beneficiados, que possuem a atividade representando de 51% a 75% da renda da família.

Porém, a atividade de fruticultura, aparece mais como um complemento de renda, pois apenas 55,8% dos beneficiados possuem renda oriunda da atividade, e representa no máximo 50% da renda. Esse fato se deve principalmente porque o programa é recente, e as mudas de laranja demoram alguns anos para começarem a produzir. E, por isso, certamente dentro de alguns anos essa atividade será mais representativa para esses agricultores.

Na tabela 03, pode-se observar o número de familiares que cada propriedade possui.

Tabela 03- Familiares que moram na propriedade

Nº de familiares	Suinocultura		Bovinocultura de leite		Fruticultura	
	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%
01	03	6,8%	-	-	02	5,2%
02	09	20,4%	08	38,1%	23	60,5%
03	14	31,8%	09	42,8%	11	29,1%
04 ou mais	18	40,9%	04	19,1%	02	5,2%
Total	44	100%	21	100%	38	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Em relação ao número de familiares nas propriedades beneficiadas destaca-se que 40,9% dos beneficiados no programa de suinocultura, estão em 4 ou mais integrantes por família. Já no programa de bovinocultura de leite, 42,8% dos que aderiram possuem 3 familiares. Porém, 60,5% das famílias beneficiadas no programa de fruticultura possuem apenas 2 integrantes. De acordo com os dados apresentados, este resultado é preocupante, pois possivelmente essas famílias não terão mão de obra suficiente para desenvolver a atividade, e também não terão um possível sucessor na família.

3.3 Resultados econômicos e sociais alcançados com a implementação dos programas de desenvolvimento rural

Neste item descreve-se acerca dos resultados sociais e econômicos alcançados com os programas de incentivos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul – RS.

Na tabela a seguir pode-se evidenciar quantas famílias possuem sucessão familiar. Consideramos para construção da tabela, três categorias, sendo que a primeira é composta por famílias que possuem crianças e adolescentes até 17 anos, que são possíveis sucessores. A segunda categoria composta por jovens de 18 a 30 anos que já assumiram a sucessão familiar. E, a terceira categoria composta por pessoas com mais de 31 anos de idade e que não possuem filhos.

Tabela 04 - Possível sucessão familiar nas propriedades rurais

Idade em anos	Suinocultura		Bovinocultura de leite		Fruticultura	
	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%
Até 17	12	27,2%	09	42,8%	08	21,1%
De 18 a 30	21	47,8%	08	38,1%	10	26,3%
Mais de 31	11	25%	04	19,1%	20	52,6%
Total	44	100%	21	100%	38	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Verifica-se na tabela que o programa de suinocultura é o que possui a maior porcentagem de possíveis sucessores familiares, com 47,8%. O programa bovinocultura de leite apresenta 38,1% das propriedades com sucessão familiar. E, no programa de fruticultura, verifica-se que 26% das propriedades rurais, terão sucessores.

Com base neste resultado, é possível enfatizar que a sucessão geracional poderá acontecer nestas propriedades rurais, mas desde que isso, esteja associado a outros elementos condicionadores. Pois, a renda, não se constitui como único elemento, para fomentar a permanência dos jovens no meio

rural. Segundo Deggerone (2013), a permanência dos jovens no meio rural está atrelada também a outros fatores, não somente a renda.

Os demais fatores destacados pelo estudo de Deggerone (2013) são: os jovens ao executarem atividades produtivas devem possuir autonomia e poder de decisão; a qualificação da mão de obra jovem; as relações de diálogo que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias; a percepção e conscientização dos pais e familiares, sobre a importância dos filhos continuarem no meio rural sem precisar migrar para os centros urbanos; as relações de gênero, valorizando a participação feminina; os pais incentivarem os filhos desde a infância a vida no meio rural, preparando e incentivando o mesmo a fazer suas escolhas, tomando como base a qualidade de vida; O acesso ao lazer também se constitui como um dos elementos que propicia a permanência, dos jovens no meio rural; Outro fator importante é o acesso aos serviços que o universo urbano propicia, como o acesso à informação e a comunicação interpessoal, tendo em vista a interação criada pelos jovens que passam a ter acesso à internet em diferentes locais.

Fica evidente que a renda é apenas um dos diversos fatores necessários para que o jovem permaneça no meio rural, é necessário que grande parte dos fatores apresentados acima contemplem os jovens, para que eles sintam-se motivados a desenvolver as atividades do meio rural.

Na tabela 05, apresenta-se a disposição dos agricultores, em investir na atividade produtiva, com e sem os incentivos recebidos pelo poder público municipal.

Tabela 05 - Disponibilidade de investimentos sem/e com os programas implementados

Alternativas	Suinocultura		Bovinocultura de leite		Fruticultura	
	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%
Sim	42	95,4%	01	4,8%	04	10,5%
Não	02	4,6%	20	95,2%	34	89,5%
Total	44	100%	21	100%	38	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Um fato que chama a atenção é de que 95,4% dos beneficiados no programa de suinocultura, investiriam na atividade sem que o governo municipal incentivasse. Isso se deve ao fato que o investimento para o cercamento da pocilga não é tão alto comparado com o valor total do investimento de uma pocilga, e é compensador investir e continuar na atividade. Pois, o cercamento também é um requisito obrigatório imposto pelas empresas integradoras.

Já em relação a bovinocultura de leite ocorre o oposto, pois cerca de 95,2% dos beneficiados, só investiram na atividade, porque receberam o auxílio do município. Isso ocorre, em virtude da atividade apresentar uma margem de lucro pequena, e sem um subsídio poucos se ariscam investir.

Na fruticultura, 89,5% dos beneficiados só investiram devido ao subsídio implementado pelo programa. Pois, esta atividade precisa de cerca de três anos para começar a dar retorno financeiro, e sem o subsídio seria difícil muitos agricultores investirem na atividade.

Ao serem questionados sobre qual a principal melhoria alcançada através dos programas, os suinocultores apontaram o aumento da lucratividade, visto que com o cercamento das pocilgas a propriedade atende as normas de biossegurança, e com isso passou a receber um bônus no valor pago por animal. Outro fator importante foi a adequação da propriedade nas legislações, permitindo que a mesma continuasse com a atividade no meio rural.

Após terem implementado as ações previstas pelos programas municipais, os suinocultores relataram que aumentaram a competitividade de suas unidades de produção. Pois, com as adequações realizadas, conseguiram atender as exigências para a comercialização dos suínos destinados à exportação, e com isso, a Integradora passou a conceder bônus aos suinocultores.

Segundo o técnico de suínos de uma empresa integradora, essas exigências são feitas pela empresa integradora visto que são demandadas pelos consumidores do mercado internacional. Essas exigências tem a finalidade de manter a sanidade dos animais, pois evitam que outros animais (possíveis transmissores) se aproximem, evitando principalmente o contato direto, principal forma de transmissão de muitas doenças.

Para os beneficiados no programa de bovinocultura de leite, a principal melhoria foi na qualidade de vida, pois com as salas de ordenha, ficou muito mais fácil, rápido e prático, realizar a atividade. Além de ter aumentado a qualidade do leite produzido, e conseqüentemente o aumento no valor do produto, principalmente pela sanidade do produto.

Os parâmetros de sanidade do leite estão descritos na Instrução Normativa nº 77 de 26 de novembro de 2018, que baliza como o leite deve ser produzido e acondicionado para que esteja em condições ideais de consumo e não afete a saúde dos consumidores. As salas de ordenha facilitam o atendimento a normativa, de acordo com a Embrapa (2008) as salas de ordenha permitem que as boas práticas de ordenha, higiene durante a ordenha e no ambiente da ordenha, sejam facilitados. Com isso, a condição higiênico-sanitária do leite pode possibilitar um aumento no retorno financeiro ao produtor, pela qualidade com que é fornecido. Os produtores de leite, também conseguiram aumentar a competitividade, pois com as novas instalações puderam aumentar o número de vacas em lactação e conseqüentemente a produção em litros/dia. E, por conta disso, eles conseguem receber um valor por litro maior, devido aos investimentos realizados em infraestrutura e no aumento da produção de leite entregue diária. Além disso, os agricultores beneficiados no programa de bovinocultura de leite foram os que mais relataram a melhoria nas condições de vida, devido à praticidade e agilidade ao desenvolver a atividade de ordenha dos animais, que ficou mais rápida e fácil de ser desenvolvida.

E, em relação aos fruticultores, o incentivo foi muito benéfico, pois os agricultores conseguiram adquirir as mudas de frutas, por um valor mais acessível, o que permitiu economizar recursos financeiros, na implantação dos pomares.

Além disso, os agricultores informaram que estes programas são de extrema importância, devido ao fato de que a maioria das propriedades rurais, por serem de pequeno porte, dispõem de pouco capital de giro, Isso tende a limitar o potencial de investimento das mesmas, devido a isso, os

programas desenvolvidos pela prefeitura municipal permitiram que o agricultor familiar investisse nas atividades produtivas, sem dispende de muitos recursos financeiros.

Em relação a operacionalização no município, os agricultores são beneficiados, de acordo com a ordem de inscrição e disponibilidade de recursos financeiros. Até, o momento o orçamento destinado para os programas foi suficiente, para atender o número de inscritos nos programas.

Para verificar se os recursos implementados foram aplicados conforme o projeto, são realizadas vistorias em cada um dos programas pela Secretaria de Agricultura e Extensionistas da EMATER/RS-ASCAR. No programa de incentivo a na fruticultura, são realizadas visitas, após o plantio de todas as mudas e conferido recibo de pagamento do fornecedor das mudas. Durante a vistoria, são avaliados o plantio, o espaçamento utilizado, são realizados alguns registros fotográficos, e é emitido um laudo aprovando ou não, a liberação do subsídio para o pagamento do investimento realizado.

No programa para a bovinocultura leiteira, depois de concluída a construção das instalações (salas de ordenha), as Instituições, procedem a realização de vistoria. Nesta visita, o procedimento consiste em vistoriar a obra, realizar registros fotográficos, conferir as notas fiscais dos materiais de construção utilizados na obra, e verificar se a obra atende ao projeto técnico. Por fim, é emitido o laudo, que autoriza/desautoriza a prefeitura realizar o repasse do valor conforme previsto na lei, para o beneficiado.

No programa de incentivo a suinocultura, também é emitido laudo com registro fotográfico após a vistoria das Instituições, para autorização do repasse ao beneficiado, desde que comprovadas com notas fiscais.

Por fim, as instituições destacam que os programas implementados pelo município da Barra do Rio Azul, são importantes, pois proporcionam desenvolvimento as propriedades rurais, elevando o nível de produção e conseqüentemente a receita das propriedades. Os programas também incentivam na diversificação, das atividades geradoras de renda na propriedade, e conseqüentemente melhorando o nível socioeconômico das famílias rurais.

Além disso, a Prefeitura Municipal, por conta dos investimentos realizados na atividade leiteira conquistou o prêmio Estadual Gestor Público na modalidade destinada aos programas desenvolvidos no setor de Agricultura. Outros estudos sobre políticas públicas apontam que o município de Barra do Rio Azul é um dos destaques no estudo desenvolvido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) que divulgou o levantamento dos dados com análise a partir de 4 indicadores: Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos, construído com base nas contas municipais de 2018. Foram analisados 5.337 municípios brasileiros, Barra do Rio Azul conquistou nota máxima no indicador Investimentos. No Brasil, excelência ficou restrita a apenas 795 municípios (14,9% do total) sendo que, destas, somente 419 investiram mais de 12% de sua receita total, entre eles Barra do Rio Azul. Quase a metade das prefeituras (47%) foram classificadas com situação crítica neste quesito, porque não conseguiram investir mais de 3% do seu orçamento.

Segundo a gestão pública municipal, as atividades previstas pelos programas, devem ter continuidade, para beneficiar o maior número de famílias possíveis. Pois, os programas tendem a oportunizar que os jovens permaneçam no meio rural, favorecendo a sucessão familiar. Além disso, os programas são de fundamental importância para o desenvolvimento e modernização das propriedades rurais, e para o desenvolvimento do município.

Dessa forma, com base nos resultados alcançados pelos programas, das 445 propriedades rurais do município, 103 foram beneficiadas nos programas de incentivo desenvolvidos pelo município, o que representa 23,1% do total e demonstra que os programas devem continuar e outros devem ser criados a fim de contribuir com o maior número possível de agricultores.

Além disso, é importante salientar, que o município, também possui outro programa de incentivo a construção, ampliação ou melhorias de instalação agropecuárias. Este programa, subsidia 80% do valor da hora máquina utilizada para a realização de terraplanagem, abertura de estradas, e preparação de terrenos, em relação aos programas de fruticultura, bovinocultura leiteira e suinocultura. A administração municipal, já realizou o subsídio de 1.535 horas máquinas, sendo que destas, 1.000 horas foram realizadas em empreendimentos destinados a produção de suínos; 335 horas destinadas a fruticultura e 200 horas para a construção de salas de ordenha. No total, foram investidos cerca de R\$ 235.412,00 por parte da prefeitura municipal aos agricultores familiares, neste programa.

Por fim, estima-se segundo informações prestadas pela prefeitura municipal da Barra do Rio Azul, que os investimentos realizados aumentarão em 6% o retorno de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a médio e longo prazo, um incentivo fiscal de cerca de R\$190.000,00 na receita do município. Sendo, que o maior retorno será na atividade de suinocultura, cerca de 89% deste valor.

Outra importante informação é o tempo de retorno do valor investido pelo município em cada programa, foi utilizado o retorno de ICMS de cada atividade para estimar o tempo de retorno do investimento feito em cada programa. Na atividade de suinocultura a estimativa é de que em aproximadamente 2,1 anos o valor do investimento retorne aos cofres públicos, na atividade de bovinocultura de leite o tempo estimado é de 5,4 anos e no programa de fruticultura o retorno financeiro é estimado em 11,2 anos. Deve-se ressaltar que o retorno do ICMS ocorre apenas no ano seguinte ao da venda dos produtos, isso aumentou o tempo de retorno. Na atividade de fruticultura o tempo de retorno é ainda maior, devido ao fato das mudas demandarem 3 anos para início da produção.

5 Considerações finais

Os incentivos a fruticultura estão descritos na Lei Municipal nº 1497 de 12 de março de 2018. O programa beneficiou até o momento 38 famílias, realizou-se o plantio cerca de 70 hectares de pomares, o valor investido no programa foi de R\$ 120.000,00. Os incentivos a bovinocultura de leite estão descritos na Lei Municipal nº 1498 de 12 de março de

2018. O programa atendeu 21 famílias, e teve um investimento de R\$ 230.000,00. Os incentivos a suinocultura estão descritos na Lei Municipal nº 1465 de 24 de julho de 2017, no programa 44 famílias foram beneficiadas, sendo que o investimento realizado foi de R\$ 183.000,00. Nos três a prefeitura investiu um valor total de R\$ 533.000,00 e beneficiou 103 famílias.

Verifica-se que a grande maioria das propriedades beneficiadas é de pequeno porte, das 103 propriedades pesquisadas 83 possuem uma área de até 25 hectares, o que representa 80% (oitenta por cento) do total, um número bem significativo.

Em relação ao número de familiares nas propriedades beneficiadas destaca-se que 40,9% dos beneficiados no programa de suinocultura, estão em 4 ou mais integrantes por família. Já no programa de bovinocultura de leite, 42,8% dos que aderiram possuem 3 familiares residindo na propriedade. Porém, 60,5% das famílias beneficiadas no programa de fruticultura possuem apenas 2 integrantes.

Quanto à sucessão familiar, o programa de suinocultura é o que possui a maior porcentagem de possíveis sucessores familiares, com 47,8%. O programa bovinocultura de leite apresenta 38,1% das propriedades com sucessão familiar. E, no programa de fruticultura, verifica-se que 26% das propriedades rurais, terão sucessores.

Após terem implementado as ações previstas pelos programas municipais, os suinocultores relataram que aumentaram a competitividade de suas unidades de produção. Para os beneficiados no programa de bovinocultura de leite, a

principal melhoria foi na qualidade de vida, pois com as salas de ordenha, ficou muito mais fácil, rápido e prático, realizar a atividade.

Os programas implementados pelo município da Barra do Rio Azul, são importantes, pois proporcionam desenvolvimento as propriedades rurais, elevando o nível de produção e conseqüentemente a receita das propriedades. Os programas também incentivam na diversificação, das atividades geradoras de renda na propriedade, e conseqüentemente melhoram o nível socioeconômico das famílias rurais.

Segundo a gestão pública municipal, as atividades previstas pelos programas, devem ter continuidade, para beneficiar o maior número de famílias possíveis. Pois, os programas tendem a oportunizar que os jovens permaneçam no meio rural, favorecendo a sucessão familiar. Além disso, os programas são de fundamental importância para o desenvolvimento e modernização das propriedades rurais, e para o desenvolvimento do município.

A hipótese do estudo partiu da premissa de que as ações que estão sendo desenvolvidas pelo município de Barra do Rio Azul estão colaborando com o desenvolvimento rural, garantindo uma maior qualidade de vida e um maior retorno financeiro aos agricultores, além de estimular a permanência do jovem no meio rural. A pesquisa demonstrou que a hipótese inicial se confirmou, principalmente o aumento da qualidade de vida e do retorno financeiro, a questão referente à permanência do jovem no meio rural é razoável, mas pode ser melhorada.

Com base nos resultados alcançados pelos programas, concluímos que das 445 propriedades rurais do município, 103 foram beneficiadas nos programas de incentivo desenvolvidos pelo município, o que representa 23,1% do total e demonstra que os programas devem continuar e outros devem ser criados a fim de contribuir com o maior número possível de agricultores.

Outra importante informação é o tempo de retorno do valor investido pelo município em cada programa, foi utilizado o retorno de ICMS de cada atividade para estimar o tempo de retorno do investimento feito em cada programa. Na atividade de suinocultura a estimativa é de que em aproximadamente 2,1 anos o valor do investimento retorne aos cofres públicos, na atividade de bovinocultura de leite o tempo estimado é de 5,4 anos e no programa de fruticultura o retorno financeiro é estimado em 11,2 anos. Deve-se ressaltar que o retorno do ICMS ocorre apenas no ano seguinte ao da venda dos produtos, isso aumentou o tempo de retorno.

Por fim, segundo informações prestadas pela prefeitura municipal da Barra do Rio Azul, os investimentos realizados aumentarão em 6% o retorno de ICMS a médio e longo prazo, um incentivo fiscal de cerca de R\$190.000,00 na receita do município. Essa é uma importante iniciativa para que o município venha a se tornar autossuficiente no futuro, é apenas um indicador de que o município está no caminho certo em busca da autossuficiência, mas para isso os investimentos não podem parar, e novos programas devem ser criados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA D. C. D. **Um Estudo de Políticas Públicas-** Um Estudo de Caso do Programa Mulheres Mil em Alagoas com Enfoque na Eficiência, Eficácia e Efetividade. 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3515>>. Acesso em 05 jun. 2019.

BARRA DO RIO AZUL, Legislativo Municipal. **Lei Ordinária 1465/2017, de 24 de julho de 2017.** Barra do Rio Azul-RS, 04 de setembro de 2017; Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/b/barra-do-rio-azul/lei-ordinaria/2017/147/1465/lei-ordinaria-n-1465-2017-autoriza-o-poder-executivo-a-desenvolver-o-programa-municipal-de-incentivo-aos-suinocultores-e-da-outras-providencias?q=suinocultura>>. Acesso em 11 ago. 2019.

BARRA DO RIO AZUL, Legislativo Municipal. **Lei Ordinária 1497/2018, de 12 de março de 2018.** Barra do Rio Azul-RS, 12 de abril de 2018; Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/b/barra-do-rio-azul/lei-ordinaria/2018/150/1497/lei-ordinaria-n-1497-2018-autoriza-o-poder-executivo-a-desenvolver-o-programa-municipal-de-incentivo-aos-fruticultores-e-da-outras-providencias?q=pomares>>. Acesso em 10 ago. 2019.

BARRA DO RIO AZUL, Legislativo Municipal. **Lei Ordinária 1498/2018, de 12 de março de 2018.** Barra do Rio Azul-RS, 12 de abril de 2018; Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/b/barra-do-rio-azul/lei-ordinaria/2018/150/1498/lei-ordinaria-n-1498-2018-autoriza-o-poder-executivo-a-desenvolver-o-programa-municipal-de-incentivo-aos-bovinocultores-de-leite-e-da-outras-providencias?q=salas+de+ordenha>>. Acesso em 12 ago. 2019.

BRASIL, Diário Oficial da União. **Instrução Normativa nº 77, de 26 de novembro de 2018**. Brasília, 30 de novembro de 2018; Disponível em: < http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750141/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-77-de-26-de-novembro-de-2018-52749887>. Acesso em 10 ago. 2019.

CALDAS R. W. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. 2008. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/n especiais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2019.

CARMO W. **O Desmonte das Políticas Públicas Ambientais no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://emperiododireito.com.br/leitura/o-desmonte-das-politicas-publicas-ambientais-no-brasil>>. Acesso em 15 nov. 2019.

DEGGERONE Z. A. **A Permanência dos Jovens nas Unidades de Produção Familiares na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/487/1/2013ZeniceiaAngelitaDeggerone.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2019.

EMBRAPA. **Boas Práticas de Ordenha**. 2008. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/228631/>>. Acesso em 16 nov. 2019.

FERREIRA L. D. C. **Indicadores Político-Institucionais de Sustentabilidade: Criando e Acomodando Demandas Públicas**. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20425.pdf>>. Acesso em 09 nov. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRISA C; SCNHEIDER S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. UFRGS editora, 1ª ed. 2015.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/barra-do-rio-azul/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=29519>>. Acesso em 23 mai. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/barra-do-rio-azul/panorama>>. Acesso em 23 mai. 2019.

JR, V,S; GRANDI, A,M,D; BESEN, F,G. **Políticas Públicas Municipais para o Desenvolvimento Rural e agricultura Familiar em Municípios da Costa Oeste Paranaense**. 2019. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1648/1610>>. Acesso em 23 set. 2019.

KAGEYAMA A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. UFRGS editora, 1ª ed. 2008.

MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C.; PAINE, A. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: EdUERJ. Rio de Janeiro, 134 págs., 1998.

NIEDERLE, P. *et al.* **Narrative Disputes over Family-Farming Public Policies in Brazil: Conservative Attacks and**

Restricted Countermovements. 2018. Disponível em: <<https://larrlasa.org/articles/10.25222/larr.366/>>. Acesso em 20 ago. 2019.

PAGANELLA M. R. *et al* **Desenvolvimento Rural: uma Análise Bibliométrica**. 2017. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xviiimostrappga/paper/viewFile/5505/1775> >. Acesso em 15 jul. 2019.

SOUZA C. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. 2002. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2019.

SCNHEIDER S. **A abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e Suas Articulações Externas**. Porto Alegre: Sociologias, ano 6, nº11, P 88-125, jan/jun 2004.

SCNHEIDER S. **Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, V. 30, nº 3, p 511 – 531, jul.-set. 2010.

VEIGA J. E. d. **Uma Estratégia de Desenvolvimento Rural para O Brasil**. XXI Encontro Anual da ANPOCS,1997. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st01-2/5212-joseveiga-uma-estrategia/file>>. Acesso em 30 jun. 2019.

SUCESSÃO GERACIONAL FAMILIAR: UMA PESQUISA COM JOVENS FILHOS DE ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS (RS)

Eduardo Zambon Sartori
Carlos Alberto Frantz dos Santos

Introdução

No atual contexto econômico, a Agricultura Familiar vem exercendo um papel importante para o desenvolvimento do país. Além de produzir quase toda alimentação que é consumida pelos brasileiros, é uma grande fonte de geração de emprego e renda no meio rural (SILVESTRO ET AL., 2001).

Segundo Wanderley (2009), a Agricultura Familiar é a agricultura praticada pela família que ao mesmo tempo é dona dos meios de produção e trabalha no local produtivo. A Agricultura Familiar é muito importante para o desenvolvimento local, pois evita e/ou diminui o êxodo rural. Também tem como destino para o mercado local e regional a comercialização da grande maioria de sua produção. Portanto, a continuação das atividades da Agricultura Familiar por meio de sucessão geracional é uma das únicas maneiras para dar continuidade a este tipo de empreendimento (SILVESTRO ET AL., 2001).

Contudo, os debates sobre a sucessão geracional na Agricultura Familiar têm ocorrido constantemente, mas nem

toda essa atenção dada para a agricultura tem sido suficiente para manter o jovem agricultor no campo. Muitos deles migram para a cidade e isso gera dificuldade para a continuidade da gestão da própria família na propriedade rural. Segundo Feijó (2011), as pessoas ainda estão deixando o campo pela cidade e o êxodo rural continua muito significativo, onde os desafios e as incertezas são grandes quanto ao futuro das propriedades familiares rurais.

Brumer (2008) descreve que a sucessão geracional da Agricultura Familiar depende de uma série de fatores: o incentivo das cooperativas regionais e familiares, das condições socioeconômicas, do tipo de trabalho, da educação e do lazer. Estes fatores podem facilitar ou dificultar a permanência dos jovens no meio rural. Além disso, existe ainda a forma diferenciada de sucessão entre homens e mulheres, pois na maior parte dos casos os pais preferem filhos homens para dar a sucessão na propriedade.

Nesse contexto, as cooperativas de crédito rural trabalham de forma a auxiliar as propriedades nas suas necessidades, facilitando o acesso ao crédito e gerando uma maior satisfação para os adquirentes de crédito. Além de auxiliarem as propriedades com cursos e palestras referentes ao bom andamento da propriedade, gerando um fator positivo para a sucessão familiar.

Assim, a hipótese deste estudo parte da premissa de que a cooperativa de crédito rural, ao desenvolver ações voltadas para a sucessão geracional poderá contribuir para a consolidação da cooperativa, pois a permanência dos jovens no meio rural

representa a possibilidade de manutenção do número de associados na própria cooperativa.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é descrever fatores relevantes para o processo de sucessão geracional nas propriedades dos associados de uma cooperativa de crédito do município de Viadutos (RS). Os objetivos específicos são caracterizar as propriedades rurais associadas a cooperativa de crédito; identificar os fatores que podem interferir no processo de sucessão geracional dos associados da cooperativa; identificar as ações da cooperativa que podem contribuir na permanência dos associados no meio rural.

Este trabalho se justifica pela importância de compreender melhor os fatores que interferem na permanência dos jovens de Viadutos (RS) no meio rural. Estas informações são pertinentes para o estabelecimento de ações, tanto por parte da cooperativa quanto do poder público, no sentido de mitigar os impactos do êxodo rural na região do estudo. Ao serem identificados os fatores causadores da saída dos jovens do meio rural, podem ser elaborados programas que auxiliem os jovens e os motivem a permanecerem no meio rural e continuem sendo associados à cooperativa de crédito.

A estrutura deste estudo contempla, além desta introdução, uma breve referencial abordando conceitos relevantes para este estudo. Posteriormente, apresenta-se o método utilizado no desenvolvimento da pesquisa. Por fim, são apresentados os resultados e as considerações finais.

1. Referencial teórico

Esta seção apresenta dois tópicos: inicialmente o conceito de agricultura familiar é discutido. Posteriormente, a sucessão geracional em propriedades rurais e Cooperativas de Crédito Rural.

1.1 Agricultura familiar

A Agricultura Familiar teve seu conceito formalizado a partir da Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006), a qual considera:

Agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente os seguintes requisitos: I – Não detenha a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – Dirija seu empreendimento ou estabelecimento com a sua própria família. (BRASIL, 2006, art.3).

Segundo Wanderley (2009), a Agricultura Familiar é a atividade praticada pela família que ao mesmo tempo é dona dos meios de produção e trabalha no local produtivo. Ainda, ela é responsável por grande quantidade dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros, sendo muito importante para o desenvolvimento local, evita e/ou diminui o êxodo rural e tem como destino a comercialização da grande maioria de sua produção para o mercado local e regional. As pequenas e médias

propriedades são os espaços onde se produzem boa parte dos alimentos que são consumidos no dia a dia, que são necessários à sobrevivência e à segurança alimentar e nutricional.

Segundo Magri e Correa (2012, p. 94), “a Agricultura Familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país”. De acordo com Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2017) em parceria com Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), no Brasil 77% das propriedades rurais são familiares, no que demonstra que cerca de 3,9 milhões de propriedades são familiares.

Gasson e Errington (1993) desenvolvem uma definição mais detalhada sobre Agricultura Familiar que concilia as relações entre o estabelecimento e a propriedade ou a família, definindo as características de que: a gestão encontra-se nas mãos dos proprietários; os proprietários do estabelecimento estão ligados entre si por laços de parentesco; é de responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento; o trabalho é feito pela própria família; o patrimônio e a gestão do estabelecimento são passados de geração para geração; e os membros da família vivem no estabelecimento.

O futuro da Agricultura Familiar depende da sucessão familiar no setor. Esta sucessão consiste na transferência de pai para filho dos conhecimentos das atividades produtivas, gestão de negócios e da posse das terras e do patrimônio, que está relatado na próxima subseção do texto.

1.2 Sucessão geracional da juventude em propriedades rurais

A juventude está presente na reprodução social das famílias rurais e se insere no estabelecimento agrícola através do trabalho, ou seja, caracteriza-se pela unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (LAMARCHE, 1993).

Brumer (2008) afirma que a perspectiva de continuidade da Agricultura Familiar e de suas unidades produtivas depende de uma série de fatores, que dificultam ou facilitam a permanência dos jovens, dentre esses fatores estão:

As condições socioeconômicas familiares e da unidade produtiva; ao tipo de trabalho realizado; às oportunidades de trabalho existentes na Agricultura Familiar; à educação; ao acesso ao lazer, ao tipo de lazer existente e às expectativas dos jovens sobre o lazer no meio rural; à participação e ao envolvimento em movimentos sociais; à possibilidade de o jovem ter trabalho remunerado e autonomia para tomar decisões sobre seu trabalho e seus gastos pessoais; à perspectiva de herdar a propriedade; à percepção sobre o trabalho agrícola e o modo de vida no meio rural; ao acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens; à perspectiva matrimonial com moças ou rapazes do meio rural. (BRUMER, 2008, p. 13).

São estas dimensões que constroem as razões e as motivações dos jovens de querer ou não ser agricultor (a), de querer ou não ficar no meio rural. Assim, estes fatores precisam estar de acordo com as perspectivas dos jovens para que eles efetuem a sucessão na Agricultura Familiar.

Para Duarte e Oliveira (2010), a sucessão acontece quando uma geração abre espaço para que a outra assuma a responsabilidade. Esse tipo de transição entre gerações é o que tem recebido maior ênfase nas empresas familiares. Neste tipo de sucessão, o controle da empresa passa às mãos de um membro da família: a geração seguinte assume o lugar deixado vago pelo sucedido.

Nas pesquisas que envolvem a problemática é aconselhado realizar a sucessão enquanto o fundador ainda vive, tanto para preparar os sucessores, quanto para discutir sobre a pretensão do novo sucessor para assumir a empresa e a possibilidade de aceitarem serem sócios um do outro. De tal modo que os laços sanguíneos não interfiram nas obrigações da empresa e nem atrapalhe o relacionamento da família (DUARTE; OLIVEIRA, 2010).

Um assunto muito relacionado à sucessão geracional é o abandono dos jovens de suas atividades no meio rural. Isto pode ser motivado por diferentes aspectos que podem ser divididos entre fatores atrativos e repulsivos.

Dentre os pontos atrativos, Wanderley (2009) argumenta sobre a imagem das oportunidades fornecidas nas cidades. A força de atração das cidades age de maneira mais forte do que a força de repulsão do campo. Assim, os jovens tendem a buscar melhores ofertas de emprego no meio urbano. Além disso, considera-se que nas cidades terão melhores condições financeiras. O rápido acesso aos bens materiais, serviços e produtos, além da maior oferta de serviços públicos como hospitais e escolas.

Já para os fatores repulsivos Wanderley (2009) orienta que as forças atuam quando os processos socioeconômicos de uma sociedade afastam a população do campo. Os principais fatores que causam essa força repulsiva são a concentração fundiária (pouca disponibilidade de terras produtivas para os mais pobres), baixos salários e a mecanização do campo fazendo com que vários postos de trabalho sejam extintos.

Carneiro (2007) afirma que o fato dos jovens voltarem ao meio rural ou permanecer nele, não significa uma derrota ou um fracasso. Isto pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos, compartilhando os mesmos códigos e valores. Além disso, ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades, pois as condições atuais da agricultura são melhores que antigamente.

Isto torna a agricultura mais atraente para os jovens, e, contudo, existe um maior interesse de permanecer, pois podem ter boas condições de vida e contarem com diversos auxílios de comunidades, instituições e até cooperativas de crédito dispostas a ajudarem a propriedade com recursos financeiros.

1.3 Cooperativas de crédito rural

Segundo Schardong (2002), o Cooperativismo é uma maneira pela qual a sociedade se organiza por meio de ajuda mútua para resolver diversos problemas comuns relacionados ao cotidiano dos indivíduos. Assim, pode se definir uma cooperativa como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e

necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido (SCHARDONG, 2002).

Este modelo cooperativo tem sido usado para viabilizar negócios em vários campos de atuação, de modo a propiciar melhor entendimento da formação, da estrutura, da composição e da participação nos diversos setores econômicos.

Para o Banco Central do Brasil (BACEN, 2018), as cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros a seus associados. Já os cooperados exercem o papel de donos e usuários dela participando da sua gestão e usando seus serviços e seus produtos. Assim, em uma cooperativa de crédito são encontrados os principais serviços que estão disponíveis em outras instituições financeiras. Com o passar do tempo as novas regularizações permitiram que as cooperativas passassem a atuar de maneira de igualdade com os bancos, oferecendo os mesmos produtos e serviços.

De acordo com o BACEN (2018), é importante ressaltar que os associados têm um poder de voto igual, independentemente de seu capital e sua cota parte. Assim, no final de cada ano, em assembleia geral, apresentam-se os resultados contábeis, e havendo sobras ou faltas, o valor é rateado entre os associados.

O objetivo da constituição de uma cooperativa de crédito é prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, possibilitando o acesso ao crédito e outros produtos financeiros como aplicações, investimentos,

empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguros (BACEN, 2018).

O sistema de acesso ao crédito cooperativo busca por intermédio da ajuda mútua uma melhor administração dos recursos financeiros, com o objetivo de prestar assistência creditícia e oferecer produtos e serviços de origem financeira a seus associados com condições vantajosas e favoráveis, tornando a cooperativa uma alternativa viável para seus cooperados.

Spanevello e Lago (2007), dizem que as cooperativas são meios de desenvolvimento rural, pois elas buscam uma maior produção e renda para seus associados. Isto gera aumento na arrecadação nos municípios onde estas estão instaladas.

Para Spanevello e Lago (2007), o trabalho em conjunto através de cooperativas traz diversas vantagens, pois busca solucionar problemas que os agricultores enfrentam na garantia de preços justos para seus produtos e alternativas para aquisição de bens e serviços. Hoje isso causa uma forte influência diante dos jovens, por saberem que podem contar com um grupo na luta diária de seu empreendimento rural, garantindo a continuação das atividades rurais e sua permanência no campo.

Segundo Spanevello e Lago (2007), as cooperativas não trabalham somente com a questão produtiva e comercial dos produtos de seus sócios, elas também levam ao associado à oportunidade de qualificação, ajudando assim na inclusão do mercado competitivo. Com isso, as cooperativas expõem algumas alternativas que fazem com que os jovens tenham um maior interesse pela agricultura, tornando uma boa maneira de

ampliar o conhecimento, garantindo a permanência de diversos jovens no campo.

Contudo, o cooperativismo fornece linhas de acesso ao crédito de forma qualificada, atuando de maneira eficaz nos processos de agregação de valor na industrialização e comercialização da produção de seus associados, contribuindo assim com a inclusão social de milhares de pessoas do meio rural e urbano (MAGRI; CORREA, 2012).

Para Magri e Correa (2012), o cooperativismo assume a responsabilidade de integrar-se nas maneiras de desenvolvimento integral. Ele tem como base as organizações sociais, a cidadania, os direitos humanos do trabalho e renda, saúde, educação, moradia e segurança alimentar, promovendo maior acesso à terra, ao crédito, ao mercado e com as novas formas de relação entre o campo e a cidade.

De certa forma, os jovens de hoje sentem-se influenciados a continuar no meio rural, em verificar que trabalhando em conjunto diversas vantagens podem ser adquiridas, e verificando que o cooperativismo possui o objetivo de solucionar problemas enfrentados no campo diariamente.

Magri e Correa (2012) dizem que as cooperativas promovem várias ações voltadas para o desenvolvimento local e regional. Sendo ela um instrumento que fortalece a gestão local e envolvem as pessoas em processos inclusivos de formação, autonomia e decisão. Assim, melhorando o acesso dos micros e pequenos agricultores aos empréstimos, reduzindo os custos de transação entre emprestadores e tomadores de crédito, visto que

se processa um grande empréstimo com o proprietário externo dos fundos e depois é repassado aos associados da cooperativa.

2. Procedimentos metodológicos

Para atender aos objetivos deste estudo, foi realizada uma pesquisa do tipo *survey*, de cunho descritivo e abordagem quantitativa. O critério de seleção da amostra foi estabelecido a partir dos associados da cooperativa que realizaram movimentações financeiras, durante os dias 1 a 6 de setembro de 2019. Durante o período analisado 178 cooperativados realizaram movimentações financeiras na instituição. Para os filhos destes associados foi realizado um convite para participar do estudo.

Assim, o questionário foi enviado através de e-mails, mensagens por redes sociais e, em alguns casos, os dados foram coletados presencialmente (principalmente por dificuldades de acesso a Internet por parte dos entrevistados). O questionário foi respondido por 52 filhos de agricultores.

O questionário apresentou 31 questões (abertas e fechadas), relacionadas com os temas de caracterização dos agricultores e de seus estabelecimentos rurais; gestão dos estabelecimentos familiares; sucessão geracional; e formas de influência da cooperativa no processo sucessão geracional. Os dados foram analisados com o auxílio da estatística descritiva através de tabelas e gráficos.

3. Resultados e discussões

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa. Inicialmente é realizada a identificação do perfil da amostra. Após, são descritas as características das propriedades rurais. Na sequência, são descritos os fatores que podem interferir no processo de sucessão geracional. E, por último, são apresentadas as ações da cooperativa e os fatores que podem contribuir na permanência dos filhos dos associados no meio rural.

3.1 Caracterização dos filhos dos agricultores

A tabela 1 (na próxima página) sintetiza o perfil dos jovens filhos de agricultores familiares em relação ao gênero, à idade, ao estado civil, à escolaridade e à renda familiar.

Tabela 1-Perfil da amostra

	Gênero	Idade	Estado Civil	Escolari- dade	Renda Familiar
Feminino	40% (n=21)				
Masculino	60% (n=31)				
15 – 20 anos		31% (n=16)			
21 – 25 anos		46% (n=24)			
26 – 29 anos		23% (n=12)			
Solteiro			69% (n=36)		

Casado			23% (n=12)		
Outro			8% (n=4)		
Ens. Fund. Inc.				6% (n=3)	
Ens. Fund. Comp.				0% (n=0)	
Ens. Méd. Inc.				33% (n=17)	
Ens. Méd. Comp.				40% (n=21)	
Ens. Sup. Inc.				17% (n=9)	
Ens. Sup. Comp.				4% (n=2)	
Até 1 Salário Mín.					0% (n=0)
Entre 1 e 4 S. Mín.					50% (n=26)
Entre 4 e 7 S. Mín.					34% (n=18)
Mais de 7 S. Mín.					16% (n=8)

Fonte: os autores (2019)

Como pode ser observado na tabela 1, a amostra se caracteriza em sua maioria de homens (60%). A idade da amostra está bem distribuída entre as faixas analisadas, mas a maioria (46%) tem com idade entre 21 e 25 anos. Em relação ao nível de ensino, é baixo o nível de entrevistados com ensino superior completo (apenas 4%). A maioria dos entrevistados possui ensino médio completo (40%).

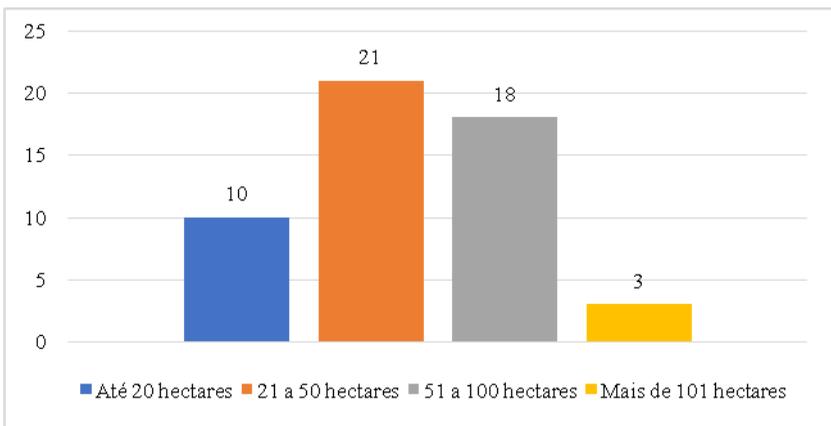
Metade da amostra (50%) possui renda entre um e quatro salários mínimos. E a outra metade da amostra possui renda

acima de quatro salários mínimos. Após esta descrição, na próxima seção apresenta as características das propriedades rurais.

Caracterização das propriedades rurais

Inicialmente os entrevistados foram questionados sobre o tamanho de suas propriedades. As respostas são expressas em hectares pertencentes à propriedade do entrevistado. Os dados são apresentados na figura 1, abaixo.

Figura 1 – Tamanho das Propriedades dos Entrevistados

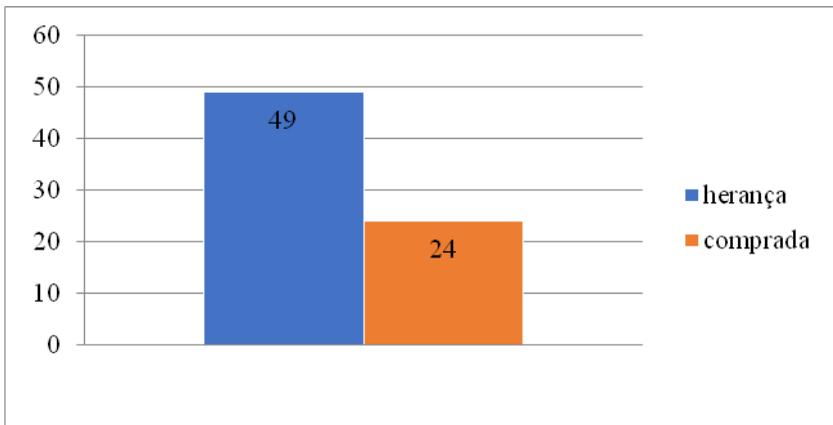


Fonte: os autores (2019)

Os resultados indicam que 59% da amostra (n=31) possuem propriedades de até 50 hectares. Portanto, a maioria dos entrevistados possui propriedades de pequeno e médio porte.

Outra informação importante refere-se ao formato de aquisição das terras. A grande maioria das propriedades (94%) apresenta uma continuação na produção repassada de seus ancestrais através de herança. Portanto, apenas 6% dos entrevistados não herdaram terras e necessitaram adquirir suas propriedades. Outra informação é que 40% dos entrevistados além de herdarem terras conseguiram comprar lotes com o passar do tempo. Estas informações são representadas na figura 2, abaixo.

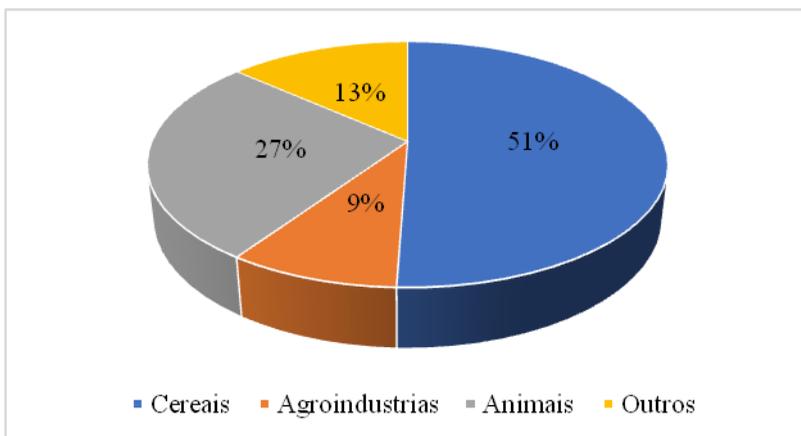
Figura 2 – Forma de aquisição das terras



Fonte: os autores (2019)

A figura 3, (abaixo), apresenta os tipos de produtos que são produzidos pelos entrevistados.

Figura 3 – Tipos de produtos produzidos pelos Entrevistados.

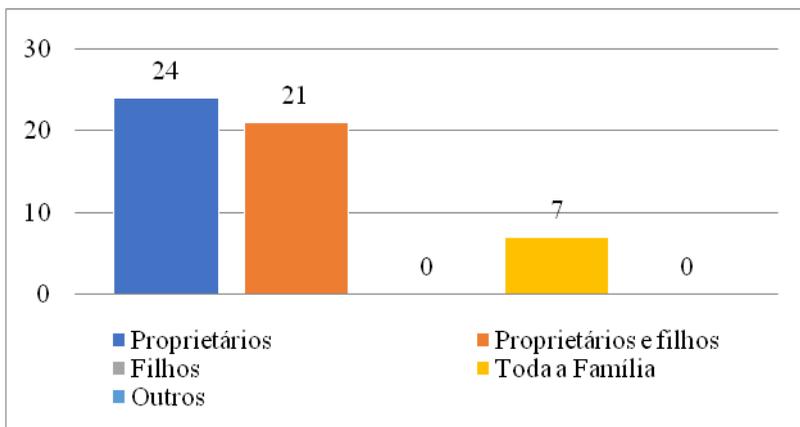


Fonte: os autores (2019)

A categoria “animais” representa 27% da amostra e nela são encontradas as produções de suínos, aves, bovinos de leite e de corte, caprinos, ovinos, bubalinos, peixes entre outros itens que auxiliem na arrecadação de renda da propriedade. Nos casos de agroindústrias (9% dos respondentes) são encontrados pães,ucas, bolachas, salgados, bolos, pizza, embutidos, leites e queijos. Os itens “outros” (13% da amostra) são: erva-mate, verduras e frutas.

Outro aspecto questionado foi sobre a forma de gestão da propriedade. A figura 4, abaixo, apresenta estes resultados.

Figura 4 - Formato da gestão na propriedade



Fonte: os autores (2019)

De acordo com a figura 4 é possível observar que a maioria das propriedades é gerida apenas pelos proprietários/pais (46%). Todavia, 40% das propriedades são geridas de forma conjunta entre proprietários e seus filhos e uma pequena parcela (14%) gerida por toda a família. Por outro lado, não há propriedades geridas apenas pelos filhos.

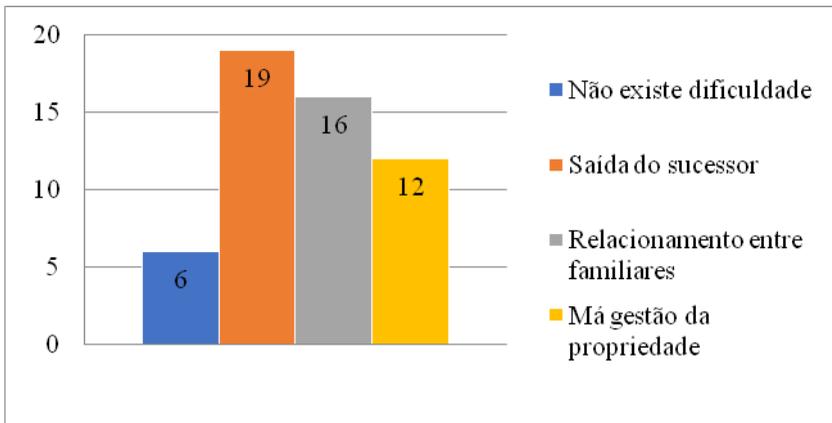
4.3 Identificação dos fatores que interferem no processo de sucessão geracional

Inicialmente os jovens foram questionados se pretendem ou não continuar com suas atividades no meio rural. De acordo com as respostas, 46% dos jovens (n=24) pretendem continuar com as atividades rurais e apenas 25% deles (n=13) não pretendem, enquanto outros 29% (n=15) alegam que talvez continuem suas atividades no meio rural.

Após, os jovens foram questionados se existe alguma preparação para o processo de sucessão geracional: apenas 19% (n=10) afirmam que existe um processo de sucessão e 37% (n=19) alegam não existir. Os 44% restantes (n=23) afirmam que a preparação ocorre apenas em algumas situações.

Em seguida, os entrevistados foram questionados sobre as principais dificuldades encontradas durante o processo de sucesso familiar. Verifica-se que os fatores mais preocupantes são a saída do sucessor do meio rural (n=19) e o relacionamento entre os familiares (n=16).

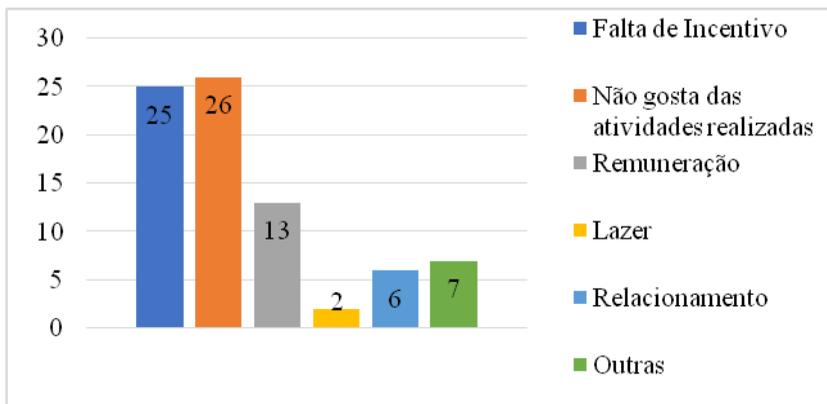
Figura 5 - Principais dificuldades no processo de sucessão familiar



Fonte: os autores (2019)

Para melhor compreender estes dados, os jovens foram questionados sobre os fatores que influenciam a sua saída do meio rural. As respostas estão apresentadas na figura 6, abaixo.

Figura 6 - Fatores que influenciam a saída dos jovens do meio rural



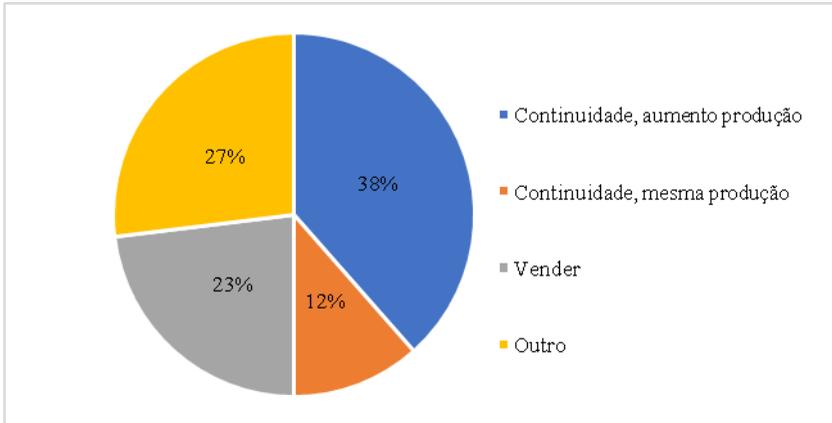
Fonte: os autores (2019)

Verifica-se que o desgosto pelas atividades e a falta de incentivos (principalmente dos pais e amigos) foram os principais fatores respondidos. Além disto, a remuneração contribui para a saída dos jovens do meio rural. Portanto, observa-se uma relação entre as respostas com os conceitos de Brumer (2008).

Para Brumer (2008), as condições socioeconômicas familiares e da unidade produtiva; ao tipo de trabalho realizado; às oportunidades de trabalho existentes na Agricultura Familiar; à possibilidade de o jovem ter trabalho remunerado e autonomia; à perspectiva de herdar a propriedade; à percepção sobre o trabalho agrícola interferem na decisão de permanecer ou não no meio rural. Portanto, os dados da pesquisa corroboram com as causas apresentadas pelo autor.

Após, os jovens foram questionados sobre as perspectivas do futuro da propriedade.

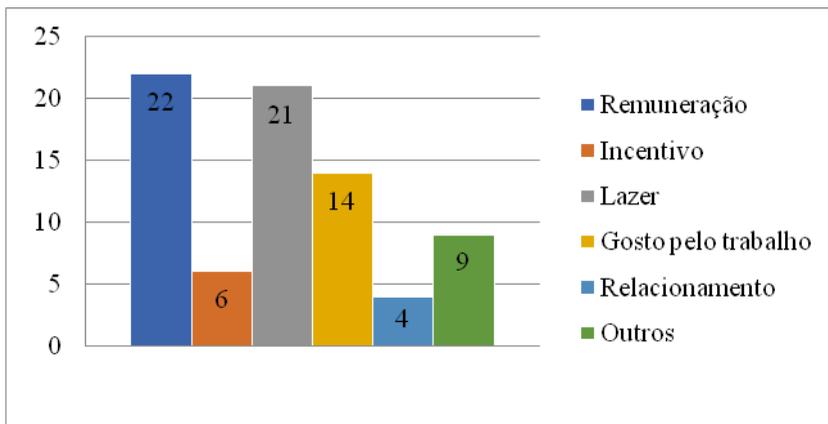
Figura 7 – Perspectivas sobre o futuro da propriedade dos entrevistados



Fonte: os autores (2019)

Portanto, 50% dos jovens pretende permanecer na agricultura, alguns com intenção de aumentar a produção através da expansão da propriedade e de seus equipamentos. Por outro lado, 23% dos entrevistados têm pretensões de vender a propriedade. Os entrevistados também foram questionados sobre os fatores positivos para permanecerem na propriedade.

Figura 8 – Fatores de permanência na propriedade rural



Fonte: os autores (2019)

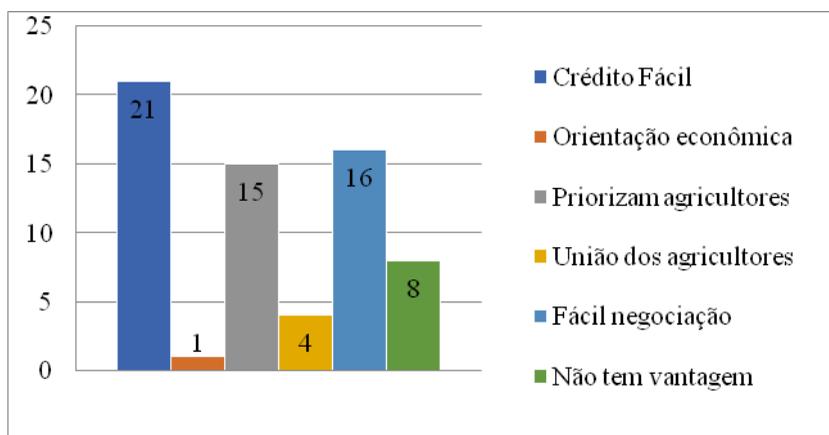
Segundo os entrevistados, um dos principais pontos positivos para a sua permanência é a remuneração (42%), o lazer (40%) e o fato de gostar das atividades e do trabalho no meio rural (27%). Para Brumer (2008) a perspectiva de continuidade da Agricultura Familiar e de suas unidades produtivas depende de uma série de fatores, que dificultam ou facilitam a permanência dos jovens.

A próxima seção identifica as ações que a cooperativa executa e que podem contribuir para a permanência dos jovens filhos de associados no meio rural de Viadutos (RS).

4.4 Identificação das ações da cooperativa que podem contribuir na permanência dos associados no meio rural

Inicialmente os jovens foram questionados sobre quais eram as vantagens em ser associado à cooperativa de crédito rural. A figura 9 (abaixo) apresenta as principais vantagens.

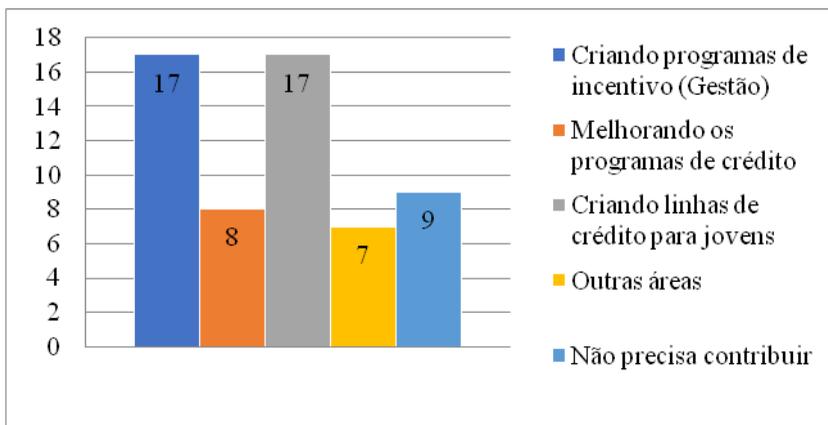
Figura 9 - Vantagens de ser Associado à Cooperativa de Crédito Rural



Fonte: os autores (2019)

Destacam-se fatores como o crédito, as orientações e as facilidades de negociação. Diante desta análise, o próximo questionamento identificou quais as principais contribuições realizadas pela cooperativa para a sucessão familiar.

Figura 10 - Contribuições da Cooperativa para a sucessão familiar.



Fonte: os autores (2019)

Os resultados reforçam a importância das linhas de crédito em que a cooperativa disponibiliza para seus associados. Outro item relevante são os programas direcionados para a Agricultura Familiar com cursos e palestras sobre como investir melhor os recursos na propriedade dos associados. A criação de programas de incentivos de gestão da propriedade é importante para que os jovens se habilitem para seguirem com o bom andamento da propriedade rural.

Assim, todos saem ganhando: desde o jovem pelo bom gerenciamento, passando pelas empresas que disponibilizam os insumos necessários para a produção, até a cooperativa que progredir com o bom andamento dos associados.

Um dos fatores que teve grande número de respostas refere-se às linhas de crédito específicas para os jovens. Assim eles podem ter um grande incentivo em permanecerem no meio

rural. Muitas vezes os filhos dos agricultores possuem planos e não conseguem os recursos necessários para colocarem em prática estas ideias. Os resultados empíricos novamente corroboram com os conceitos de Brumer (2008) em que o acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens são fatores relevantes para a sucessão geracional em propriedades rurais.

Identifica-se nesta seção que as ações da cooperativa podem influenciar a sucessão geracional. E isto também reforça a afirmação de Magri e Correa (2012) em que o cooperativismo promove várias ações voltadas para o desenvolvimento local e regional. Sendo a cooperativa um instrumento que fortalece a gestão local e envolvem as pessoas em processos inclusivos de formação, autonomia e decisão.

Considerações finais

Diante das informações obtidas pode-se concluir que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, pois as propriedades rurais associadas à cooperativa de crédito foram caracterizadas; os fatores que podem interferir no processo de sucessão geracional foram descritos e foram apresentadas as ações da cooperativa que podem contribuir na permanência dos associados no meio rural.

Sobre os fatores que podem interferir no processo de sucessão geracional foram encontrados impasses atrelados à falta de comunicação nas famílias, pouco incentivo, gestão

inadequada na propriedade. Isto contribui para que os jovens optem pela não sucessão geracional familiar.

Por meio do estudo identificou-se que as 25% dos jovens entrevistados não pretende continuar no campo e que apenas 19% dos entrevistados afirmam que existe um processo de sucessão geracional. Além disso, 49% dos jovens afirmam que a falta incentivo é um dos fatores que influenciam a sua saída do meio rural.

Portanto, muitas propriedades que estão encontrando dificuldades em dar continuidade sucessória em suas atividades muitas vezes não realizam o planejamento sucessório, atrelado ainda à falta de comunicação nas famílias e à falta de incentivo aos jovens.

Por outro lado, a cooperativa de crédito é reconhecida por facilidades de acesso ao crédito, de negociação e por priorizar os agricultores. Mas o que se percebeu é que a cooperativa não apresenta ações específicas para o processo sucessório e para a permanência dos jovens no meio rural.

Dessa forma, uma das principais contribuições deste estudo é a sugestão para que as cooperativas de crédito rural percebam as propriedades rurais como um todo e que analisem este segmento como um empreendimento rural. Ou seja, as orientações, cursos e palestras da cooperativa deveriam incluir o tema sucessão geracional nas propriedades rurais.

Além disso, as próprias famílias agricultoras devem planejar ações de sucessão geracional em suas propriedades,

com gestão e comunicação eficiente entre os membros da família, através de um bom relacionamento interno.

Por fim, sugerimos novos estudos sobre sucessão familiar, principalmente descrevendo ações já realizadas por cooperativas rurais em relação à sucessão geracional. Assim, boas práticas poderão ser disseminadas para outras cooperativas. Com isso, espera-se que as futuras pesquisas também auxiliem na construção da sucessão geracional da gestão das propriedades na agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. O que é cooperativa de crédito? Disponível em: <www.bcb.gov.br/?microfin>. Acesso em dez. 2018.

BRASIL, Lei nº 11.326. de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, art. 3, 25 de julho de 2006.

BRUMER, A. Jovens agricultores familiares da região sul do Brasil. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J. ; CASTRO, E. G. de. (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 53-66. 2007.

DUARTE, F. D.; OLIVEIRA, L. R. de. Análise de maturidade de processos sucessórios em empresas familiares. **REGE**, v. 17, n. 2, 2010.

FEIJÓ, R. L. C.; **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford: Cab International, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf>. Acesso em dez. 2018.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela Maria NaokoTijiwa. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

MAGRI, C. A.; CORREA, E. C. **Cooperativismo de crédito familiar e solidário**. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SPANNEVELLO, R. M.; LAGO, A. As Cooperativas Agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura Familiar. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, 2007, Londrina, **Anais eletrônicos...** Londrina, SOBER 2007.

SILVESTTRO, M. L.; ABROMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília, Ministério do desenvolvimento Agrário. Brasília. 2001.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 1, mar., 2011.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

SOBRE OS AUTORES

Adriane Paula BauDeffaci

Bacharel em Administração (UERGS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/8962470105577238>

E-mail: adrideffaci@hotmail.com

Alcemir Antônio Bagnara

Mestrando em Desenvolvimento Rural Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS); Acadêmico do Curso de Administração (UERGS); Pós-graduado em Produção e Gestão Agrícola (URI) e Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela (UERGS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/4934861301064834>

E-mail: alcebagnara@gmail.com

Carlos Alberto Frantz dos Santos

Doutorando em Administração (UFRGS); Mestre em Administração (UFRGS); Bacharel em Administração (UFRGS). Atua como Docente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Unidade em Tapes (RS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/0666624684657277>

E-mail: carlos-santos@uergs.edu.br

Cibele Lúcia Bombardelli

Bacharel em Administração pela UERGS; Tecnóloga em Fruticultura (UERGS); Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/2217108814948272>

E-mail: cibelelbombardelli@yahoo.com.br

Danieli Fernanda Snicheloto

Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)- Unidade em Erechim (RS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/7903194643498694>

E-mail: danieli-snicheloto@uergs.edu.br

Diego Deoti Dalla Vecchia

Bacharel em Administração (UERGS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/6684021934446922>

E-mail: diegodeotidallavecchia@hotmail.com

Eduardo Zambon Sartori

Bacharel em Administração (UERGS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/6768635056907561>

E-mail: eduzsartori@outlook.com

Felipe Toniolo

Mestrando em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Bacharel em Administração (UERGS)

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/2529657187181622>

E-mail: felipe1997toniollo@gmail.com

Jean Carlos Debastiani

Bacharel em Administração pela UERGS.

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/6475922831633375>

E-mail: jean-debastiani@uergs.edu.br

Leonice Aparecida de Fatima Alves Mourad

Doutoranda em Geografia (UFSM); Doutora em História da América Latina (UNISINOS); Mestra em Geografia (UFSM), História da América Latina (UNISINOS); Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNISINOS); Graduada em Direito e História (UNISINOS), Ciências Sociais (ULBRA) e Agricultura Familiar e Sustentabilidade (UFSM). Atua como Docente na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria (RS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/7689442989367017>

E-mail: profleo@ig.com.br

Zenicleia Angelita Deggerone

Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Mestra em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES); Bacharel em Administração (UERGS). Atua como Docente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade em Erechim (RS).

Link para o CV: <http://lattes.cnpq.br/3092811041778894>

E-mail: zenicleiadeggerone@gmail.com

